

MESTRADO INTEGRADO  
ARQUITETURA

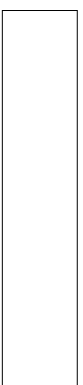
**Marquês de Pombal e a Baixa de Lisboa.  
Poder, Influência e Cultura na Nova Baixa.**  
Guilherme Monteiro Belo dos Santos

**M**  
2017



**Maquês de Pombal e a Baixa de Lisboa.  
Poder, Influência e Cultura na Nova Baixa.**

Guilherme Monteiro Belo dos Santos



Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação de Mestrado

# Marquês de Pombal e a Baixa de Lisboa

Poder, Influência e Cultura na Nova Baixa



Estudante: Guilherme Monteiro Belo dos Santos

Orientador: Rui Fernando de Jesus Bastos Tavares



Este trabalho foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

As citações transcritas no texto encontram-se todas em Português e foram, quando necessário, traduzidas livremente pelo autor, estando devidamente identificadas.

Algumas das imagens apresentadas foram recortadas e/ou sofreram alteração para cor monocromática relativamente às originais.



## Agradecimentos

Muito especialmente, desejo agradecer à minha família, especialmente aos meus pais e ao meu irmão, que estiveram sempre ao meu lado durante esta fase, e toda a minha vida.

À minha tia, pela paciência, e pelas várias correções que fez na minha escrita, durante o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e sempre me ajudaram em tudo o que precisava.

Às pessoas que, durante estes meses, entraram e saíram da minha vida, e me marcaram.

Ao meu orientador, Prof. Rui Tavares.

A todos os meus colegas de mestrado.

A todos os demais...



*“A arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes dispostos sob a luz.”*

Le Corbusier



## Resumo

Há muito tempo que se tenta decifrar em que é que a edificação da Baixa de Lisboa se baseou para ter adquirido as características que ainda hoje podemos presenciar. A forma reticulada e bastante organizada de uma cidade criada no século XVIII levanta várias questões. Há várias teorias sobre qual o movimento que tomou controlo da malha da cidade de Lisboa - uma delas, a Maçonaria, torna-se protagonista de várias obras, romanceadas, que tentam invocar a sua simbologia, tanto na vida de Sebastião José de Carvalho e Melo, como na cidade em si. Desta teoria, muito dificilmente se comprovará a sua veracidade, embora seja bastante aliciante. Existe, no entanto, um movimento que poderá facilmente estar envolvido, tendo em conta o ano em que atingiu o seu apogeu assim como a relação ideológica coincidente com a forma da nova cidade - o Iluminismo. É dentro deste movimento que todas as condições, legislação e mentes daquela época, que a história Portuguesa foi desenvolvendo, que se encontram e criam, dentro do seu seio, uma obra e um estilo, verdadeiramente Português e Iluminado.



## Abstract

For a long time we have been trying to decipher what the construction of Lisbon's Downtown was based on to have acquired the characteristics that we can still witness today. The reticulated and well-organized form of a city created in the eighteenth century raises several questions. There are several theories about which movement has taken control of the fabric of the city of Lisbon - one of them, Freemasonry, becomes the protagonist of several works, that try to invoke its symbology, both in the life of Sebastião José de Carvalho e Melo, as in the city itself. For this theory, its veracity will hardly be proved, although it is quite enticing. There is, however, a movement that could easily be involved, taking into account the year it reached its apogee as well as the ideological relationship coinciding with the shape of the new city - the Enlightenment. It is within this movement that all the conditions, legislation and minds of that time, which portuguese history has been developing, meet and create, within its bosom, a work and style, truly portuguese and Enlightened



1	Introdução	13
2	O Homem	16
2.1	O Marquês de Pombal	16
2.2	Vida e Influências	18
2.2.1	Fase Particular	19
2.2.2	Fase Diplomática	22
2.2.2.1	O Enviado Extraordinário	22
2.2.2.2	O Mediador	25
2.2.3	Fase Política	28
2.2.3.1	O Novo Secretário de Estado	28
3	A Obra	31
3.1	O grande Tutor	32
3.1.1	Manuel da Maia, o Engenheiro-mor	32
3.2	Os Colaboradores	34
3.2.1	Eugénio dos Santos	34
3.2.2	Carlos Mardel, o Húngaro (Karoly Mardell)	37
3.3	Primeira Dissertação	40
3.4	Segunda dissertação	45
3.4.1	Os Seis Projetos	45
3.4.1.1	Projetos de Equipa	47
3.4.1.1.1	Equipa de Gualter da Fonseca	47
3.4.1.1.2	Equipa de Elias Poppe	49
3.4.1.1.3	Equipa de Eugénio dos Santos	51
3.4.1.2	Projetos Individuais	54
3.4.1.2.1	Gualter da Fonseca	54
3.4.1.2.2	Eugénio dos Santos	56
3.4.1.2.3	Elias Poppe	58

3.5	“(…) A pedra angular de um espírito «Iluminado»”	60
3.5.1	O Projeto Vencedor e as suas Evoluções	60
3.5.1.1	Preocupações com a Saúde Pública	61
3.5.1.2	Nomeação das Ruas e desenvolvimento das Fachadas	62
3.5.2	As Principais Praças Pombalinas	70
3.5.2.1	A Real Praça do Comércio	70
3.5.2.2	A Praça do Rossio, Carlos Mardel	75
3.6	Metodologia de Construção	79
3.6.1	Processos técnicos	79
3.6.1.1	Pré-Fabricação e Standardização	79
3.6.1.2	Proteção contra Terramotos	82
3.6.1.2.1	A Gaiola Pombalinas	82
3.6.1.3	Outros Processos Técnicos	85
4	A Ideologia	87
4.1	Influência Maçónica	88
4.2	A Filosofia das Luzes	89
4.2.1	Modulação Grega	90
4.3	O nascer de uma Utopia Pombalina	93
4.3.1	O Iluminismo Reformista	93
4.4	Legislação do Bairro Alto	95
4.5	Estilo Chão	98
5	A Influência do Urbanismo Pombalino	100
5.1	Vila Real de Santo António	100
5.2	Porto Almadino	103

6	Lisboa, a Luz do Marquês de Pombal	106
7	Conclusão	109
8	Bibliografia	111
9	Documentos	113
10	Bibliografia Sites	115
11	Bibliografia Imagens	115
12	Fotografia	116



# Introdução

Existem, até hoje, muitos documentos acerca do tempo do famoso Marquês de Pombal e das suas obras. Uns em volta da vida do estadista, outros relacionados com a sua grande obra, física, enraizada no coração de Lisboa, a Baixa Pombalina. Mas nunca será demais estudar a nossa herança de uma época de revoluções ideológicas, que se terão incorporado no que é possível ainda ver e viver no cotidiano Lisboeta. Esta investigação, para além de ter surgido por pura curiosidade e necessidade pessoal de conhecimento nesta área, também terá como objetivo documentar as origens da obra. Tendo em conta a perda de consciência, relacionada com a organização das cidades, para um melhor controlo urbano, que se sente cada vez mais na sociedade e na mente dos construtores e projetistas, utilizá-la como “protótipo”, do ponto de vista da organização urbana, como exemplo dos tempos antigos para o futuro. A Baixa Pombalina, desde o início da sua construção - já passaram 250 anos – foi e ainda é uma obra à frente do seu tempo.

Foi no dia 1 de novembro de 1755 que surgiu a “oportunidade” de realizar esta grande obra. Um terramoto de grande escala arrasou a capital Portuguesa, para não falar do resto do país e de outros países europeus e africanos. Este abalo destruiu grande parte de Lisboa, deixando no caminho da sua destruição, um grande número de mortes e casas em ruínas.

*“Caiu Lisboa sobre Lisboa. E não sei se caiu sobre si mesma. Busca-se Lisboa em Lisboa e não aparece” (...) “Todo o centro da cidade ficou reduzido a um pavoroso deserto, em que se não viam mais que montes de pedras e cúmulo de cinzas”* Francisco Pina e Melo, 1756

Terá sido um dos piores terramotos da História, tanto para Portugal como para o mundo, não deixando os outros países, que tiveram conhecimento deste acontecimento, indiferentes à catástrofe, apoiando Portugal durante a sua reconstrução.

Fazia já cinco anos que a coroa tinha sido passada para o filho herdeiro de D. João V, D. José I, o qual, desde o início do seu reinado, teve ao seu lado o seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, que será uma peça importante no processo de reerguer o País e quem irá conduzir a grande reconstrução de Lisboa. Sebastião José de Carvalho e Melo, perante a destruição que o terramoto provocou e perante o desespero do seu monarca, tomou o controlo da situação. Ainda hoje ouvimos citar, embora a sua veracidade não esteja provada, as palavras que levaram ao início do reerguer de Lisboa: *“Enterram-se os mortos e cuidam-se os vivos”*. Foi a partir deste momento que se deu início à grande reviravolta que Lisboa iria sofrer. Ainda hoje, estas palavras glorificam o trabalho de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde imortalizado como Marquês de Pombal.

Como já sugeri, Pombal terá tido uma grande influência na reconstrução da Nova Baixa Lisboeta. Consequentemente, com base na forma do projeto que foi escolhido para a reconstrução, existem várias teorias, que poderão ter tido uma grande influência na organização escolhida para o seu desenvolvimento. Estas teorias estão relacionadas com os diferentes movimentos que estariam a ter, naquele século, grande relevância na sociedade. Um desses movimentos, de natureza mais obscurantista, como a Maçonaria, uma organização conhecida pelos seus rituais e simbologias, cuja representação muitos tentam encontrar na Baixa Pombalina, embora não existam documentos que

o comprovem inequivocamente, bem como o envolvimento do próprio Pombal nessa organização. Os muitos documentos que tentam justificar esta projeção maçónica na nova cidade de Lisboa não são concludentes, tornando, assim, estas teorias um pouco rebuscadas e até, por vezes, algo 'forçadas'.

A teoria que terá mais fundamento, para mim, será a categorização da Nova Baixa como uma cidade Iluminista, não só pelo século onde está enquadrada, mas também pelas suas características bem visíveis, que facilmente se relacionam com esta ideologia. As linhas retas, a racionalidade, as organizações, entre outras, são características que se enquadram no pensamento iluminista. Podemos, assim, facilmente elevar a Baixa Pombalina, a uma obra prima entre as obras do século XVIII, o século das Luzes.

Juntamente com estas teorias, será necessário também enquadrar a obra no seu tempo. Embora tenha sofrido influências de certas ideologias, também terá sido estruturada segundo leis e estilos, e terá sido, também, bastante limitada pelos problemas económicos do país, provenientes da crise que se seguiu ao terramoto de 1755. Toda esta estruturação, controlada e pensada, terá proporcionado uma grande reforma da capital de Portugal.

Este trabalho focar-se-á nesta reforma que foi feita na sociedade Portuguesa. Não podemos esquecer, também, outras obras, que poderão ter sido usadas como referência, ou ainda outras, construídas no mesmo século, que terão sido influenciadas por esta tão grande obra, pela sua forma, organização e estilo. Esta expansão do estilo pombalino proporciona, assim, uma forte ligação em todo o país no seu estilo e ideologia.

Por fim, e dando seguimento ao que foi dito até agora, temos como objetivo compreender o que tornou a Baixa Pombalina na obra Iluminada que podemos ver, e descobrir de que maneira é que, no século XVIII, a cidade de Lisboa foi reformada.

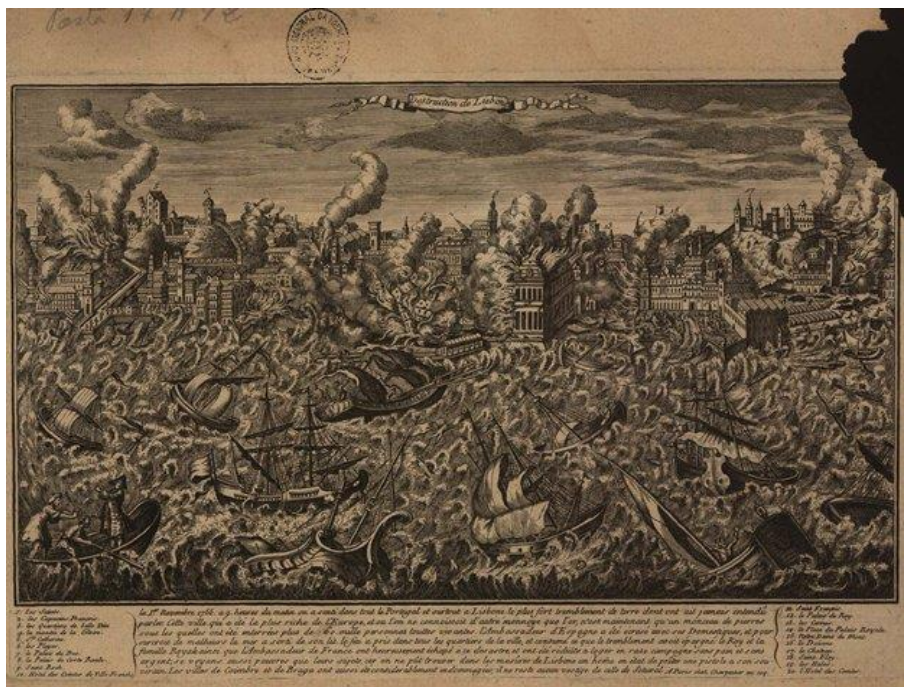


Fig. 1 – Gravura do Terramoto de 1755, Lisboa

# O Homem

## O Marquês de Pombal

A vida de Sebastião José de Carvalho e Melo, ou como se tornou mais conhecido, Marquês de Pombal, é de grande importância para um melhor enquadramento das ideias que se desenvolviam no séc. XVIII em Portugal, sendo ele a pessoa com mais influência no país, como Secretário de Estado do Rei D. José I. A partir da sua biografia, pode conhecer-se um pouco o homem e o seu tempo, e ver em que medida a sua influência afetou o desenvolvimento de Portugal. Há muitas teorias acerca da sua maneira de pensar, e em que meios andaria envolvido - umas de teor mais racional, e que podem ser de facto verdadeiras, outras difíceis de provar, e outras, ainda, por natureza, rebuscadas.

Uma das teorias mais polémicas será o seu suposto envolvimento com a Maçonaria. Existem muitos autores que relacionam muitas das suas obras, as suas ideologias e personalidade, com o pensamento maçónico. Embora muito da sua maneira de pensar e da sua posição política possam sustentar tal envolvimento, não existem provas físicas que validem estas teorias, partindo-se do princípio de que estas tenham sido criadas por mera especulação. Estas teorias vêm referidas em muitas obras, algumas adaptadas a romances históricos – uma delas, *“O Maçon de Viena”*, que, confesso, me incentivou, inicialmente, a fazer este trabalho. A meu ver, acho plausível que se descrevam e analisem estas teorias para se conseguir uma interpretação mais rica do tema que pretendo estudar aqui. Mas, devo já referir que, devido à falta de documentos e recursos e, também, a certas obras que contrariam esta especulação, não será um tema estudado a fundo, partindo do princípio de que a ideologia Maçónica não estará relacionada com a Nova Baixa de Lisboa, mas não anulando totalmente esta hipótese, deixando apenas no ar a ideia.

O século XVIII foi denominado na Europa como o Século das Luzes, cujos reflexos se fizeram, também, sentir em Portugal. Foi neste século que o Marquês de Pombal desenvolveu a sua ação, e muitos autores referem o seu interesse pelo Iluminismo. Afirmam, em certas obras, com base em testemunhos de contemporâneos de Sebastião José de Carvalho, que este estava «enfeitado pelos Iluministas», o que mostra a maneira como o referido movimento estava enraizado na mente do Marquês. O Iluminismo não era uma organização como a Maçonaria, mas, sim, uma maneira de pensar, uma ideologia, um movimento que atingiu o seu pico neste século, na Europa, e que se ramificou por este continente de várias maneiras. Para entender melhor a ideologia Iluminista que foi transmitida fisicamente na Nova Baixa, é necessário contextualizar a obra com o século, o País e o Homem que esteve mais envolvido na sua construção.

A personagem do Marquês de Pombal foi de tal maneira marcante que terá criado movimentos a favor e contra as suas ideologias. Sabemos que teve uma vida polémica e que terá sido bastante criticado durante e após a sua vida, mas foi um governante que esteve envolvido numa das maiores e mais consideráveis construções no país. Há quem diga que terá sido um génio incompreendido, outros o acusam de abuso de poder. Mas não poderemos esquecer a herança que nos deixou e as mudanças que fez na sociedade e que acabaram por se enraizar. É um tema que vale a pena estudar e analisar, pois terá sido nesta altura que Portugal sofreu uma grande reviravolta, na sua estrutura e sociedade.



Fig. 2 – Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal

## Vida e Influências

A Figura de Sebastião José de Carvalho e Melo tem dominado o estudo do Século XVIII em Portugal. A vida do Marquês abrange quase todo o século - nascido a 13 de maio de 1699, de uma família da pequena nobreza, faleceu em 1782 na sua propriedade, em Pombal, rodeado pela família. Sebastião José só começou a sua vida política em 1738, com quase 40 anos, quando foi enviado para a sua primeira missão diplomática, em Londres. Hoje sabe-se que um dos fatores que fez com que a sua vida política começasse tão tarde foi a pouca afinidade que, tanto a nobreza, como o próprio monarca, tinham em relação a ele. Só com algum apoio de conhecidos e também da sua família é que terá conseguido ser chamado para a posição de diplomata e, mais tarde, para Secretário de Estado, cargo que assumiu após a morte de D. João V.

A vida de Carvalho e Melo pode ser dividida em quatro fases <sup>1</sup>, que facilmente descrevem o seu percurso durante os seus oitenta e três anos de vida, podendo também indicar o nível de influência que teve em Portugal ao longo da sua vida. Em primeiro lugar, temos a “fase particular”, que abrange o período anterior à ida para Londres, entre 1699 e 1738, onde se integrou na sociedade, anónimo, como pequeno fidalgo. Na segunda fase, “a fase diplomática”, entre 1738 e 1749, começou a sua atividade política, iniciando a sua ação diplomática em Londres e continuando-a, depois, na Áustria. Segue-se a “fase governativa”, a fase mais importante da sua vida, que abrange o reinado do rei D. José I (1750-1777), coincidente, por escolha do monarca, com a entrada de Pombal no poder. A última fase, o início da «viradeira», começou com a morte de D. José I e com a ascensão de D. Maria I ao trono – é a fase do «Exílio fora da corte», que dura até à sua morte.

Estas fases serão essenciais para um melhor entendimento e organização da vida do Marquês. Para uma boa contextualização da obra em questão, e das ideologias que nela poderão ter sido transmitidas, a vida de Sebastião Carvalho será descrita detalhadamente até ao terramoto, que levou à construção da Nova Baixa de Lisboa, sendo este acontecimento um marco importante na sua vida.

---

<sup>1</sup> Esta divisão da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo, é feita e descrita no “Dicionário de História de Portugal”, de Joel Serrão, no texto dedicado a Marquês de Pombal.

## Fase Particular (1699-1738)

A fase particular começa com o seu nascimento e prolonga-se até ao momento em que inicia a sua missão como “enviado extraordinário” em Londres. Nesta fase, viveu no anonimato, como um normal fidalgo, o que não terá uma grande influência na sua vida futura como homem de Estado. Pombal vinha de uma família da pequena nobreza<sup>2</sup>. Desde novo, tanto ele como a sua família seriam inferiorizados pelo resto da nobreza, pela sua posição na sociedade, pelo que a sua subida ao poder causou muito descontentamento. Isto originou várias ofensas contra ele, por o considerarem um pobre “fidalgote dos Carvalhos da Rua Formosa”<sup>3</sup>.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1699, sendo batizado a 6 de junho, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês. Os seus pais eram Manuel de Carvalho e Ataíde, capitão-tenente do Mar e da Guerra, e D. Teresa Luísa de Mendonça. A sua família, oriunda da pequena nobreza, vinha de uma linhagem de soldados, clérigos e funcionários públicos que terão servido o país até àquela altura, tanto no território continental, como nas áreas ultramarinas. Do casamento de seus pais terá sido gerada uma grande descendência. Hoje sabe-se que Sebastião José de Carvalho e Melo fazia parte de uma família com doze filhos. Os irmãos mais conhecidos de Carvalho e Melo eram dois, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que foi governador do Grão-Pará e Maranhão e Secretário de Estado, e o doutor Paulo António de Carvalho e Mendonça, que viria a ser Cónego da Sé Patriarcal e membro influente do Santo Ofício.

Não se sabe, devido, talvez, à pouca relevância que teria para o estudo do perfil do estadista, onde Sebastião José terá feito os seus estudos menores, mas pensa-se que esta primeira parte da sua educação tenha decorrido no Convento Franciscano de Nossa Senhora de Jesus, que estava situado junto à sua residência<sup>4</sup>. Os aspetos mais relevantes desta primeira fase são os seus estudos superiores. Terá começado por frequentar a Academia dos Ilustrados em Filosofia e Literatura, que estaria, em 1720, situada na casa da Rua Formosa. Durante esta fase, pensa-se que se teria inscrito no exército, embora não existam provas factuais, o que deixa como hipótese mais provável que Carvalho e Melo tenha passado esta parte da sua vida sem ocupação, o que seria o normal para os fidalgos da sua época.

No dia 21 de março de 1720, o pai de Sebastião Carvalho e Melo acaba por falecer, iniciando-se então uma fase complicada para o pequeno fidalgo. Com a morte de Manuel de Carvalho e Ataíde, a Academia de Ilustrados é encerrada e, apenas com 21 anos, sendo o mais velho da descendência de seus pais, acaba por assumir o controlo da família, tarefa complicada para um jovem fidalgo.

Devido à morte do seu progenitor, passados quatro anos, Sebastião José de Carvalho e Melo isola-se na quinta da Gramela<sup>5</sup>, propriedade da família, de que mais tarde ele próprio viria a ser proprietário. Pensa-se que este isolamento

---

<sup>2</sup> MAXWELL, Kenneth, O Marquês de Pombal, Ascensão e Queda, Manuscrito, 1ª edição, pág. 16

<sup>3</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo I, O Homem: Ascendência e Formação, pág. 13

<sup>4</sup> BARATA, José, A vida e a Obra do Marquês de Pombal, o Homem e o Estadista, Editora Verso de Kapa, 1ª edição, pág. 25

<sup>5</sup> MAXWELL, Kenneth, O Marquês de Pombal, Ascensão e Queda, Manuscrito, 1ª edição, pág. 18

foi devido, para além da perda de seu pai, a um desentendimento dentro da família, em particular com o segundo marido da mãe. Há várias teorias sobre como se terá desenvolvido a vida na família, nomeadamente as suas relações com a própria mãe, nos quatro anos que se passaram. Em relação às acusações que se desenvolveram, Carvalho e Melo refere apenas que o seu isolamento se deveu a simples desentendimentos particulares, negando qualquer outro motivo.

Este isolamento durou sete anos, entre 1724 e 1731<sup>6</sup>, tempo em que terá aproveitado para se formar intelectualmente, ligando-se cada vez mais à agricultura, que caracterizava como uma das mais importantes atividades para o bem-estar da população. Pôde, também, nesse período, refletir sobre os problemas do país e a forma de resolvê-los. Durante este período, há biógrafos que afirmam que terá entrado na Universidade de Coimbra, mas, até hoje, não há ainda provas que atestem a veracidade desta afirmação e, no Arquivo da Universidade, não existe nenhum registo com aquele nome. Terá sido, no entanto, eleito para a Academia Real de História, sendo descrito, por alguns, como “homem tomado por erudição e de eloquência”.

Foi durante o seu afastamento, na quinta da Gramela, quando tinha 23 anos, que se casou com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça de Almada. A noiva teria 35 anos e era já viúva na altura da sua união com o fidalgo. D. Teresa era bastante conceituada na nobreza, e pertencia a uma família com uma grande fortuna. Era uma das damas da rainha D. Maria Ana de Áustria, mulher de D. João V. Tudo fazia desta dama um bom partido para um fidalgo como Sebastião José de Carvalho e Melo.

A família da noiva opunha-se a este casamento, e, já após o terramoto, veio ao de cima uma versão sobre esta união, que tinha como objetivo difamar o Marquês, o que terá ajudado a manchar a sua reputação aos olhos da nobreza. Esta versão afirmava que Sebastião José de Carvalho e Melo raptou D. Teresa do palácio dos Almadás e teria casado com ela por procuração<sup>7</sup>, a 23 de janeiro de 1723, levando-a para a quinta onde estava isolado. Não há provas para confirmar esta versão, mas o casamento teve testemunhas, o que coloca dúvidas sobre o crime, supostamente, cometido. Deste casamento não existiu qualquer descendência, e, ao fim de 14 anos, D. Teresa adoece, não acompanhando Pombal na sua missão a Londres. É no início dessa missão que sua mulher acaba por falecer.

Termina aqui a fase particular da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo e será a partir desta fase, já nos seus 40 anos, que começará a servir a coroa com a sua primeira missão diplomática em Londres. Daqui em diante, Pombal irá desenvolver os seus conhecimentos e cultura, o que o ajudará na sua futura função como estadista.

---

<sup>6</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo I, O Homem: Ascendência e Formação, pág. 19

<sup>7</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo I, O Homem: Ascendência e Formação, pág. 23



Fig. 3 – Rua Formosa, Casa dos Carvalhos. Casa onde Sebastião Carvalho cresceu

## Fase Diplomática (1738 e 1749)

A fase diplomática inicia-se com o seu primeiro trabalho ao serviço do Estado, como enviado extraordinário a Londres, no ano de 1738. Terá sido no ano 1736, quando se deu a reforma das Secretarias de Estado<sup>8</sup>, que obrigava os diplomatas a voltarem para ocuparem cargos do governo, que foi possível a assunção, por Carvalho e Melo, desta missão. O posto em Londres estava ocupado por um primo mais velho de Sebastião de Carvalho<sup>9</sup>, que o recomendou como seu sucessor, pela grande afinidade e grande confiança existente entre eles. Juntamente com a recomendação de seu primo, também seria usado como referência o estatuto que Sebastião José tinha conquistado ao longo dos anos, nomeadamente pela sua posição como membro da Academia Real da História, que frequentava, e onde era bastante apreciado.

### O Enviado extraordinário

Em setembro de 1738, Sebastião Carvalho e Melo, recebeu a ordem para ocupar a posição, não de Embaixador, mas de Enviado Extraordinário em Londres. A sua nomeação tinha como objetivo uma revisão do acordo anglo-lusitano de livre comércio, nomeadamente o comércio de trigo, trazido para Portugal, e ainda a exportação do vinho do Porto e outras transações comerciais entre os dois países. A 8 de outubro de 1738, o diplomata deixa Lisboa e desembarca, no dia 19, em Londres, onde o aguardava o seu primo e antecessor, que só iria partir para Portugal um ano depois, após deixar as instruções e informações necessárias ao seu sucessor.

O assunto mais urgente com que o Marquês tinha que lidar estava relacionado com as colónias na Índia - o pedido de ajuda a Jorge II para a reconquista da ilha de Salsete, que teria sido ocupada por Maratas do Indostão. Esta reconquista trazia perigo para outras colónias portuguesas, e o reino estava com dificuldades em lidar com esta situação, o que obrigou a invocar a antiga aliança. Terá sido, então, um dos objetivos principais de Carvalho e Melo garantir a ajuda da coroa inglesa. No final, os seus esforços, não terão qualquer resultado, não por falta de empenho nem por falta de tentativas de negociação da parte do enviado extraordinário, mas porque os britânicos foram deixando o tempo passar. Isto obrigou D. João V a enviar o 1º Marquês do Louriçal, acabando o conflito por ser resolvido sem o auxílio da coroa Inglesa.

O acordo, que Sebastião de Carvalho, tinha como objetivo rever nesta viagem, permitia a ambos os reinos terem livre passagem de mercadorias para comércio. Mas, afinal, segundo alguns relatos, estes acordos só estariam a beneficiar um dos lados. As embarcações Inglesas gozavam de largos benefícios nos portos e alfândegas em Portugal,

---

<sup>8</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo II, A Enviatura em Londres, pág. 30

<sup>9</sup> Marco António de Azevedo Coutinho, tinha sido embaixador em França (1721-1728) e em Inglaterra (1735-1738). Com a reforma terá sido mandado ocupar, em Lisboa, a posição na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

enquanto que, em Inglaterra, o tratamento dado aos navios portugueses não seria semelhante<sup>10</sup>. A resolução destes problemas seria a principal razão para a missão de Sebastião José, e seria necessário concretizar negociações para resolver estas irregularidades, que, no final, acabaram por não ser totalmente resolvidas, o que viria a ser uma desilusão para Marquês.

Durante a sua estadia em Londres, Pombal conheceu várias personalidades que enriqueceram o seu conhecimento e desenvolveram a sua maneira de pensar. Um deles, que conheceu após a sua chegada à capital Inglesa, era o doutor Jacob de Castro Sarmiento<sup>11</sup>, que acabaria por se tornar seu médico assistente e de quem recebeu influências, em vários campos, mas, em particular, sobre as reformas que seriam necessárias no ensino. Jacob de Castro Sarmiento nasceu em Bragança em 1691, e formou-se na Universidade de Coimbra, em Filosofia e Medicina. Devido à perseguição da Inquisição, sendo judeu, Jacob acabou por se refugiar em Londres.

Castro Sarmiento era conhecido pela criação da «água de Inglaterra», que tinha muita procura em toda a Europa e era utilizada como remédio para curar a malária, a febre, a epilepsia, a gota, o sarampo, entre outras doenças. Também escreveu obras filosóficas, inspiradas no trabalho de Locke e Newton. Jacob de Castro Sarmiento era um «estrangeirado», termo que era usado para pessoas influenciadas, nas suas viagens, pelo estrangeiro. Em alguns casos, seria utilizado com sentido pejorativo, mas terá sido, entre outros, um dos agentes da influência da cultura europeia em Portugal.

Pombal via esta discriminação dos estrangeirados, bem como a persistente distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, que ainda se fazia sentir na Península Ibérica, como atitudes insensatas. A notoriedade que estas personalidades acabavam por ter, fora de Portugal, constituía para o país uma vergonha. Trinta anos depois, Pombal estaria por detrás da lei que poria fim à distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos

Para além de ter conhecido pessoas como Jacob Sarmiento, Pombal não viu esta missão, apenas, como uma simples viagem de trabalho, ou como uma maneira de melhorar a sua reputação perante a coroa portuguesa. Durante esse tempo, o futuro estadista procurou instruir-se em todo o tipo de temas, incluindo na área política. Carvalho e Melo terá investido grande parte do seu dinheiro na aquisição de livros<sup>12</sup>, como se pode ver nos catálogos onde estariam referidos os conteúdos da sua biblioteca em Londres. Possuía obras suficientes para a formação de um estadista, sendo bem visível o nível de cultura que terá adquirido nesta viagem. Revela-se, desta maneira, uma nova faceta do diplomata, uma vontade de adquirir conhecimento em várias áreas, que se iria manifestar, no futuro, na sua ação governativa ao lado do monarca. No segundo catálogo da sua biblioteca, estavam incluídos vários livros para a preparação de governantes, livros que instruíam sobre maneiras de alcançar «a prosperidade, a riqueza e a segurança do estado e o seu poderio externo». Vemos, assim, resumido nos seus estudos, um programa verdadeiramente

---

<sup>10</sup> BARATA, José, A vida e a Obra do Marquês de Pombal, o Homem e o Estadista, Editora Verso de Kapa, 1ª edição, pág. 34

<sup>11</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo II, A Enviatura em Londres, pág. 36

<sup>12</sup> CARVALHO E MELO, Sebastião José, Escritos económicos de Londres (1741-1742), Biblioteca Nacional, Série Pombalina, pág. 171 a 177. "Lista de alguns livros da biblioteca londrina de Sebastião José de Carvalho e Melo"

racional, de um espírito iluminado, que nos faz ver que Pombal, quando se encontrava na missão em Londres, já tinha como objetivo exercer uma posição de estadista<sup>13</sup>.

Sebastião de Carvalho teve muitas dificuldades em adaptar-se ao clima londrino e, por consequência, terá adoecido várias vezes. O seu estado de espírito também se encontrava debilitado, por não ter alcançado os objetivos pretendidos para a sua missão, não conseguindo chegar a um acordo com o antigo aliado de Portugal.

*“Há mais de quarenta dias que passo enfermo. Os remédios já em nada têm aproveitado. Antes me têm enfraquecido muito mais do que a mesma doença que em si é uma sufocação dos espíritos animais com suores precedidos da mesma debilidade da natureza”*

Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>14</sup>

Cinco anos depois da sua chegada a Londres, caindo uma vez mais enfermo, e já exausto desta condição e dos esforços gastos como enviado extraordinário, terá pedido autorização para se deslocar para Lisboa, acabando, assim, por desistir da missão em Londres. Em dezembro de 1742<sup>15</sup> recebe a licença de Sua Majestade para abandonar a sua missão e regressar à pátria. A sua chegada à capital portuguesa é a 21 de dezembro, onde permaneceu apenas um ano, pois, pouco tempo depois do seu regresso, em meados de 1744, já estaria a ser chamado para uma nova missão noutra capital europeia, onde o rumo da sua carreira, tal como a sua vida social, conheceria uma grande mudança.

Do tempo que passou em Londres, Sebastião José trouxe com ele o conhecimento e estatuto adquirido numa das maiores escolas de diplomacia europeias. Para além dos seus objetivos diplomáticos, também teve tempo para meditar sobre os problemas do seu país e a urgência da renovação das suas estruturas políticas e económicas, tomando como exemplo o país onde esteve hospedado durante cinco anos e as ideias de viajantes com quem trocou opiniões. Com esta experiência ganhou, a partir da sua missão, um grande impulso para ser um futuro estadista de ação. Sabemos, também, que terá sido nesta missão, com as influências de várias personagens com quem terá convivido, em particular o Médico Jacob Sarmiento, que a sua paixão pelo Iluminismo europeu começou a ser visível.

---

<sup>13</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo II, A Enviatura em Londres, pág. 38

<sup>14</sup> BARATA, José, A vida e a Obra do Marquês de Pombal, o Homem e o Estadista, Editora Verso de Kapa, 1ª edição, pág. 36

<sup>15</sup> CARVALHO E MELO, Sebastião José, escritos económicos de Londres (1741-1742), Biblioteca Nacional, Série Pombalina, pág. XXV

## O Mediador

No ano de 1743, levantou-se um conflito entre a coroa austríaca e o papado. Roma terá prometido ao imperador Carlos VI, e, mais tarde, à sua filha Maria Teresa, a elevação ao cardinalato do Monsenhor Mário Mellini, antigo núncio em Viena de Áustria. Até à data, a promessa ainda não se tinha cumprido. Esta falha no compromisso resultou num conflito que poria em causa a posição da Áustria face a Roma.

D. João V tinha uma boa reputação na Europa e, como consequência, terá sido Portugal escolhido como mediador, com o objetivo de assegurar o entendimento entre as duas nações. Assim, seria necessário escolher um enviado que conseguisse ajudar a resolver este diferendo. Por influência de certas pessoas, próximas do monarca, o nome de Sebastião de Carvalho terá sido sugerido para assegurar, com sucesso, esta missão. O diplomata estaria, entretanto, depois de melhorar o seu estado de saúde, a resolver problemas familiares. O pedido para nova missão, como mediador em Viena, foi recebido ainda no ano 1743, e, assim, partiu de Portugal a 8 de dezembro, em direção a Viena.

A sua rota, em direção a Viena, iria passar por Londres, para informar Jorge II da nova missão para que tinha sido chamado, anulando, assim, a posição que ainda estaria guardada para ele em Inglaterra. Após deixar este país, seguiria para Viena<sup>16</sup>. Chegado à capital austríaca, apenas em julho, terá iniciado imediatamente a sua missão como mediador, acabando por tornar a sua atuação muito mais política do que diplomática, sendo Viena o centro das negociações entre as nações envolvidas no conflito. Dois anos depois da sua chegada, Roma concedeu a púrpura a Monsenhor Mellini, o que foi suficiente para sanar o conflito. Entretanto, Sebastião José ter-se-á também envolvido num conflito com outro diplomata português, devido à tentativa deste de difamar e desacreditar as capacidades de negociação de Pombal. O mediador era ainda acusado de ter tomado a sua decisão com base nas suas relações com a Áustria, já que estava prestes a casar com uma condessa austríaca. Estas acusações terão sido negadas por Pombal, tentando salvaguardar a sua imagem. Isto seria complicado, dado que o monarca não teria já uma boa relação com o diplomata. Embora tenha negado estas acusações, estas teriam um certo fundamento.

Pombal, durante a sua estadia em Viena, conseguiu criar boas relações com os diplomatas de Roma, contrariando as acusações, que afirmavam que estaria a beneficiar apenas um dos lados, devido, principalmente, à sua relação com a condessa de Daun, a sua futura esposa.<sup>17</sup> Após meio ano em Viena, Pombal casava pela segunda vez, com D. Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, condessa de Daun. A noiva pertencia a uma das mais conceituadas famílias nobres da Áustria. Esta união foi concebida por D. Manuel da Silva Tarouca, fidalgo português e conselheiro da casa real austríaca. Este fidalgo abriu-lhe as portas da sociedade requintada de Viena. A sua educação e personalidade facilitaram-lhe a adaptação. O casamento realizou-se no dia 18 de dezembro, e foi bem acolhido em Lisboa, pelo reforço dos laços entre as duas nações<sup>18</sup>, mas, em particular, por a noiva ser da mesma nacionalidade que a rainha Portuguesa. Esta, por sentir uma grande felicidade com o casamento, terá mandado imediatamente uma carta de recomendação a aprovar esta

---

<sup>16</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo III, A Missão em Viena de Áustria, pág. 45

<sup>17</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo III, A Missão em Viena de Áustria, pág. 48

<sup>18</sup> BARATA, José, A vida e a Obra do Marquês de Pombal, o Homem e o Estadista, Editora Verso de Kapa, 1ª edição, pág. 41

união<sup>19</sup>. Este casamento, apenas no espaço de 10 anos, originou a uma vasta descendência de cinco filhas e dois filhos, assegurando assim uma abundante ramificação para a casa de Pombal.

Sebastião José, pelas mesmas razões que deixou Londres, também iria abandonar Viena. A sua falta de saúde obriga-o regressar a Portugal. A 3 de setembro de 1749 parte de Viena, chegando antes do Natal a Lisboa, terminando assim a sua estadia de 4 anos e meio naquela cidade, e pondo fim à sua carreira diplomática.

Em Londres, o diplomata adquiriu a vontade e a capacidade de homem de ação, disposto a dotar o país de estruturas políticas e económicas adequadas a uma nação ultramarina, mas terá sido na corte austríaca que se moldou o homem político, e onde entrou em contacto com o conceito de despotismo Iluminado que iram marcar a obra de Pombal como estadista.

“Respirava-se em Viena o ambiente próprio do racionalismo crítico que a nova ideologia das luzes tinha espalhado, por toda a Europa, como garantia do governo ideal.”<sup>20</sup>

O futuro estadista, influenciado pelo que aprendeu durante as suas missões nas duas grandes capitais europeias, chegou a Lisboa com as ideias bem assentes quanto às medidas que iriam ser necessárias para modernizar o país, como, por exemplo, as reformas que iria impor nas estruturas políticas e económicas da sociedade portuguesa, baseado nas novas ideologias iluminadas. Em Viena, pôde ainda melhor compreender o sucesso de um governo que buscava a «grandeza própria» nos caminhos que conduziram à felicidade e ao esclarecimento dos súbditos. Não era pela via “obscurantista” que se impunha a posição de governante, antes “varrendo as trevas da ignorância para difundir com as suas leis o espírito das luzes”. Esta visão de um iluminismo, menos de raiz filosófica, mas mais prático, um “iluminismo reformista”, trouxe-a Sebastião José de Carvalho e Melo da sua missão na Áustria.

Manuel Teles da Silva, o duque que o introduziu na alta sociedade vienense e possibilitou o casamento com a condessa austríaca foi, também, para Pombal, um conselheiro político. Teles da Silva dizia que seriam necessários, para um bom governo, diferentes órgãos de administração e “conselheiros qualificados”. Só por si, um governo não conseguiria cumprir as exigências que seriam necessárias para governar um país, de maneira a alcançar a felicidade do povo. Advertia, desta maneira, para os riscos de um governo único - “(...) Morre a pessoa, e cai com o Ministro todo o estabelecimento, de sorte que se o sucessor é menos hábil, falta a constituição e todo o bom governo.” Desta maneira, pretendia acabar com o absolutismo e o vício do monarca e da nobreza, ou ainda com a ambição de um primeiro Ministro - “Passara a época dos validos, cabendo agora aos monarcas rodear-se de conselheiros atentos e de ministros capazes”. Foi em Viena que Carvalho e Melo melhor compreendeu um governo que buscava o sucesso de uma política que tinha como objetivo a «felicidade dos súbditos», e que, para manter a credibilidade de um reino, era necessário afastar o obscurantismo e a ignorância, alcançando, assim, o “Reino das Luzes”. Foi esta visão prática do Iluminismo do século XVIII que Pombal trouxe da sua estadia na Áustria.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo III, A Missão em Viena de Áustria, pág. 49

<sup>20</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo III, A Missão em Viena de Áustria, pág. 53

<sup>21</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo III, A Missão em Viena de Áustria, pág. 54 e 55



Fig. 4 – D. Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, condessa de Daun

## Fase Política (1750 e 1777)

### Novo Secretário de Estado

Sebastião José de Carvalho e Melo, após ter voltado a Lisboa, ainda demorou algum tempo até subir ao poder como ministro. Mesmo com os êxitos diplomáticos e conhecimentos que teria adquirido com as suas viagens, ainda não teria subido na consideração do monarca. Para piorar a sua situação, terá sofrido perdas de duas pessoas próximas, que seriam essenciais para a sua posição na corte joanina. O único fator a seu favor viria por via do seu casamento com a condessa de Daun, e da relação próxima que a esposa tinha com a Rainha D. Maria Ana. Isto seria suficiente para equilibrar a sua posição e assegurar a sua proximidade com o monarca, e, por consequência, mais adiante, a sua entrada no governo do país.

Com a doença de D. João V, a situação de Pombal iria mudar drasticamente. Com o monarca enfermo, e já no final da sua vida, começava-se a preparar a sucessão. Seria com a ajuda e recomendação da Rainha, juntamente com a subida do seu padrao a chanceler-mor, que acabou por ser escolhido para fazer parte do governo do rei seguinte, D. José I. Com a morte de D. João V, o rei D. José I sobe ao trono, em 1750 e, com ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeado como Secretário de Estado. Com este novo rei, a estrutura política iria sofrer uma alteração radical.<sup>22</sup>

A subida de Pombal ao poder não agradou à nobreza, que manifestou o seu desagrado com ataques ao passado de Carvalho, desde o seu estatuto social, até ao suposto rapto da primeira mulher. As críticas foram de tal maneira extensas, que chegaram a estender-se à Rainha Mãe, que, supostamente, ao propor Carvalho para o novo governo, estaria a satisfazer a vaidade da casa Daun - que seria um bom trunfo na política externa da Áustria.<sup>23</sup>

Para uma melhor compreensão da posição do novo Secretário de Estado em relação ao monarca, é necessário referir que D. José I, em relação aos seus ministros, fazia respeitar devidamente as posições hierárquicas impostas. É conhecido que o monarca nunca permitiu que os Ministros se intrometessem na sua intimidade ou tentassem contrariar a vontade régia. E Sebastião Carvalho, segundo alguns registos e biógrafos, sempre respeitou a sua posição. Entendia que só mantendo estas regras e limites é que se poderia manter o respeito mútuo entre “o governo e os vassallos”, por tudo assentar no princípio da autoridade do rei.

Com a sua chegada ao poder, ao lado do rei, Pombal quis, desde o início, pôr em prática as ideologias que absorveu nas suas duas missões, com base no Despotismo Iluminado. Para isso reformularia toda a estrutura do país, como as finanças, o comércio, a educação e a agricultura, começando pelo centro do poder, o que certamente suscitaria resistências. Caberia, no entanto, ao rei decidir e permitir pôr em prática esta reestruturação ideológica, para o bem

---

<sup>22</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo IV, A Ascensão Política, pág. 59

<sup>23</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo IV, A Ascensão Política, pág. 60

do seu país. Para estas mudanças acontecerem, seria necessário excluir interferências da Igreja ou, ainda, as exigências ou vícios da nobreza.

O novo Secretário de Estado entendia que estas mudanças no governo não iriam agradar a muita gente, e compreendia o risco de violência. Mas para bem de um povo que, “corrompido nos seus hábitos”, “vivia tão dependente do estrangeiro” tais reformas seriam necessárias<sup>24</sup>. Para desenvolver uma estrutura válida, seria necessário desenvolver uma política reformista, onde todas as estruturas e áreas seriam melhoradas segundo regras pensadas racionalmente. Para uma reforma correta das áreas em questão, seria pedida ao Ministro uma análise detalhada e baseada na opinião de pessoas envolvidas nos diferentes ramos. Esta análise era necessária para realizar escolhas bem ponderadas e bem desenvolvidas, para conseguir que esta ideologia fosse praticável.

Até ao terramoto, com as novas reformas postas em prática, Pombal irá mudar o rumo do país. Ao mesmo tempo, também terá trabalhado para tornar o Brasil uma grande potência comercial, o que, mais para a frente, irá possibilitar a sua independência. Junto com estas medidas reformistas nas estruturas políticas e comerciais, também tornou mais rígidas as regras em relação à criminalidade, tentando tornar o país um local mais seguro para os seus habitantes e visitantes. O terramoto veio abrandar o ritmo de implementação das ideias reformistas que o governo desejava realizar, colocando como prioridade recuperar o que a calamidade causou. Mas, como resultado da catástrofe, será posta em prática uma nova reforma, que irá não só melhorar o bem-estar da população, mas também alterar o rumo da sociedade Lisboeta, e tornar a capital portuguesa num marco, aos olhos da Europa e do mundo. Será a partir deste momento que, juntamente com profissionais da área da construção, Sebastião de Carvalho, o futuro Marquês de Pombal, irá começar a reforma da cidade de Lisboa.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, O Marquês de Pombal, O Homem, O diplomata e o Estadista, Lisboa 1982, Capítulo IV, A Ascensão Política, pág. 64

<sup>25</sup> Ver também: BRANCO, Camillo Castello, Perfil do Marquês de Pombal, editores proprietários, Clavel & C<sup>ª</sup>, L. Couto & C<sup>ª</sup>



Fig. 5 – Sebastião José de Carvalho e Melo a coordenar o início da restauração de Lisboa

## A Obra

Ao longo dos anos, antes e após o terramoto, foram várias as personalidades no mundo da engenharia militar e da arquitetura que, conduzidos pelo Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, tiveram um papel crucial na realização das grandes construções em Lisboa e, mais ainda, na grande reconstrução. Uma das personalidades com mais importância foi o Engenheiro Manuel da Maia, o primeiro homem responsável pela organização do início deste projeto, seguindo-se o capitão Eugénio dos Santos, autor da primeira planta aprovada para Lisboa, e Carlos Mardel, que sucedeu ao anterior e deu continuidade à construção da Nova Baixa.

No presente capítulo, é necessária uma primeira análise da vida e contributos dos grandes especialistas envolvidos na reorganização e reconstrução da capital portuguesa, para uma devida contextualização, e, só depois, uma descrição minuciosa do desenvolvimento da grande restauração, seguindo os passos dos projetos, dos arquitetos e das suas influências. Darei conta, também, de alguns pormenores técnicos, nomeadamente a famosa “gaiola pombalina”, acabando, por fim, por tentar analisar o que terá sido, a partir desta icónica construção, o estilo pombalino.

Juntamente com os engenheiros e arquitetos, houve, também, outras personalidades, da mesma área, envolvidos nesta grande obra, tais como Gualter da Fonseca e Elias Poppe – que, em conjunto com Eugénio dos Santos, tiveram como papel projetar as plantas para a Nova Baixa. Mas, para este trabalho, iremos apenas analisar o contributo dos principais envolvidos.

# O Grande Tutor

## Manuel da Maia, o velho Engenheiro-mor

Quem orientou, inicialmente, os projetos de reconstrução da nova Baixa foi Manuel da Maia. Não existem certezas acerca do ano do seu nascimento, mas, segundo alguns documentos, iniciou a sua carreira por volta dos finais do século XVII, estimando-se que terá nascido por volta de 1670, no seio de uma família humilde. É também essencial referir que Manuel da Maia, no ano do Terramoto, já tinha oitenta anos<sup>26</sup>, tendo falecido em 1768, treze anos após a grande catástrofe. O engenheiro não pôde, por isso, ver o trabalho ser finalizado. Começou a sua carreira ainda no reinado de D. João V.<sup>27</sup>

Esteve no exército, foi engenheiro e arquiteto, tendo alcançado altos cargos civis e militares e grandes dignidades, apesar das dificuldades que terá tido durante a sua vida, devido à sua origem humilde.

Fidalgo do Paço, terá sido já professor do Príncipe Real, o futuro D. José I, e recebeu o hábito de Cristo em 1720. A partir de 1745 foi guarda-mor da Torre do Tombo, edifício cuja reconstrução planeou a seguir ao terramoto. No âmbito das suas funções militares, exerceu o cargo de engenheiro-mor do Reino de D. José I, a partir de 1754, posição que ocupou até à sua morte. Como arquiteto e engenheiro, esteve envolvido em grandes construções que tiveram lugar em Portugal, como por exemplo, a construção do Hospital de Caldas da Rainha. Foi um dos engenheiros mais influentes na construção no Aqueduto das Águas Livres e, ainda, na definição de alguns aspetos técnicos na construção do convento de Mafra. Mas o que mais o notabilizou na história foram os projetos para a reconstrução da nova Baixa de Lisboa, o seu planeamento e construção. Por fim, redigiu vários trabalhos literários e científicos, incluindo a tradução de obras das línguas latina, italiana, inglesa e francesa.<sup>28</sup>

Manuel da Maia, após o terramoto, redigiu uma dissertação que deu início à grande restauração de Lisboa. Esta dissertação foi um documento importante para o começo da organização da obra, o que faz do velho engenheiro, uma peça importante em toda esta reconstrução da Baixa de Lisboa. Nesta sua dissertação irão ser referidos diferentes engenheiros e arquitetos, sendo um dos mais importantes o Capitão Eugénio dos Santos, que aparece como um dos responsáveis pelos diferentes projetos para a nova cidade.

---

<sup>26</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 75

<sup>27</sup> ROSSA, Walter, Além da baixa, Índícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património, pág. 24

<sup>28</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, MAIA, Manuel da, (1670?-1768), pag.140



Fig. 6 – Manuel da Maia

## Os Colaboradores

### Eugénio dos Santos

Eugénio dos Santos e Carvalho nasceu em Aljubarrota, em março de 1711, e faleceu em Lisboa, a 5 de agosto de 1760, tendo sido sepultado no Convento de S. Francisco <sup>29</sup>. Tal como Manuel da Maia, também veio do seio de uma família humilde de serventes de pedreiros, o que o pôs, desde muito cedo, em contato com a construção. Casou no ano de 1747 com D. Francisca Teresa Maria de Jesus, da qual teve um filho e duas filhas. Oficial do Exército com a função de engenheiro, era capitão quando o Primeiro Ministro de D. José o chamou para participar nas obras de reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1755 - teria, nessa altura, quarenta e cinco anos de idade.

Foi capitão engenheiro e cavaleiro professo da ordem de Cristo, tendo sido muito apreciado na sua época como engenheiro e arquiteto. Foi inspetor e executor das reais obras da arquitetura da corte e nomeado um dos seis medidores de tudo o que pertencia ao Real serviço e encarregado das cobranças de várias tenças, vindo a ser recompensado, pelos seus serviços, com uma remuneração efetiva nos almoxarifados do Reino. Ingressou na ordem de Cristo como Cavaleiro, depois de dispensado pelo rei de certos impedimentos apresentados, entre os quais figurava o da modéstia da sua família. Em 1750, nova tença lhe vem a ser concedida na Alfândega de Lisboa e é-lhe dada a carta de mercê da propriedade do ofício de arquiteto supranumerário das obras dos Paços da Ribeira de Lisboa, em substituição de João Antunes, então falecido.

Nomeado arquiteto e medidor da Marinha, a sua vida entra em nova fase em 1755, muito se tendo distinguido entre os colaboradores de Manuel da Maia, nas obras de reconstrução de Lisboa, depois do terramoto. A sua obra apresenta, portanto, duas fases: antes e depois do terramoto. Antes do terramoto, assistiu à obra do Hospital das Caldas, foi arquiteto das obras do Paço da Ribeira e de outros paços reais. Enquanto elaborava a planta da nova cidade, foi arquiteto e diretor interino da Alfândega, do Real Arsenal e da Nova Alfândega. Com Carlos Mardel, assistiu as obras de S. Bento da Saúde, em Lisboa.

Após a sua morte, muitos dos seus projetos para a reconstrução da cidade foram alterados, inclusivamente o do Terreiro do Paço, embora este de forma ligeira. A ele se devem, ainda, o anteprojecto para a estátua equestre de D. José I e o Arco Triunfal da Rua Augusta, no Terreiro do Paço.

Depressa esquecido, Eugénio dos Santos vem, todavia, a ser reabilitado e lembrado pela Câmara Municipal de Lisboa, que deu o seu nome a uma das antigas ruas da capital <sup>30</sup>. No seu retrato, é representado como um homem inteligente e leal, de uma grande simpatia e pureza. Eugénio dos Santos morreria pouco tempo depois do terramoto, cansado e arrependido por ter posto de lado a sua própria religião no desenvolvimento do projeto, estando mais atento aos interesses novos do urbanismo, como iremos ver mais à frente. Mas, no final, os seus planos corresponderam,

---

<sup>29</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, SANTOS, Eugénio dos (1711-1760), pag.481

<sup>30</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, SANTOS, Eugénio dos (1711-1760), pag.482, 483

perfeitamente, aos princípios da política pombalina<sup>31</sup>. Apesar da sua morte, a reconstrução continuou seguindo o seu próprio caminho, adaptando-se e crescendo, segundo a orientação do seu sucessor, Carlos Mardel.

---

<sup>31</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, A Urbanização da Nova Lisboa, pág. 102, 103



Fig. 7 – Eugénio dos Santos

## Carlos Mardel, o Húngaro (Karoly Mardell)

Carlos Mardel nasceu na Hungria em 1696, e veio para Portugal em 1733 com a patente de capitão, aqui tendo trabalhado como arquiteto militar e civil e proteção da rainha austríaca e Ludovice<sup>32</sup>. Em 1735, terá pedido ao rei que lhe concedesse uma patente de acordo com as suas qualificações, atendendo à sua experiência nesta área, adquirida em confrontos bélicos no seu império, envolvendo a Polónia e a Inglaterra. No ano 1735, por carta de 9 de julho, foi nomeado sargento-mor de infantaria, com o exercício de engenheiro. Em 1740, desenhou um retábulo de pedra para a Capela das Onze Mil Virgens, da igreja de S. Vicente de Fora<sup>33</sup>. A sua atividade, antes do terramoto de 1755, esteve particularmente ligada às obras da condução de águas de Lisboa, por via do grande aqueduto das Águas Livres, em cuja construção esteve envolvido, entre os anos 1744 e 1762.

Por carta de 22 de fevereiro de 1747, é nomeado arquiteto do Paço Real. A este cargo se juntou o de arquiteto das três ordens militares e o de arquiteto e medidor das obras das fortalezas da barra. São obras suas o Chafariz da Rua do Século e o da Esperança. Desenhou, também, o projeto do Arco da Rua de S. Bento e, em 1752, orientou a reconstrução do Real Colégio de S. Paulo, em Coimbra. Tal como Eugénio dos Santos, a partir do terramoto de 1755, passa a ter um papel mais notório. A 9 de abril de 1755, Manuel da Maia ordenou a Carlos Mardel, Eugénio dos Santos e Elias Poppe «que tomassem por sua conta fazer delinear, demarcar e balizar o terreno» da zona de campo de Ourique e, mais adiante, pormenoriza: «as ruas, praças e mercados, que no dito terreno se poderem em boa forma distribuir assim para o bom uso e comodidade do público como para enobrecer a dita cidade»<sup>34</sup>. De 1758, existe uma planta topográfica de Lisboa, levantada pelos engenheiros Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e desenhada por João Pinto Ribeiro, em que estão indicados os arruamentos anteriores ao terramoto e os novos alinhamentos.

Carlos Mardel e o capitão Eugénio dos Santos foram os responsáveis eficientes pela urbanização de Lisboa e principais edificações que foi preciso erguer. Mardel também projetou o colégio dos Nobres, reedificou o Palácio da Inquisição, reconstruiu o convento de S. Domingos e a respetiva igreja. Começou, ainda, a projetar o Palácio Real de Campo de Ourique, ideia que, com a morte do rei D. José I, foi posta de parte. Depois da concessão do título de Conde de Oeiras a Sebastião José de Carvalho e Melo, delineou, a pedido deste, para a vila de Oeiras, um palácio de veraneio que é dos mais característicos do século XVIII. Como nota o Prof. Reinaldo dos Santos, Carlos Mardel tinha o «amor da cor e do pitoresco»<sup>35</sup>.

Em 1747, passou a arquiteto dos Paços Reais, sendo, assim, o oitavo mestre da aula do Risco do Paço da Ribeira, e, em 1762, por decreto de 5 de março, foi-lhe dado o posto de Coronel de Infantaria, com prática em Engenharia. No ano seguinte, após a sua promoção, no dia 8 de setembro, faleceu na sua casa, com perto de 60 anos, sendo sucedido pelo engenheiro siciliano Michelangelo de Blasco<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup>FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág.69

<sup>33</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, MARDEL, Carlos (1696-1763), pag.171

<sup>34</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, MARDEL, Carlos (1696-1763), pag.172

<sup>35</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto, MARDEL, Carlos (1696-1763), pag.173

<sup>36</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 23

Estes foram os principais engenheiros que, sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo, deram forma à cidade que hoje conhecemos. Como vimos, eram militares com uma vasta experiência na área da construção, que estiveram bastante ativos durante a sua vida em construções por todo o país. Será com esta experiência e a sua influência e ideias, que a Nova Baixa Pombalina irá ganhar forma, e, dentro dela, um estilo, hoje conhecido como estilo Pombalino, iria surgir.



Fig. 8 – Carlos Mardel

## A Primeira Dissertação

Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino de D. José I, tinha, na altura do terramoto, perto de oitenta anos, chegando ao fim de uma carreira notável de engenheiro militar, perito em trabalhos de fortificações e responsável pela resolução de alguns problemas na cidade de Lisboa, tendo traçado, em 1718 <sup>37</sup>, planos para a resolução dos mesmos. Sendo necessária e urgente a reconstrução da Baixa da capital, Manuel da Maia, a pedido do rei D. José I, escreveu uma vasta dissertação composta por três partes, embora se pense existir uma quarta parte, que se terá perdido.

A primeira parte propõe, de forma detalhada, cinco hipóteses iniciais para a reconstrução da cidade, que se resumem em seguida:

- A primeira proposta baseava-se na simples reconstrução da cidade, seguindo os planos anteriores ao terramoto, mantendo a sua forma medieval, extinguindo, assim, a memória do Terramoto.
- A segunda seguia a mesma organização da primeira proposta, mas com a correção das formas, através do tratamento e alargamento das ruas, o que seria já uma medida contra futuros terramotos.
- A terceira continuava na mesma linha de pensamento das primeiras, mas acrescentando a regra de que os edifícios apenas poderiam ter, no máximo, dois andares - outra medida antissísmica.

Nas quarta e quinta hipóteses existe uma mudança radical em termos de pensamento, em relação às primeiras três, propondo uma completa mudança da cidade:

- Na quarta, é proposta a modificação completa da cidade, o que proporcionaria um completo controlo e organização do novo espaço urbano, e daria uma nova vida à capital portuguesa, no local em que esta tinha sido completamente devastada.
- Finalmente, a quinta proposta seria a construção de uma cidade inteiramente nova, para os lados de Belém, desde Alcântara até Pedrouços, local de prestígio para a classe alta daquele século <sup>38</sup>.

A primeira parte da dissertação de Manuel da Maia, para além de referir estas soluções, também começa por enumerar certas observações e apresenta, ainda, algumas soluções para problemas técnicos, que deviam ser postas em prática nesta nova construção. Maia referiu pormenores sobre a proteção antissísmica dos edifícios e saúde pública, como por exemplo os esgotos, nas ruas e nas habitações. No final, estas propostas terão sido parcialmente seguidas e serão estas primeiras observações de Manuel da Maia que farão a diferença e que terão uma grande influência no produto final desta grande construção da atual Lisboa Pombalina <sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> ROSSA, Walter, *Além da baixa, Índícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Coleção Arte e Património, pág. 24

<sup>38</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 78

<sup>39</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 76

Estas cinco hipóteses foram objeto de profunda análise por Manuel da Maia. Para um melhor entendimento destas soluções, achei conveniente uma diferente organização constituída por três tipos de pensamentos. Estes pensamentos permitem distinguir os diferentes tipos de trabalhos que se pretende fazer na nova Baixa da cidade de Lisboa, possibilitando assim a junção de algumas hipóteses, que seriam bastante semelhantes e assim distingui-las dos restantes.

No primeiro pensamento, juntam-se as três primeiras hipóteses, pois, embora sejam organizadas como soluções diferentes, todas irão coincidir na terceira solução. Neste pensamento, pretende-se manter a forma da cidade antiga, mas fazendo alguns ajustes, de modo a melhorar a segurança e bem-estar das pessoas. Os outros dois pensamentos já são mais radicais. O segundo é coincidente com a quarta hipótese posta por Manuel da Maia, que já requer a destruição do resto das casas em ruínas e a reconstrução de uma nova forma da cidade no mesmo local. O terceiro pensamento, a última e quinta hipótese, seria ainda mais radical, implicando transferir toda a cidade para outro local, deixando as ruínas à mercê dos seus proprietários, e fazendo uma capital de raiz.

Manuel da Maia terá considerado o primeiro pensamento, simplesmente por necessidade de reunir todas as possíveis soluções para a reconstrução, mas, se este tivesse sido escolhido, erguendo de novo a cidade devastada, mostrava um desinteresse extremo, não aproveitando a tal “oportunidade” que surgiu deste terramoto, e apagando a memória de que alguma vez esta terrível catástrofe aconteceu. Passado algum tempo, o tipo de construção, manutenção e organização iria ser o mesmo dos anos anteriores ao terramoto e os costumes repetir-se-iam.

Ao contrário do primeiro pensamento, o segundo pretende destruir tudo o que sobrou da cidade arruinada pelo terramoto, com a possibilidade de utilizar os escombros para nivelamento, e reconstruir uma nova cidade segundo uma “liberdade competente”<sup>40</sup>, com regras de segurança e higiene renovadas, ditadas por Manuel da Maia. Por fim, o terceiro pensamento contraria o que foi pensado anteriormente. Era esta a solução favorita de Manuel da Maia, que, com o objetivo de facilitar e reduzir custos, pretendia deixar a baixa ao arbítrio dos seus proprietários e reconstruir uma nova cidade em Belém, também com uma “liberdade competente”.

Em toda a dissertação, Manuel da Maia faz bastantes alusões aos problemas económicos e a como seria mais vantajosa para o reino a reconstrução da capital. O primeiro pensamento seria o mais rentável, já que se reconstruía a cidade igual ao que era, com a possibilidade de utilizar os escombros das casas destruídas, com algumas alterações em relação às estruturas, de acordo com as soluções técnicas referidas pelo engenheiro-mor. Esta opção seria, também, a mais fácil por evitar os problemas com os proprietários dos terrenos e, desta maneira, não haveria gastos no pagamento de indemnizações e compra dos mesmos. Lisboa ficaria, de alguma forma, melhorada, mas, como já referi, mostrava pouca preocupação e vontade de renovar, e o terramoto de 1755 iria acabar no esquecimento, retornando-se aos velhos hábitos de construção e organização urbana.

Maia faz uma crítica a esta hipótese, dizendo que este projeto não mostra qualquer tipo de melhoria significativa e preocupação com a segurança da capital, já que, embora o terramoto tenha sido uma grande catástrofe, poderia ser visto como uma oportunidade para o melhoramento da capital portuguesa. Manuel da Maia não acredita neste

---

<sup>40</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 78

pensamento de preservação da antiga cidade, pois, embora durante algum tempo a catástrofe seja recordada, com o passar dos anos, será esquecida como o serão, também, as novas regras de prevenção contra sismos. Lisboa voltaria a ser a mesma cidade que era há muitos anos atrás, com a sua construção desorganizada e compulsiva. Manuel da Maia nomeia este fenómeno como a “lei do esquecimento”<sup>41</sup>, e pretende combater esta tendência, desde o início.

A partir daqui, seria fundamental decidir a qual dos seguintes pensamentos se iria recorrer. O engenheiro-mor tinha como favorita a última hipótese, mas também era necessário refletir sobre a solução de construir de raiz uma nova cidade no local da antiga baixa, que implicava a demolição das ruínas da parte central da cidade. Os escombros dessas casas serviriam para nivelar os pavimentos, sobre os quais seria feita uma nova planificação das ruas e das alturas dos edifícios, segundo um novo plano, ponderado e organizado, instaurando as regras dos edifícios, com a altura até dois andares, e das ruas, que não teriam uma largura menor do que a altura dos edifícios. Estas medidas iriam garantir a segurança das pessoas a criar uma nova consciência, mantendo a memória do sismo. Maia refere, também, um grande problema que se sentia naquele local da Baixa, que era a subida do nível freático. Esta solução de reconstruir e nivelar toda a cidade seria um ponto de partida para solucionar este problema, pois iria possibilitar elevá-la acima do nível dos lençóis de água que escoavam no Tejo. Desta maneira, seria possível diminuir os custos de manutenção que eram necessários devido aos estragos da água e melhorar, também, a saúde pública<sup>42</sup>.

A última era uma solução ainda mais radical, deixando a cidade arruinada para os seus proprietários e construindo uma cidade completamente nova, em Belém. A conceção desta nova cidade poria fim a quase todos os problemas levantados pela reedificação da antiga cidade, tais como o planeamento num espaço tão limitado, compensações económicas, o destino a dar aos escombros, o que se tornava bastante apelativo para Manuel da Maia. O engenheiro também tomava esta hipótese como favorita pelo simples prazer de poder construir uma nova cidade de raiz, num novo lugar onde a população estaria livre das memórias da catástrofe, e, também, pela facilidade de construção, naquele local, de uma cidade com uma boa organização de ruas e de edifícios, sem linhas e regras para seguir obrigatoriamente. Nesta solução via, também, uma boa oportunidade para mudar a habitação Real.<sup>43</sup>

Uma justificação interessante referida por Manuel da Maia em relação à escolha do novo local de implantação da nova cidade, era, segundo ele, a maior resistência deste, em comparação ao terreno da antiga baixa, no que diz respeito aos fenómenos sísmicos. Segundo ele, o sismo, naquele local, não provocou tanta destruição em comparação com a Baixa, embora os locais estejam bastante próximos. A justificação que Manuel da Maia dá está relacionada com os despejos das imundícies públicas que, devido à sobrepopulação no centro de Lisboa e aos despejos “em massa” feitos ao longo dos anos, foram amolecendo o solo, diminuindo a resistência do terreno, tornando-o menos capaz de suportar um edifício. Este enfraquecimento, segundo Manuel da Maia, terá tido influência na grande destruição na Baixa. O engenheiro-mor vê, nesta ideia de trazer a cidade para um local “virgem”, uma maneira de prevenir a cidade contra futuros sismos. Esta poderá ter sido uma das razões pelas quais Maia teria esta opção como favorita.

---

<sup>41</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 78

<sup>42</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 78

<sup>43</sup> ROSSA, Walter, Além da baixa, Índícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património, pág. 39

Como já referi, Manuel da Maia tem sempre em conta, também, os condicionalismos económicos, o que seria de importância máxima naquela época. Por isso, impunha-se uma decisão sensata e estudada, considerando cuidadosamente todas as hipóteses para a resolução do problema. Afastando-se do primeiro tipo de pensamento, faz depender a escolha do local da nova cidade da decisão acerca do local da residência real, ou seja, o local que fosse escolhido para o novo Palácio seria, também, o local da nova cidade. Caso fosse Belém o local escolhido, para lá se mudaria a nova cidade.

Enquanto não houve uma decisão final sobre o local, Manuel da Maia foi pensando sobre as duas hipóteses <sup>44</sup>, embora, no final, a hipótese de transferir a Baixa para outro local tenha sido posta de lado, tendo a renovação total da Baixa da capital sido a opção escolhida. Mas, independentemente da escolha que viria a ser feita, Manuel da Maia estabeleceu certas regras que deveriam prevalecer na Nova Baixa, tais como a regra de limitar a altura dos novos edifícios para os dois andares e a exclusão de arcos cobertos nas ruas, que punham em causa a segurança dos habitantes. Esta preocupação com a segurança vai de encontro à grande subida de criminalidade e à falta de força policial nas ruas, ainda consequências do terramoto. <sup>45</sup>

Outros aspetos técnicos preocupam o engenheiro-mor e, para esses problemas, ele indica medidas para a regularização da malha urbana e das fachadas, exigindo ruas mais regulares, largas e niveladas. Mas, apesar do desejo de ruas organizadas e regularizadas, Maia receia a inércia dos proprietários em relação a estas novas regras e a sua insistência numa Lisboa cultural e tradicional <sup>46</sup>, o que mostra a força e a presença do passado. Mas, apesar dessa dúvida, mostra sempre uma vontade de fazer novo, com um pensamento de engenheiro experimentado e sábio.

No final, entre os três pensamentos que referi, apenas os dois últimos criaram a maior dúvida, mas, a 5 de dezembro de 1755, é publicado, pelo Primeiro Ministro de D. José I, um decreto que proibia a edificação fora dos limites da antiga cidade <sup>47</sup>. Este poderá ter sido o fator que terá, por fim, contribuído para a decisão final. A 11 e a 22 de dezembro, os engenheiros encarregues da obra terão já recebido ordens para estudar o terreno do centro da cidade <sup>48</sup>. Daqui em diante, contrariando o favoritismo de Manuel da Maia, foi escolhida a reconstrução de uma Nova Baixa no mesmo local. Com esta decisão, a dissertação e o desenvolvimento da grande reconstrução passariam para a próxima fase. Começar-se-ia a projetar a Nova Baixa da capital portuguesa, o que traria uma nova vida à cidade e, com ela, algumas alterações para a sociedade.

Tomada a decisão, estimou-se, então, que a nova cidade iria cobrir a zona que tinha sido mais devastada no terramoto, repartindo-a pelos proprietários, segundo a área que lhes competia. Uma parte importante da dissertação de Manuel da Maia são as exigências, que serão dadas aos projetistas, começando com a uniformidade e regularidade

---

<sup>44</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 81

<sup>45</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 81

<sup>46</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 82

<sup>47</sup> ROSSA, Walter, Além da Baixa, Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património, Cap. 3, A nova Lisboa, A reformulação dos planos renovadores de Manuel da Maia, pág. 38

<sup>48</sup> ROSSA, Walter, Além da Baixa, Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património, pág. 41

dos edifícios e ruas, o que será bastante importante para o objetivo que se pretende atingir desde início. Integrados nesta exigência estão as regras da largura das ruas e da altura dos edifícios.

Esta necessidade de reforma da cidade e da sua organização urbanística já terá sido referida pelo velho engenheiro no reinado de D. João V<sup>49</sup>. Manuel da Maia criticou a maneira como estava organizada a cidade, referindo a falta de organização que a caracterizava, e terá ainda pedido que se fizesse um plano para organizar e renovar a cidade, de maneira a inovar o urbanismo daquela época. Propôs que as ruas fossem aumentadas, igualando-as, em largura, às ruas mais largas do bairro central, e que se separasse o comércio em praças e mercados, ou seja, locais próprios para esta atividade, criando, assim, uma separação entre residências e trabalho. Mas, na época, não havia uma razão forte para fazer essa mudança nos bairros joaninos - por isso, não houve qualquer iniciativa a esse nível<sup>50</sup>. Com o terramoto, viu-se, então, uma nova oportunidade para pôr em prática estas propostas de Manuel da Maia.

---

<sup>49</sup> Ver também: ROSSA, Walter, *Além da Baixa, Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Coleção Arte e Património

<sup>50</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 86

## Segunda Dissertação

### Os seis projetos

Na segunda parte da dissertação aparece já com mais detalhe o que se pretende para a Nova Lisboa, com desenhos de seis plantas para a nova organização urbana da Baixa, descrevendo, também, os tipos de janelas, varandas, pormenores das ruas, tais como tamanho, especificações para carruagens, peões e cavaleiros, pórticos e colonata. Estes detalhes, aqui descritos, terão sido desenhados por Eugénio dos Santos, mas até hoje não foi possível encontrar esses documentos, que estão dados como perdidos.

Em seguida, irei descrever o processo que terá levado ao projeto final de Eugénio dos Santos, a partir do qual foi criado o projeto-piloto da futura cidade de Lisboa. Para começar o projeto, foi necessário fazer um plano geral, o que terá originado seis projetos iniciais.

As seis plantas foram feitas por três engenheiros, sob as ordens de Manuel da Maia, sendo eles Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e Gualter da Fonseca<sup>51</sup>. Para fazer as primeiras três plantas, foram criadas três equipas, chefiadas por cada um dos referidos engenheiros. Cada equipa terá elaborado uma planta diferente, cada uma com diferentes exigências:

- A primeira equipa era constituída por Gualter de Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha, praticante da Academia Militar. Esta equipa ficaria restringida ao estudo dos planos das ruas da cidade antiga e à sua correção para um formato mais regular e organizado, respeitando, por completo, todos os edifícios públicos presentes.
- À segunda equipa, de Elias Sebastião Poppe e seu filho José Domingos, aspirante da Academia militar, já era permitido alterar o traçado da cidade antiga, sendo, no entanto, obrigada a respeitar as igrejas que se situavam na Baixa.
- A última equipa, de Eugénio dos Santos e do seu ajudante António Carlos Andreas, ficou com o projeto que teria mais liberdade. Esta equipa poderia alterar toda a organização da cidade, não sendo obrigada a seguir nenhum tipo de linhas arcaicas ou respeitar edifícios públicos, embora lhe fosse pedido um mínimo de consideração para com as igrejas daquela área<sup>52</sup>.

A todos os grupos foi pedida a criação de espaços públicos tais como praças, que fossem úteis e agradáveis.

---

<sup>51</sup> Mardel não esteve envolvido nesta primeira parte do projeto, mas, como vimos atrás, estaria nesta altura a fazer o levantamento da planta do terreno onde tomaria lugar a construção da nova cidade. Iremos ver mais a frente o papel, que o Húngaro, terá para a constituição da Nova Baixa.

<sup>52</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 22

Por fim, Manuel da Maia acrescentou mais três projetos individuais de cada engenheiro, Gualter da Fonseca, Elias Poppe e Eugénio dos Santos, os quais, tal como a última equipa, não teriam qualquer restrição, exceto as regras em relação às igrejas existentes.

Para acompanhar Manuel da Maia nesta grande obra, eram necessárias pessoas experientes e formadas, engenheiros que fossem capazes de ultrapassar e resolver qualquer problema. Um destes problemas era a relação, que Manuel da Maia pretendia, entre o novo e o velho <sup>53</sup>, que seria um dos problemas principais desta obra. <sup>54</sup> Esses colaboradores seriam, durante alguns anos, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, que desempenharam um papel de grande importância no projeto da nova cidade.

*«Os três, o velho Maia, Eugénio dos Santos e Mardel, homem vindo da Europa Central, mais do que uma equipa, formam com o efeito um triângulo de forças convergentes para uma obra comum – a nova Lisboa.»* <sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 90

<sup>54</sup> Ver, também, comparações feitas por Manuel da Maia entre a Reconstrução de Lisboa e a reconstrução de Turim. ROSSA, Walter, Além da Baixa, Índices de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património, pág. 40

<sup>55</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 90

## Projetos das Equipas

A área utilizada para os novos projetos será, então, a zona que foi mais afetada pelo terramoto. Está compreendida entre o Terreiro do Paço e o Rossio - mais especificamente, 560 metros no sentido norte-sul, por 380 metros no sentido nascente-poente. Será aqui o futuro da nova Lisboa. Com todas as regras delineadas, e área selecionada para a grande construção, começam assim a desenvolver-se os projetos para a Nova Baixa.

### Equipa de Gualter da Fonseca

O primeiro projeto, realizado pela equipa de Gualter da Fonseca, acabou, no final, por não ter grande desenvolvimento, trazendo poucas mudanças em relação à malha urbana antiga. Como já referi acima, este era o projeto com mais restrições em relação às mudanças a introduzir na cidade. No final, foi elaborado um projeto que, simplesmente, mantinha o urbanismo da antiga cidade, mas com uma forma mais regular. Ou seja, onde as sessenta ruelas e becos, cinquenta ruas e dezasseis praças, que existiam antigamente, foram regularizadas, mas dentro da mesma malha que a cidade medieval possuía. Duas das ruas mais respeitadas foram a Rua dos Ourives, ou do Ouro, que cortava a Baixa, e também a Rua Nova dos Ferros, que se encontrava por trás do Terreiro do Paço. Estas ruas, unidas, criavam uma espécie de “L”<sup>56</sup>, característica da malha antiga da cidade.

Também o Terreiro do Paço e o Rossio ficavam inalterados em relação ao que seriam antes, irregulares e sem relação entre si. O único acrescento seria no Terreiro do Paço que, embora mantivesse a sua forma, era dividido em duas partes por um edifício que seria a Bolsa do Comércio. Podemos relacionar esta alteração com a vontade, que já Manuel da Maia mostrava no início da sua dissertação, de transferir o comércio para o Terreiro do Paço, de acordo com a necessidade de concentração das atividades em Praças<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> O “L” é uma forma importante e bem marcada na malha medieval, criada pela rua dos Ourives e a Rua Nova dos Ferros. Esta forma irá ser bem respeitada e utilizada, como referência do “velho” e da herança histórica, nos projetos de equipa apresentados a Manuel da Maia. Não será referido, no projeto de Eugénio dos Santos mas, a meu ver, é possível ver uma mínima referência a esta forma no seu projeto. Ver FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 23

<sup>57</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 92



Fig. 9 – Projeto de Equipa de Gualter da Fonseca

## Equipa de Elias Poppe

O Segundo projeto é da equipa de Elias Poppe, que teve mais liberdade que a equipa anteriormente referida. A equipa de Poppe estava limitada relativamente aos edifícios públicos existentes naquela área, principalmente as igrejas. Esta equipa marca três grandes Ruas, mais a Rua Nova dos Ferros que, como já referi, estará, nos primeiros projetos, bem representada. Neste projeto, também é respeitada a forma criada entre a rua dos Ourives e a Rua Nova dos Ferros, mas de uma maneira muito mais controlada e regularizada, embora menos reconhecível.

As três ruas marcadas ligam o Terreiro do Paço e o Rossio, tomando uma delas uma ligeira mudança de direção, um pouco depois da praça do Rossio. As outras duas, paralelas entre si, não vão dar exatamente ao Terreiro, mas acabam numa praça, que já existia antes do terramoto, onde seria suposto ser reconstruída a igreja de S. Nicolau. Ruas transversais às ruas principais também são marcadas neste projeto. Ao todo são representadas cinco ruas que cortam na transversal as ruas principais, paralelas à praça do Rossio, e outras na mesma direção que a Rua Nova dos Ferros. Neste projeto, as praças principais mantêm as formas originais <sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 94

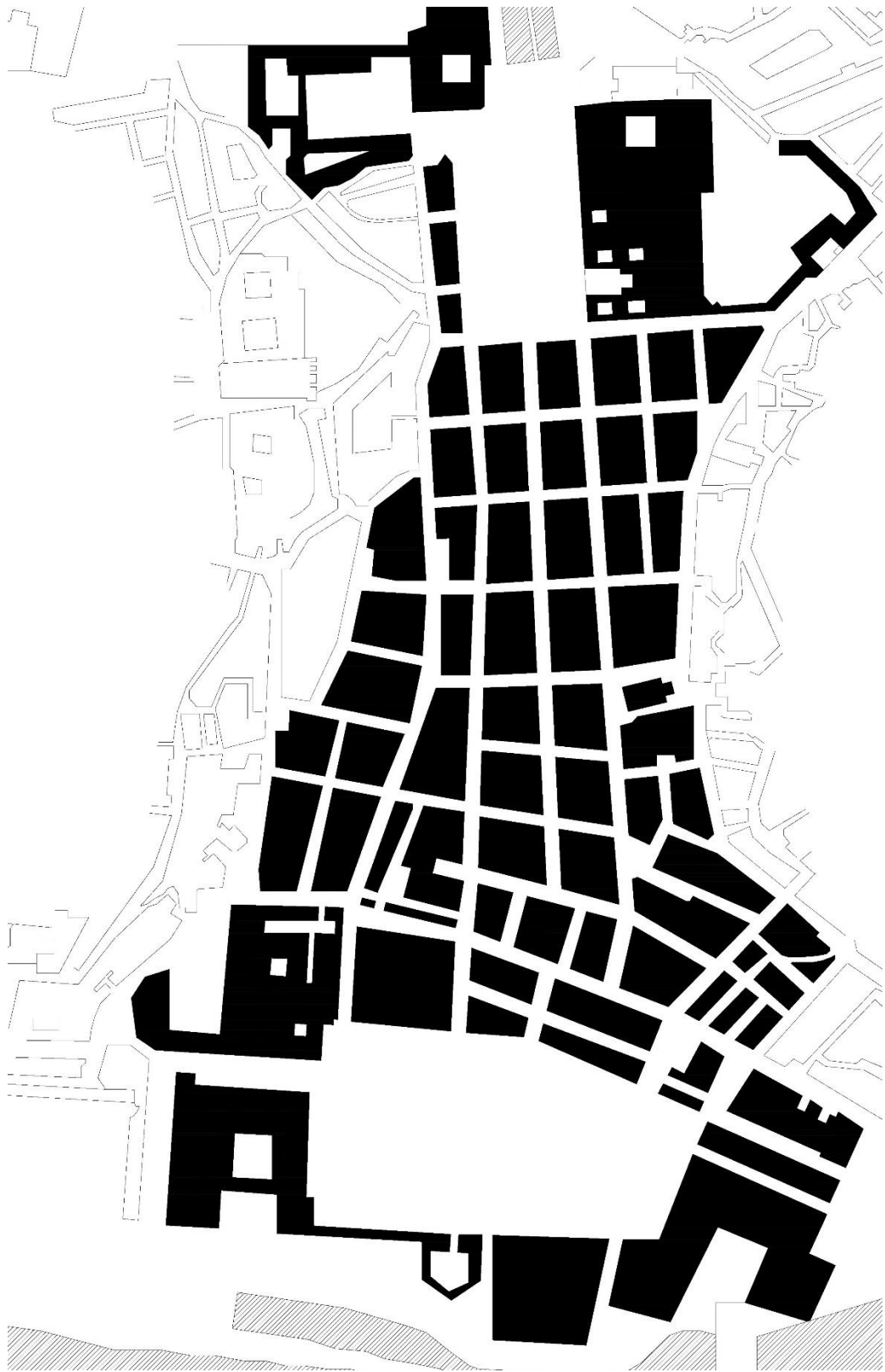


Fig. 10 – Projeto de Equipa de Ellias Poppe

## Equipa de Eugénio dos Santos

O Terceiro Projeto que é, entre os três planos de equipa, o que terá mais liberdade, foi produzido pela equipa de Eugénio dos Santos. A sua planta não teria qualquer exigência ou restrição, mas, mesmo assim, foi pedido ao grupo que respeitasse minimamente as igrejas existentes nesta área. Neste projeto, foram representadas três ruas que ligam a praça do Rossio ao Terreiro do Paço, sendo uma delas, a nascente da praça do Rossio, interrompida por uma praça triangular, continuando noutra direção até ao Terreiro. As outras duas são completamente retas, embora na rua central, haja uma interrupção feita por uma praça quadrada, na diagonal, situada exatamente no centro da planta. Existe ainda uma quarta rua que fica limitada por duas das cinco ruas que atravessam, na transversal, as principais. Uma dessas ruas transversais volta a adotar o traçado antigo da Rua Nova dos Ferros.

Esta organização ainda é bastante irregular, mas, mesmo assim, consegue ser mais racional do que os projetos de Poppe e de Gualter, pois resolve, com mais sucesso, os problemas de ligação entre o Rossio e o Terreiro do Paço. Há que realçar que o Terreiro do Paço, ao contrário dos outros projetos, ganha nova forma, deixando de ser subordinado pela forma da praça do Rossio, sendo demarcado na vertical pelo Paço Real, obtendo, assim, a sua «independência urbana»<sup>59</sup> e uma grande monumentalidade. Esta ideia reforça, assim, a vontade de reformular o Terreiro e dar-lhe maior importância<sup>60</sup>. Um fator que poderá ter facilitado o desenvolvimento deste projeto em relação aos outros, são as poucas restrições colocadas aos projetistas.

---

<sup>59</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 24

<sup>60</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 94

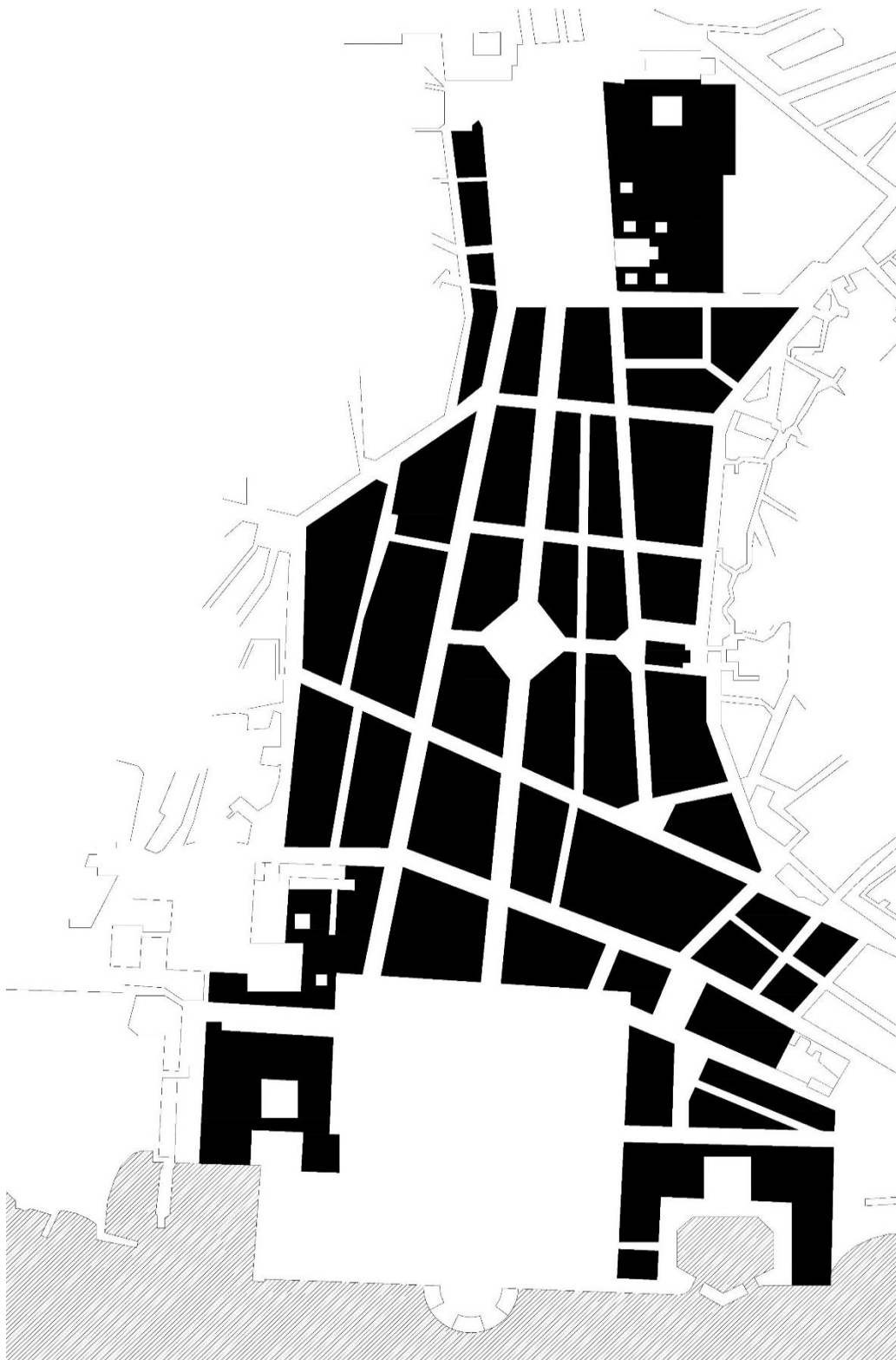


Fig. 11 – Projeto de equipa de Eugénio dos Santos

Nestes primeiros três projetos, executados pelas equipas, é bastante visível uma racionalização progressiva da forma da cidade. No primeiro, temos um projeto que, devido às exigências colocadas por Manuel da Maia, não mudou muito a malha da cidade antiga, apenas remendando alguns erros e “limando” arestas na malha medieval, enquanto que no segundo já é possível ver uma grande alteração e uma organização mais racional, criando-se já uma separação entre a antiga cidade e a nova. No terceiro projeto, que estaria mais folgado em exigências, aparece já uma organização completamente diferente, conseguindo, depois, servir como referência para os próximos projetos.

Uma característica que é realçada nestes primeiros planos é a forma criada pela antiga Rua dos Ourives e a Rua Nova dos Ferros, um “L”, que é usado como ligação à herança deixada pela cidade medieval. Esta forma é bastante realçada nos três primeiros projetos, mas é bastante mais marcada no projeto do grupo de Eugénio dos Santos, que, com uma malha bem ritmada de linhas divergentes, parece alinhar a sua planta com esta forma, como se especificasse o ponto de partida. Nos próximos projetos esta forma irá sendo, cada vez mais, racionalizada, até que, no final, irá quase desvanecer-se na planta escolhida.

Se o primeiro plano segue o labirinto antigo, o segundo corta a ligação com ele, sendo ainda mais radical que, depois, o terceiro projeto, mas, devido a essa desconexão com o “velho”, perdia a lógica histórica que era pretendida nestes projetos, indo contra o que Manuel da Maia procurava no raciocínio para este grande desafio. Embora a terceira hipótese parecesse a favorita entre estes três primeiros projetos, pondo, desde início, de lado os primeiros, nenhum deles conseguia ainda atingir os objetivos, dando assim lugar à elaboração de mais três projetos que seriam realizados, individualmente, pelos engenheiros.

Embora estes projetos não tenham tido grande liberdade no seu desenvolvimento, já mostram uma grande vontade de unir os vários pontos da cidade. Tal como o Rossio, a Ribeira e o Bairro Alto,<sup>61</sup> Esta vontade será cada vez mais visível nos projetos seguintes.

“Qual das suas posições era mais conveniente para o futuro da cidade? Em outros termos: a que atribuir mais importância: às ruas ou à praça, esta matriz de Lisboa-cidade-do-tejo, cuja monumentalidade se anunciava?”<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup>ROSSA, Walter, *Além da Baixa, Índicios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Coleção Arte e Património, pág. 40

<sup>62</sup>FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 97

## Projetos Individuais

Como já referi, estes projetos não têm qualquer restrição em relação à forma, nem ao respeito por edifícios e ruas antigas, o que permitiu aos arquitetos darem azo à sua imaginação, e criar uma Lisboa totalmente nova. As diferenças, em relação aos projetos de equipa, serão bastante visíveis e variadas.

### Gualter da Fonseca

Este projeto mostra uma grande força e vontade de ligação das duas praças, começando por traçar onze ruas longitudinais na direção do Terreiro do Paço para o Rossio. Devido à colina que limita a Baixa a Poente, as ruas vão sendo, sucessivamente, cortadas, terminando, assim, no Rossio, seis ruas apenas. As ruas transversais, que cortam perpendicularmente as ruas longitudinais, são cinco. Com este traçado, formal e regularizado, o Terreiro do Paço ganha uma nova forma, sendo reduzido ao tamanho do Rossio<sup>63</sup>, e adotando uma forma retangular regular.

Apenas três das ruas longitudinais ligam as duas praças principais, encontrando-se na rua central a praça de S. Nicolau, de forma quadrada, com a mesma orientação que tinha no projeto da equipa de Eugénio dos Santos<sup>64</sup>. Para além desta praça, é possível ver, bastante marcadas, as diferentes praças associadas às igrejas. Este plano ganha uma força notável, com as suas ruas, largas e longas, constituídas por blocos extensos, que provocam, no geral, uma regularidade excessiva.

---

<sup>63</sup>FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág.25

<sup>64</sup>FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 97

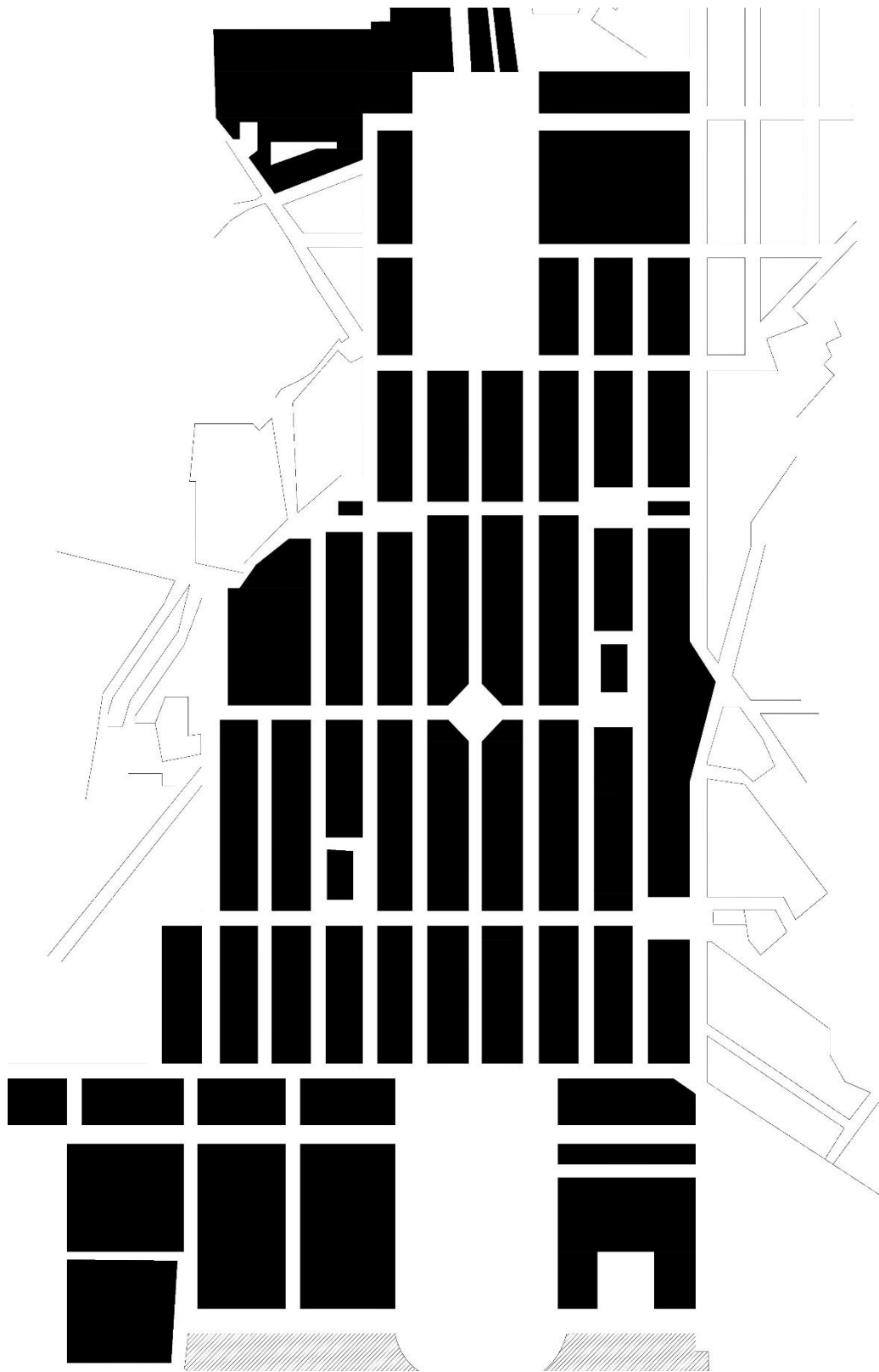


Fig. 12 – Projeto Individual de Gualter da Fonseca

## Eugénio dos Santos

O quinto projeto, que será o principal candidato para o plano da Nova Baixa, o projeto piloto da nova cidade que tem como autor Eugénio dos Santos. Esta planta foi aprovada pelo Primeiro Ministro do Rei e posta em execução. Sebastião de Carvalho e Melo tinha um grande orgulho neste projeto, pois, segundo ele, a cidade “Tornava-se, verdadeiramente, a pedra angular de um espírito iluminado.”

Neste novo plano, foram criadas três ruas nobres principais, paralelas entre si e feitas para criar uma forte comunicação entre as duas grandes praças, sendo a mais importante a mais central, que se iniciava no centro do Terreiro do Paço e chegava até à praça do Rossio, no seu lado nascente. A segunda mais importante seria a que ligava ambos os lados poente das duas praças. E, por fim, uma rua que começa no lado nascente do Terreiro mas que não chega à praça do Rossio, por esta não chegar a metade da largura da grande praça. Para além destas ruas, podemos ver, também, uma outra que se encontra mais a nascente do Terreiro do Paço, mas que não começa nem acaba em nenhuma das praças principais.

Entre as ruas “nobres” existem ruas intermédias, mais estreitas, que acabam na mesma linha, não terminando em nenhuma das duas praças principais. Apenas uma destas ruas intermédias, no eixo central da praça do Rossio, que, inicialmente, terminava numa junção dois dois blocos juntos ao Rossio, acabará por ser rematada por um arco, com ligação à praça de Carlos Mardel. Deste modo, temos, então, oito ruas na longitudinal, quatro ruas nobres e quatro intermédias, e nove ruas no sentido transversal. Entre elas existem duas que limitam uma e outra praça, e uma terceira que substitui a rua Nova dos Ferros, que parece ser rematada pela curvatura da praça do Município.

Eugénio dos Santos fez um projeto bastante ritmado, com vários quarteirões (40 retângulos, desenvolvendo-se no sentido S-N, 12 no sentido E-O, e três quadrados, do lado do Terreiro do Paço) e com ruas largas, evitando, desta maneira, a monotonia e tornando-as mais abertas.

*«O projeto individual de Eugénio dos Santos é escolhido. “Para grande honra de Pombal, ele acordava-se com o seu pensamento político: Ele tornava-se, verdadeiramente, a pedra angular de um espírito «Iluminado», (...).”»*<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 99

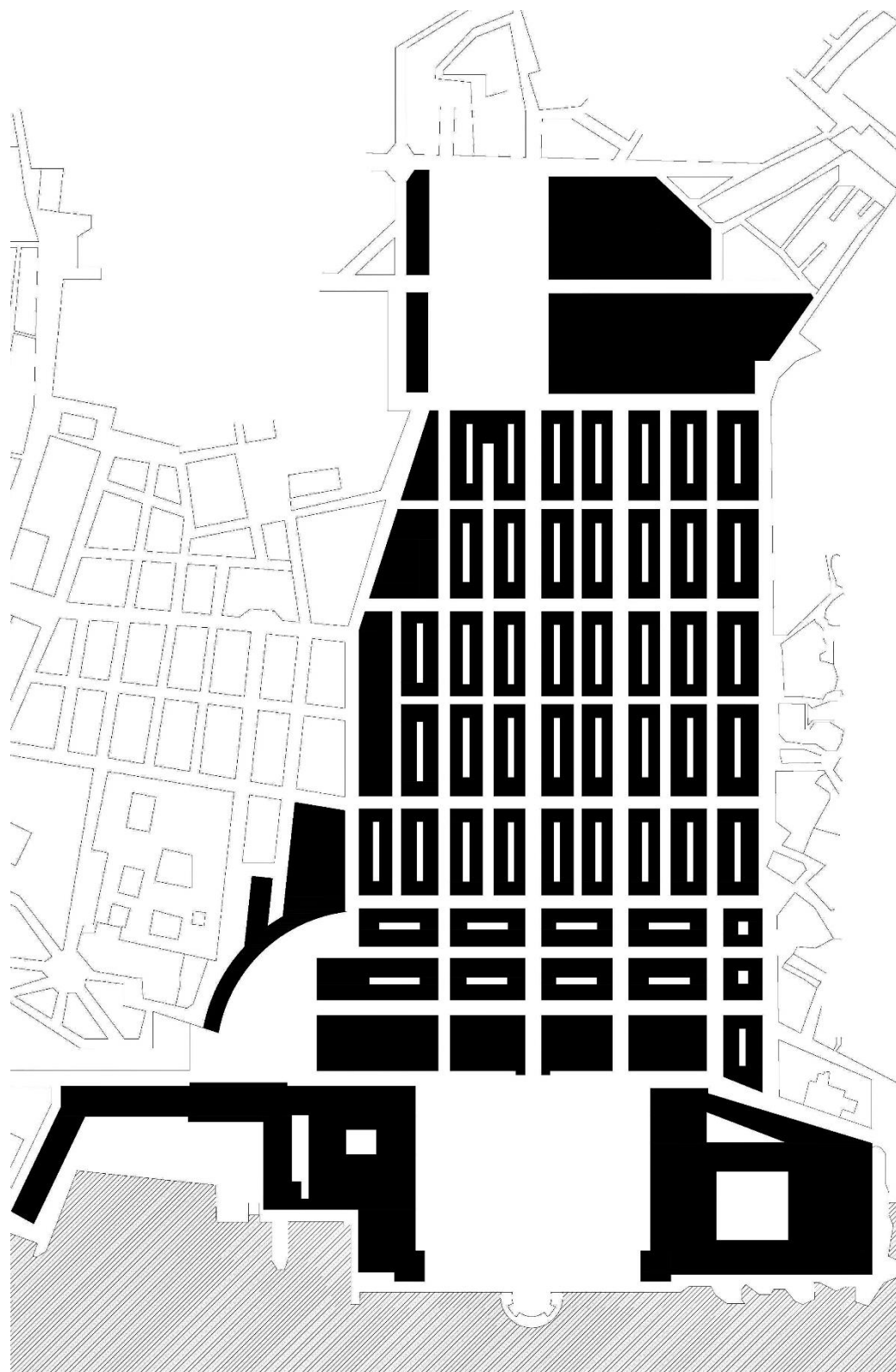


Fig.13 – Projeto Individual de Eugénio dos Santos

## Elias Poppe

O Sexto projeto é o de Elias Poppe. Este projeto é representado por uma forma mais reticulada, quase como uma grelha, ao contrário dos projetos dos seus colegas, acrescentando mais ruas transversais e alterando a forma do Terreiro do Paço e da praça de S. Nicolau. Ele traça onze ruas transversais e liga as duas praças, começando com cinco ruas no Terreiro do Paço e acabando no meio do Rossio com três, criando assim uma simetria entre as duas praças, cujo centro é a praça de S. Nicolau, de forma hexagonal, com a igreja no centro. Uma das grandes alterações do Terreiro do Paço é ter sido fechado para o rio Tejo, regularizando a praça. Esta é fechada em si própria pela Bolsa e o Armazém do Tabaco, e, do seu lado esquerdo, dentro dela, apresenta uma grande igreja paroquial, impondo-se aqui, ainda, o respeito pelas igrejas, como espaços importantes na vida da cidade.

Estas alterações vão dar uma maior força e importância ao Terreiro, tornando-o no centro da atividade do cotidiano da sociedade lisboense<sup>66</sup>. Esta ideia de separar a praça do rio vai contra as exigências para este projeto, mas não deixa de ser uma nova visão para a nova cidade<sup>67</sup>. É importante reparar que estes dois últimos projetos, que agora referi, mostram um grande interesse em marcar as igrejas, aspeto que não será tão visível no projeto de Eugénio dos Santos.

---

<sup>66</sup>FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 25

<sup>67</sup>FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 97, 98

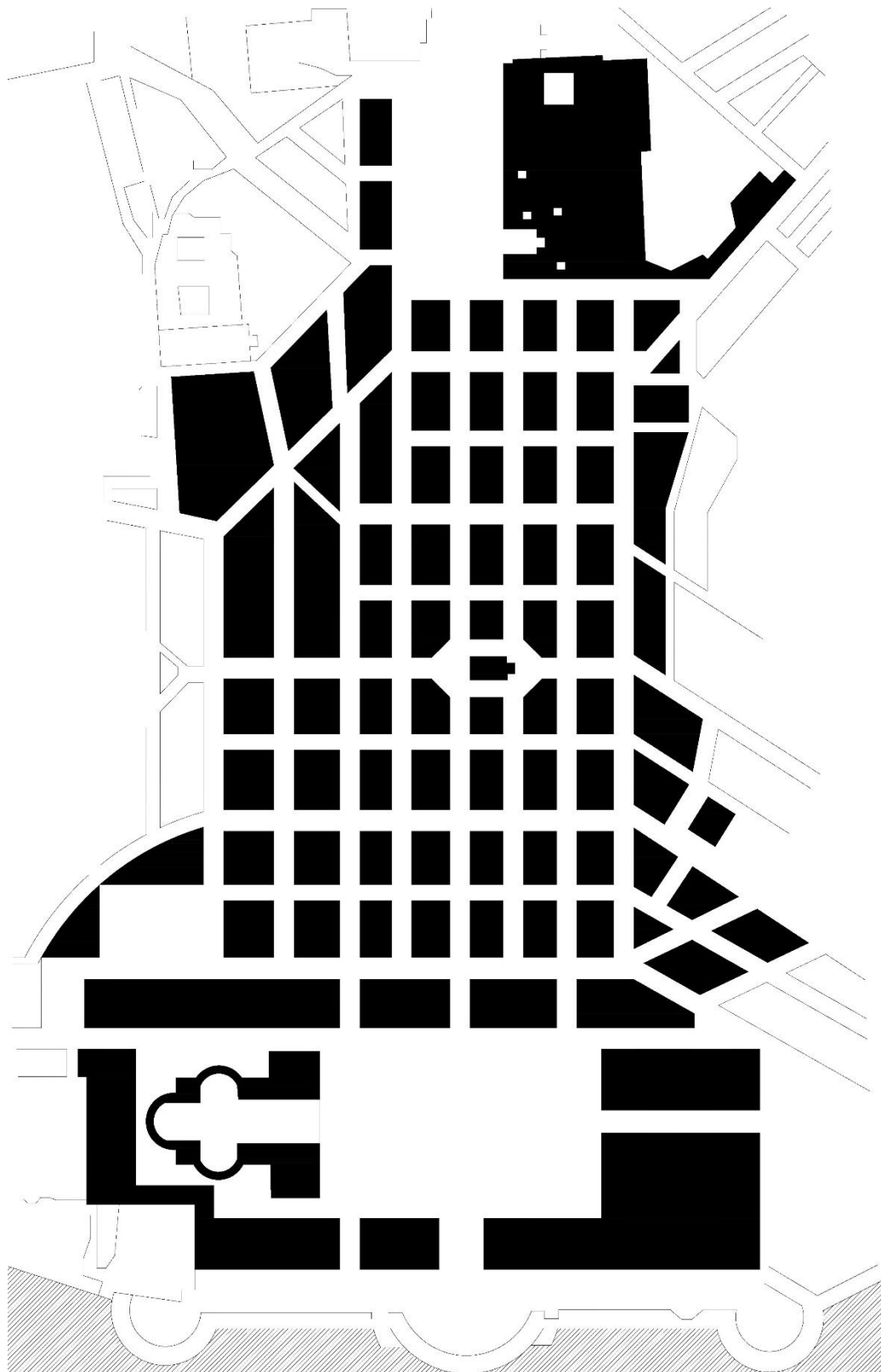


Fig. 14 – Projeto Individual de Elias Poppe

## “(...) A pedra angular de um espírito «Iluminado»”

### O Projeto Vencedor e as suas evoluções

Os últimos três projetos, os trabalhos individuais dos três engenheiros, durante esta primeira fase da reconstrução, são de uma regularidade muito forte, característica que era pedida desde o início da dissertação de Manuel da Maia. O projeto de Eugénio dos Santos tem características que se mostrarão como pontos bastante importantes para a sua escolha. É bastante visível no seu projeto, para além de uma regularidade extrema, uma ligação bastante forte entre todos os volumes projetados, proporcionada por uma medida padrão, ou um módulo. Esta medida é o que une todo o projeto num só.

A Nova Baixa de Eugénio dos Santos está perfeitamente alinhada entre si e em sintonia com a cidade envolvente, criando uma estrutura urbana racional. O módulo é o elemento mais utilizado na constituição da malha, e tem, aproximadamente, 70 metros de comprimento, e 26 metros de largura, sendo constituída, na fachada, por 24 e 8 vãos, respetivamente. Esta forma faz lembrar, na sua modulação e organização racional, as antigas cidades clássicas, introduzindo na nova cidade uma organização que iria relacionar-se com o estilo Neoclássico. Acabaria depois por adotar, nas suas fachadas, alguma identidade, um estilo, ou até uma maneira de pensar muito próprias da arquitetura Portuguesa. A organização racional da sociedade, que é bastante visível nas plantas do projeto, e que será descrita mais detalhadamente, mais à frente, é uma das grandes características que elevou este projeto a “cidade Iluminista”.

Após concluída a fase dos projetos de organização da cidade, seguiram-se os ajustes. Em 1760, devido à deteção de alguns erros de medida, muitos detalhes foram alterados na planta escolhida e, ainda nesse ano, Eugénio dos Santos perece, dando lugar ao seu sucessor, Carlos Mardel, que deu continuidade aos trabalhos de projeção e finalização do projeto de reconstrução<sup>68</sup>.

Embora Eugénio dos Santos tenha falecido pouco tempo após a escolha dos projetos, muitas das suas ideias serão visíveis e terão muita influência na obra. Hoje em dia, é possível ver as influências dos dois arquitetos, na Baixa Pombalina, o que mostra que as ideias de Santos ainda estariam bem vivas, tendo sido seguidas, após a sua morte, e na continuação dos projetos e construção.

No final desta fase, os projetos foram escolhidos, pensados e desenvolvidos e, embora haja ainda necessidade de alguns ajustes, a nova Baixa vai começar a ser construída, sendo Eugénio dos Santos a dar início ao projeto. Baseado na sua posição e na sua ideologia, terá sido Sebastião de Carvalho e Melo a influenciar decisivamente a escolha do projeto da Nova Baixa de Lisboa. Como ele referiu, o projeto escolhido, para além de ser um projeto que recolhe todos os detalhes essenciais para a criação de uma cidade moderna, segundo regras estritas para uma cidade regularizada, também mostra uma vontade de enunciar a sua imagem iluminada, face aos novos valores do séc. XVIII. Desta forma, podemos ver a nascer, naquela época, em Portugal, uma nova ideia de urbanismo que se caracteriza por uma

---

<sup>68</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 27

organização bastante minuciosa, que abre a cidade e a ilumina - uma cidade reformada das suas formas e ideais primitivos, afastando a escuridão das ruas estreitas e desorganizadas e dando lugar à regra e à luz. Isto apesar de já existirem exemplos de malhas regulares, como é o caso do Bairro Alto, na cidade de Lisboa. Hoje, é ainda possível ver esta cidade “ideológica”. Embora bastantes alterações tenham ocorrido com o passar do tempo, a ideia mantém-se viva e bem marcada, distinguindo-se do resto da capital.

## Preocupações com a Saúde Pública

Juntamente com os projetos apresentados, Manuel da Maia acrescenta, também, algumas preocupações técnicas, que deviam ser tomadas em consideração, tanto nos projetos, como na futura construção. Estas preocupações abordam temas como o abrandamento de alguns declives da cidade e a insistência na abertura de comunicações entre o Terreiro do Paço e as novas ruas. Chama ainda a atenção para o problema das águas mortas, que considerava ser um ponto importante para a restauração desta cidade e para a melhoria da saúde pública. Em relação às águas públicas, Manuel da Maia propõe três hipóteses para a resolução deste problema:

- A primeira seria criar cloacas nas ruas principais, que serviriam para conduzir as chamadas “imundícies públicas”<sup>69</sup>, com a abertura de condutores subterrâneos vindos dos edifícios fronteiros.
- A segunda seria fazer passar todas as manhãs uma carreta para recolher as tais imundícies, contando que os líquidos se escoassem por si mesmos.
- A última seria obrigar a abrir valas, entre cada duas ruas. Esta solução obrigaria à colocação de vidraças em todas as janelas, por causa dos cheiros e doenças.

Para Maia, a primeira opção seria a melhor, deixando para último recurso a terceira, pelo seu risco para a saúde pública. Maia fala ainda nos passeios das novas ruas, o que levanta novamente a questão das arcadas nas ruas principais, que seriam um benefício em termos de espaço para o comércio. Esta solução será posta de lado, restringindo-se as arcadas ao Terreiro do Paço e concentrando, desta forma, a atividade comercial nessa praça<sup>70</sup>.

A 12 de Junho de 1758, os planos foram enviados para inspeção, para que a obra seguisse o seu rumo. Inicialmente, a elaboração do projeto terá enfrentado alguns obstáculos, um dos quais terá sido a Lei Zenoniana. Esta Lei dava o direito aos moradores de terem uma vista, impedindo uma construção tão concentrada e nivelada como a que seria praticada nesta obra. Mas esta lei deixará, rapidamente, de ser um impedimento, na medida em que foi abolida, logo no início, pelo Marquês de Pombal, para o benefício da obra<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 60

<sup>70</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. III, A Nova Lisboa Segundo Manuel da Maia, pág. 88

<sup>71</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 103, 104

## Nomeação das Ruas e desenvolvimento das Fachadas

Os planos enviados em junho também traziam certas indicações para a definição dos princípios de organização da obra:

- A rua transversal mais perto do Terreiro do Paço, que se encontrava situada no local da antiga Rua Nova dos Ferros, seria, agora, a Rua Nova D'el Rei, sendo, assim, das primeiras a ter em atenção e a ser tratada como uma das ruas principais.
- As duas ruas que saíam do Terreiro do Paço e acabavam no Rossio seriam as seguintes a ter em conta. As ruas seriam assim nomeadas: a poente do Terreiro, a Rua Áurea ou do Ouro e a rua principal, que parte do centro do Terreiro do Paço, Rua Augusta. Para além destas, é dado um nome a uma terceira rua, paralela e da mesma importância – Rua da Bela Rainha.
- As ruas principais iriam ter de largura 60 palmos, sendo 20 destes ocupados por passeios. No meio das ruas abrir-se-iam cloacas, respondendo ao problema posto, no início, por Manuel da Maia, em relação à saúde pública.
- As ruas intermédias teriam, por seu lado, 40 palmos de largura, com 20 palmos também reservados para passeios.

Estas medidas da largura das ruas foram impostas para uma melhor movimentação de pessoas, ar e luz na nova cidade.

- A altura dos edifícios também foi referida nestes documentos. É estabelecido, assim, que a sua altura seria igual à altura dos edifícios do Terreiro do Paço, mas com um desenho de fachada diferente <sup>72</sup>.

Os desenhos das fachadas ainda não estavam fixados, uma vez que os respetivos planos não tinham ainda sido autorizados. No entanto, Eugénio dos Santos já os tinha planeado. O que se sabia já naquela altura era que as fachadas iriam ter varanda no primeiro andar, os andares acima iriam ter janelas de peito, finalizando no telhado com águas furtadas. Este tipo de fachada far-se-ia nas ruas principais, enquanto que as secundárias apenas teriam janelas de peito, não sendo introduzida nenhuma varanda no respetivo plano.

As casas perto de S. Roque, local pensado para as casas nobres, iriam ter o mesmo programa, mas com a junção de grandes portais. Por fim, contra as prevenções de Manuel da Maia, as casas iriam ter quatro andares. Esta ideia, mais para a frente, será resolvida com uma estrutura desenvolvida para manter os interiores dos edifícios a salvo de possíveis futuros terremotos, a “gaiola”. Esta nova estrutura permitiria, assim, ao engenheiro-mor construir, sem hesitação, os edifícios de 4 andares: o primeiro andar com as lojas, outro ornado de varandas, mais dois andares por cima, com janelas de peito e um último com águas-furtadas. Mas iremos falar sobre esta estrutura mais à frente no trabalho.

---

<sup>72</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 104

Mais tarde, chega-se à conclusão de que este desenho de fachada e as características escolhidas para as diferentes classes, vão dar origem a duas categorias que serão depois divididas pelas ruas principais e secundárias. Destas duas categorias nascem três tipos de fachada, tipo “A”, “B” e “C”, que têm o mesmo esquema, mas, indo de “A” a “C”, correspondendo o “C” à classe mais baixa, com pormenores e ornamentos mais pobres<sup>73</sup>.

As fachadas de tipo “A”, que serão destinadas para as ruas principais, terão mais pormenores em todos os andares, tais como:

- No primeiro andar seriam guarnecidas de varandas, no segundo e terceiro andar teriam janelas de peito e no último águas-furtadas.
- As janelas, do tipo “A”, do primeiro andar, com varanda, e as do segundo, com janela de peito, são bastante ornamentadas com vergas de cantaria.
- No terceiro andar, embora haja também janelas de peito, estas serão mais reduzidas em relação às do segundo andar, havendo, no topo, um apontamento que conecta a janela com a cornija.
- As peças laterais das janelas de peito vão abaixo dos peitoris, com a intenção de simular consolas.
- As varandas são ligadas por um rodapé baixo, tal como os portais das lojas.
- As águas-furtadas são decoradas com aletas.

As fachadas tipo B, que será possível ver na Rua Nova da Princesa, já perdem alguns ornamentos, tais como os recortes das vergas das janelas, mas mantêm ainda as varandas, os rodapés e as cornijas. Neste tipo, as aletas das águas-furtadas desaparecem. Nas fachadas de tipo C, que podem observar-se nas ruas dos Douradores, dos Sapateiros e dos Correeiros, os ornamentos desaparecem quase todos, as janelas são muito mais retas, tornando-se assim janelas de peito, e as varandas desaparecem do primeiro andar. Em algumas ruas, tais como Santa Justa, Vitória e S. Nicolau, podemos encontrar algumas formas mistas, com decoração do tipo “A” e “B”, mas sem varandas, de tal maneira que poderíamos estar em presença de um novo tipo de fachada<sup>74</sup>. Estes tipos também se estendem para além do Rossio, mas com algumas diferenças que vou referir mais à frente. Todos estes tipos estão bastante relacionados com os projetos de Eugénio dos Santos, o que mostra um grande empenho nesta ideia de arquitetura regularizada e utilitária.

A 15 de Novembro de 1760 o projeto estava quase estabilizado e continuava-se a fazer o batismo de algumas ruas importantes do novo projeto da Baixa Lisboeta. As ruas que iam na direção do Terreiro do Paço ao Rossio, ou seja, Sul-Norte, iriam ter o nome dos ofícios que as ocupavam, as ruas no sentido transversal, ou seja, Este-Oeste, iriam receber nomes de tradição religiosa, que mais tarde seriam mudados por escolha do povo. As ruas que ligavam o Terreiro do Paço ao Rossio, que, desde o início, seriam classificadas como as ruas mais importantes, já tinham nomes propostos em alguns documentos oficiais, assinados pelo Marquês de Pombal, como já referi.

Pombal ainda batizou mais quatro ruas em homenagem à família real, a Rua Nova d’El Rei, a Rua Bela da Rainha, já referida atrás, a Rua Nova da Princesa e a Rua do Príncipe<sup>75</sup>. A ideia de batizar as ruas com o nome dos ofícios já era

---

<sup>73</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 38

<sup>74</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 108

<sup>75</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 111

utilizada há muitos anos, assumindo-se aqui um compromisso com o passado. Pombal, aproveitando-se deste compromisso, utiliza-o como uma maneira de organizar a cidade de uma forma lógica e disciplinada. Esta ideia facilitava assim a reconstrução e a disposição dos proprietários, organizando cada ofício em seu local. Nesta medida, a burguesia tomou conta das primeiras habitações e edifícios, devido à facilidade que teriam para arranjar local para se acomodar. Isto fez com que apenas um pequeno número de nobres se pudesse instalar na nova cidade. Mas, mesmo assim, a ocupação das novas habitações e lojas da nova estrutura não foi tão fácil como seria de esperar.<sup>76</sup> A burguesia, agora bastante importante aos olhos da nova política pombalina, ajudou também a complementar certos aspetos nos edifícios pombalinos, tais como o novo andar, subindo as águas furtadas mais um piso, característica que é possível ver, ainda hoje, em alguns edifícios na Baixa. Mas, mesmo assim, a ocupação das novas habitações e lojas da nova estrutura não seria tão fácil como seria de esperar.

Após esta descrição da cidade, já com as fachadas planeadas e as ruas batizadas, podemos encontrar, na Nova Baixa, características bastante familiares e uma grande semelhança com a forma como se organizavam as cidades clássicas. Uma outra característica, resultante de uma racionalidade extrema, será a categorização e organização da sociedade, que pode também ter uma grande relação com influências clássicas, combinadas com a ideologia Iluminista. Característica deixada bem clara na forma e nos nomes das ruas e na passagem da atividade comercial para as praças principais, nomeadamente a Praça do Comércio.

---

<sup>76</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 111

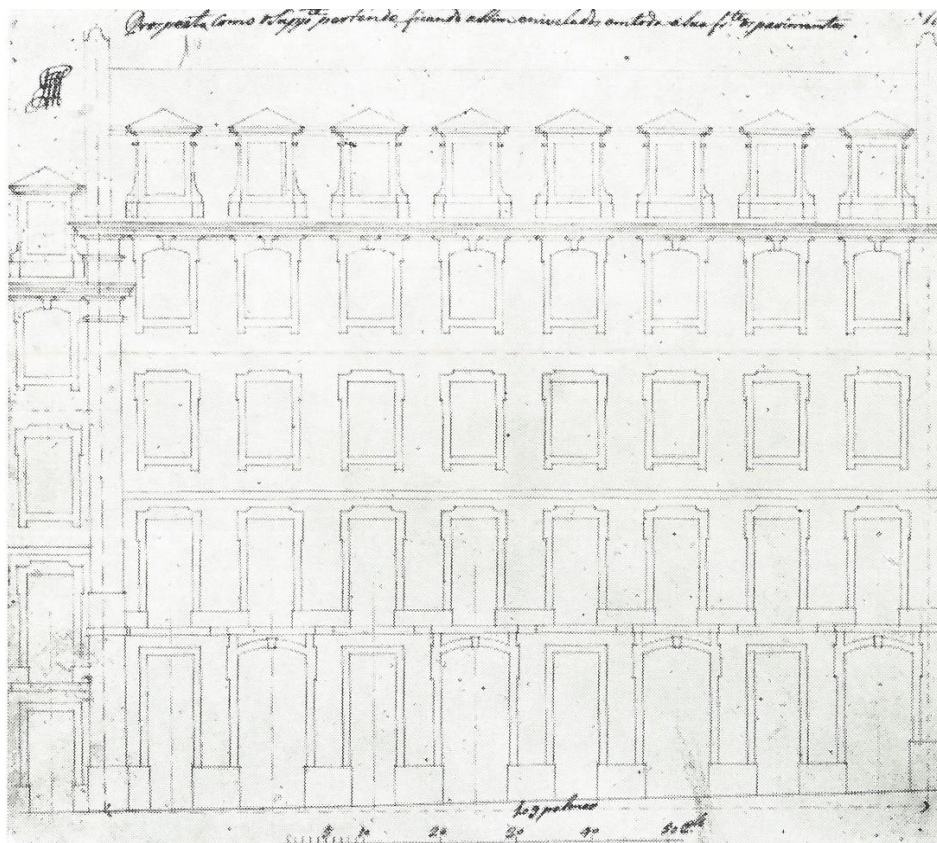


Fig. 15 – Fachada do Tipo A

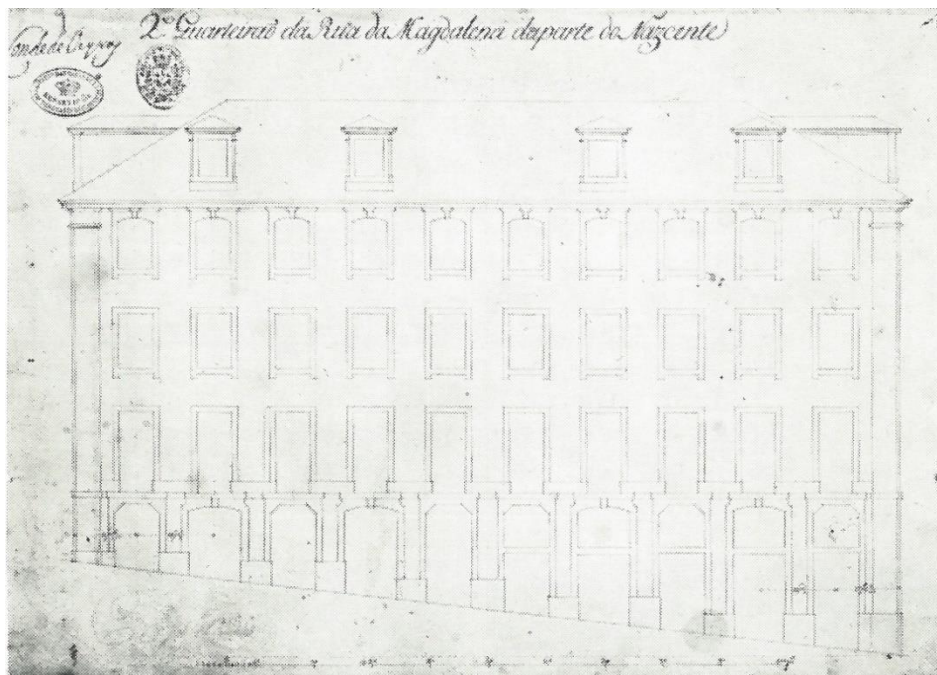


Fig. 16 – Fachada do Tipo B

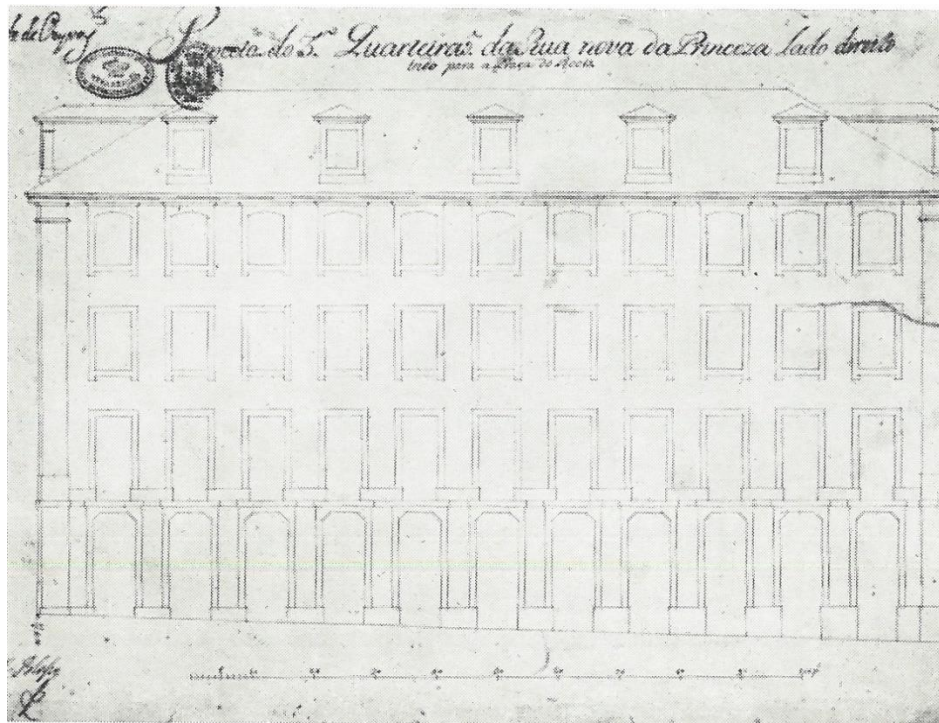


Fig. 17 – Fachada do Tipo C

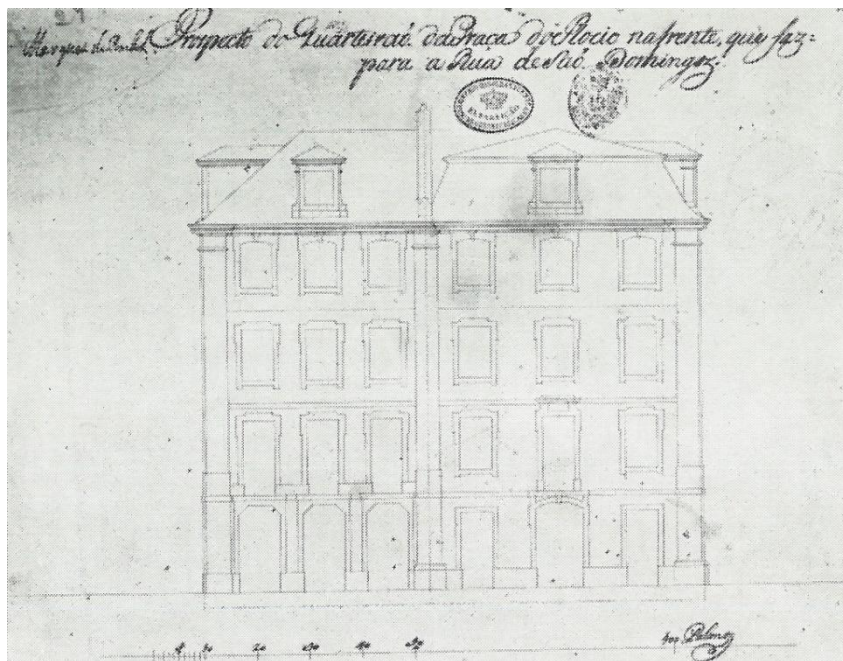


Fig. 18 – Conjunto de fachadas de tipo A e de tipo especial do Rossio. Este tipo de fachadas é possível encontrar na transição das ruas da Baixa com a Praça do Rossio.

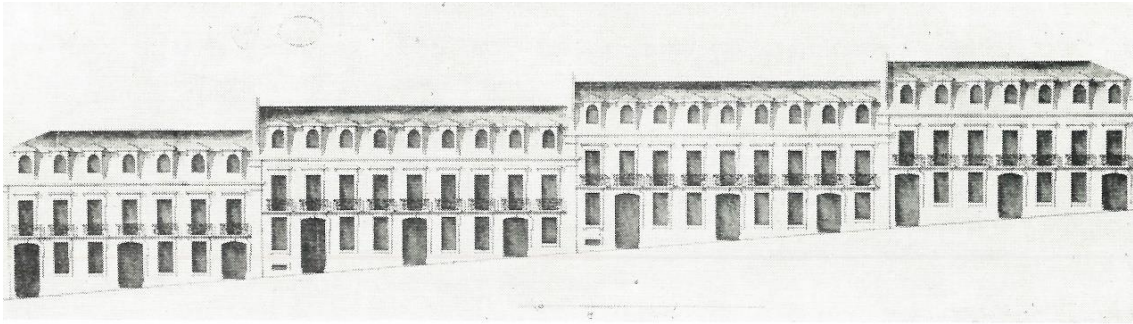


Fig. 19 – Fachada da Rua das Duas Igrejas (lado Poente)

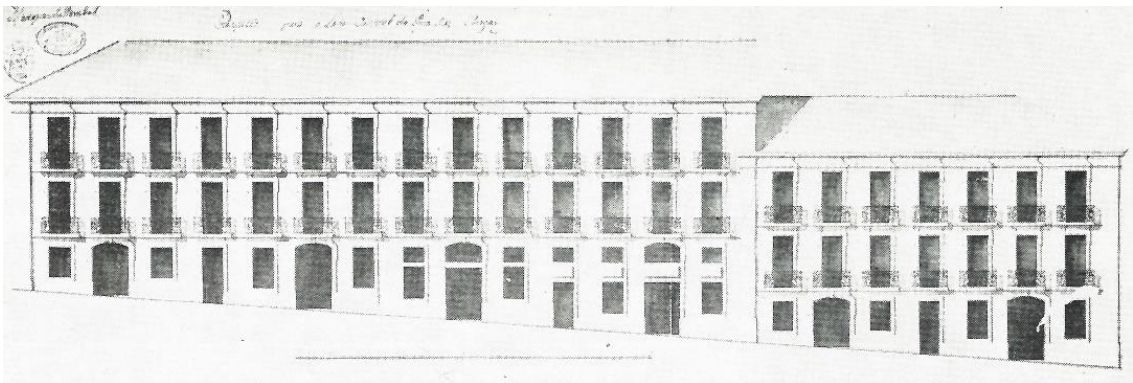


Fig. 20 – Fachada da Rua das Chagas

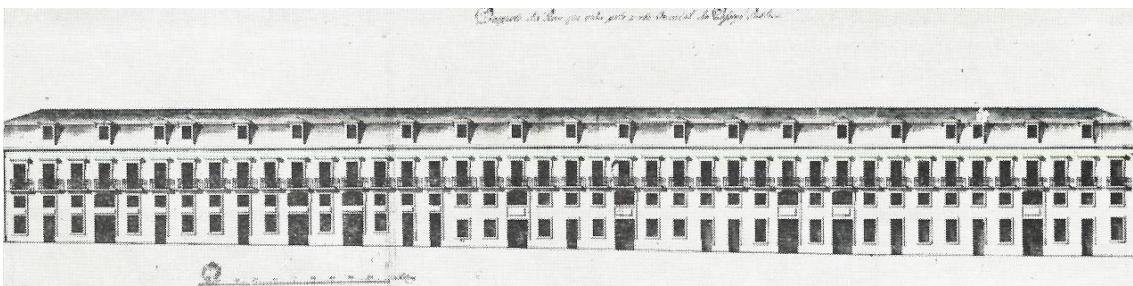


Fig. 21 – Fachadas da Rua Oriental do Passeio Público

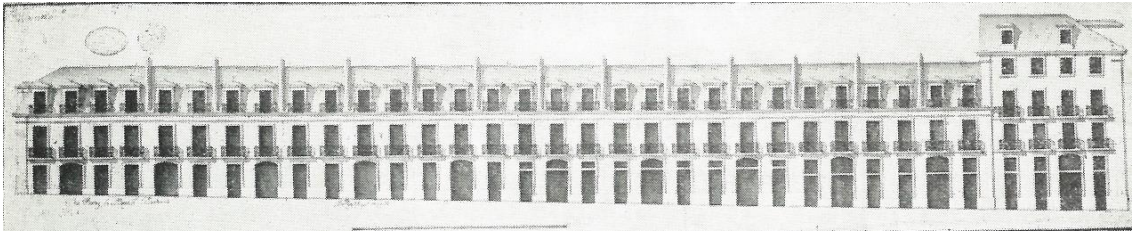


Fig. 22 – Fachadas da Rua de S. Francisco

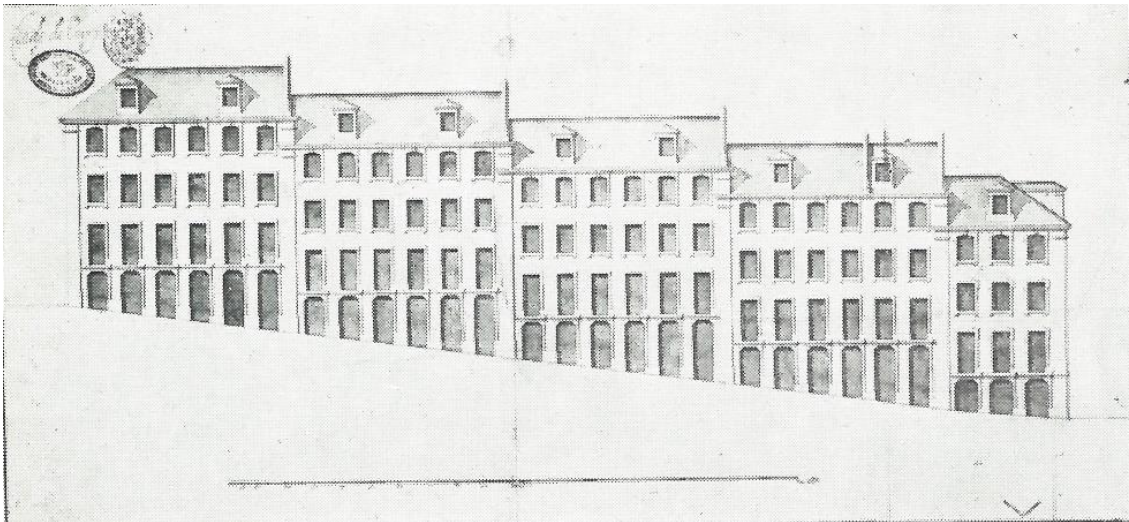


Fig. 23 – Fachadas de uma Rua em declive.

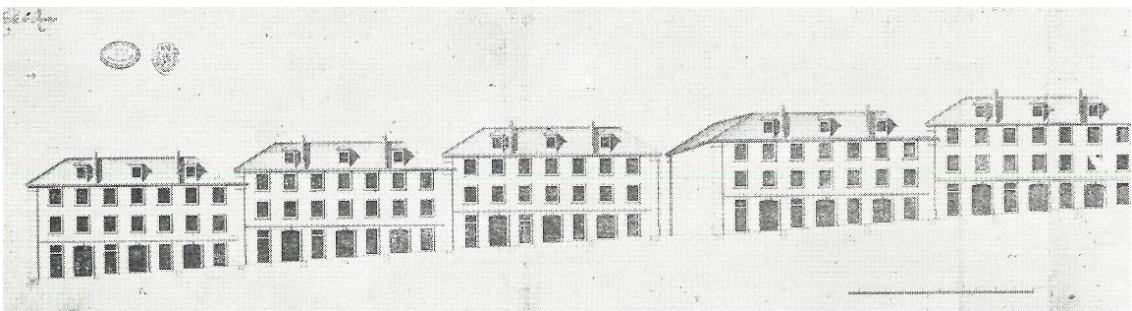


Fig. 24 – Fachadas da Rua da Esperança

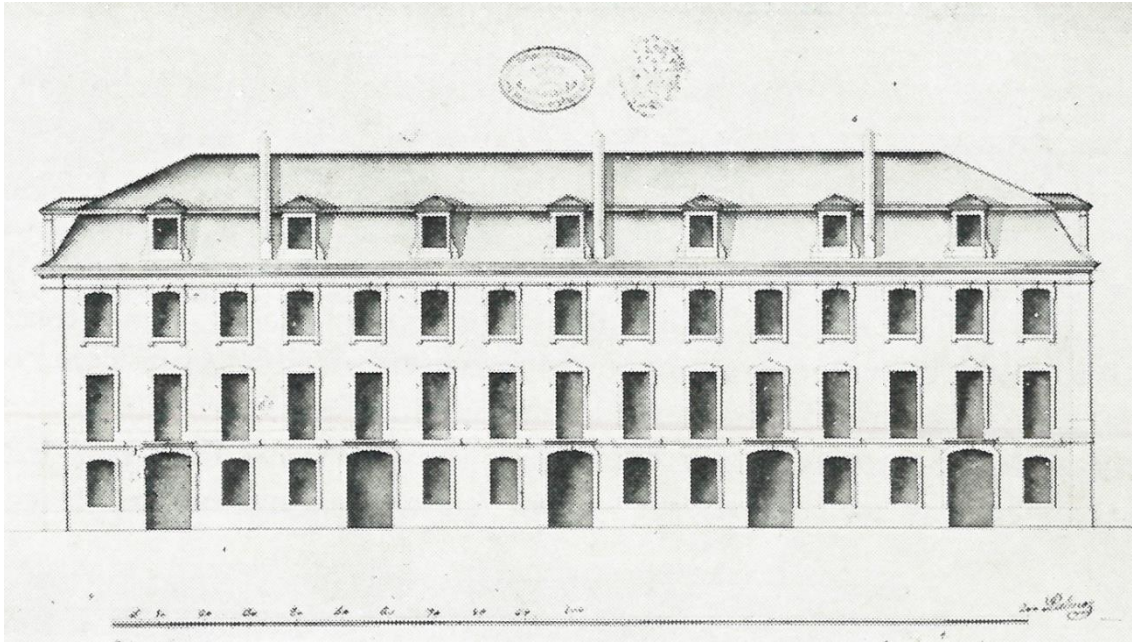


Fig. 25 – Fachada de grupo de prédios

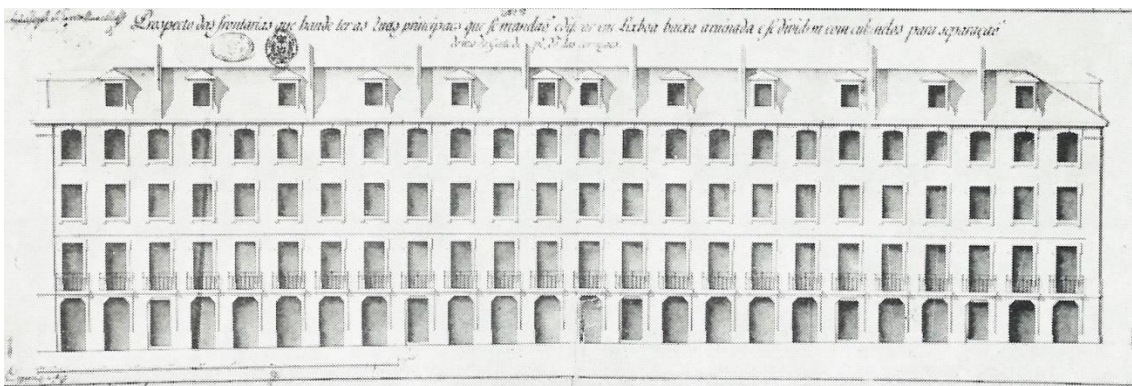


Fig. 26 – Fachadas das Ruas Principais – Eugénio dos Santos

# As Principais Praças Pombalinas

## A Real Praça do Comércio

O engenheiro-mor refere a Praça do Comércio quatro vezes na sua dissertação. A praça, caracterizada como uma praça real, estaria revestida por uma fachada nobre e arcadas que ocupariam todos os edifícios que circundam o espaço, tornando-se no único espaço em todo o projeto a inclui-las na sua composição. As arcadas trazem, de volta, a referência dos arcos que estariam a ligar o antigo Terreiro do Paço com a cidade, fazendo, assim, uma forte ligação com a herança da cidade medieval.

Um outro elemento que cria essa ligação com a herança medieval, e que terá sido destruído pelo terramoto, vai ter uma grande influência na estruturação da praça. Este elemento era o famoso “Torreão de Tércio”<sup>77</sup>, que foi construído no final do século XVI por Fillipo Terzi, a pedido de D. Filipe de Espanha. Eugénio dos Santos, no seu projeto, reconstrói o volume e ergue uma estrutura semelhante no lado nascente da praça, criando nela uma forte simetria. Antes deste projeto e do grande terramoto, já tinha havido um projeto anónimo parecido com este, onde se pretendia utilizar este conceito. Terá sido pensado entre os anos 1750 e 1755, sendo possível que Manuel da Maia e Eugénio dos Santos dele tivessem conhecimento, tendo, possivelmente, sido utilizado como referência para esta real praça.

Manuel da Maia forneceu aos arquitetos várias regras para a nova Praça, sendo uma delas o estreitamento do espaço em questão, que, juntamente com as regras de medida pretendidas por Manuel da Maia, acabou por ser formatado como um quadrado quase perfeito. Para além desta ideia, já transmitida por Manuel da Maia desde o início, também é necessário relembrar a sua ideia de transferir o comércio para as praças, tornando-as centros de atividade e fóruns da cidade. Com isto, a Bolsa do Comércio, que antigamente se encontrava na Rua Nova dos Ferros, foi transferida para o Terreiro. Terá sido esta transferência que teve uma grande influência no nome que seria dado a este novo espaço nobre, a Praça do Comércio <sup>78</sup>.

Dada a afinidade de Pombal com a burguesia, será óbvio associá-lo a este batismo, sendo ele que, por trás dos acontecimentos, acabou por ser o padrinho desta nova praça. Este nome dado a uma praça claramente “Real”, demonstra um dos aspetos ideológicos próprios da política Pombalina, uma política iluminada, mas também revela uma certa originalidade, dado que, na Europa, este tipo de batismo nunca tinha sido utilizado nas praças reais - o que põe Portugal num lugar diferente relativamente ao resto da Europa, mostrando uma diferença em relação a regras padrão dos costumes europeus<sup>79</sup>. Mas, apesar desta política, seriam dados, como já foi referido, a quatro ruas, nomes relacionados com família real.

O nome da Praça do Comércio foi assim dado em homenagem a uma classe que esteve bastante envolvida na reconstrução da nova cidade, sendo este nome utilizado por Pombal, pela primeira vez, a 19 de junho de 1759, num

---

<sup>77</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 33

<sup>78</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 117

<sup>79</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.20, Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo, José Augusto França

documento oficial. Posteriormente, foi acrescentado um topónimo ao nome, no momento da inauguração da nova estátua equestre do Rei D. José I, ficando, então, a «Real Praça do Comércio», tornando-se, oficialmente, numa praça “Real”. Este último nome acabou em desuso, devido à insistência do povo com o uso do seu nome tradicional, sendo, ainda hoje, bastante comum chamar à praça de Terreiro do Paço <sup>80</sup>.

Os primeiros desenhos da praça, elaborados por Eugénio dos Santos, que se pensa terem sido perdidos, e que foram apresentados a Manuel da Maia em 1756, tratavam de edifícios de estilo mais nobre, com pórticos. O interior destes pórticos era constituído por dois andares de sobrelojas e ainda mais dois outros andares dominados por um quarto piso de *mezzanine*, acima do telhado. Numa praça tão vasta e nobre como era a Praça do Comércio, a regra de haver dois andares não tinha sentido. Mas, nos projetos de Eugénio dos Santos, os edifícios acabaram por ter apenas um andar acima das arcadas, exceto os dois torreões, que teriam mais um piso acima do resto dos edifícios que circundam a praça, sendo o primeiro andar das arcadas igual para todas as fachadas que rodeiam a Real Praça <sup>81</sup>. Embora sejam mais altos que o resto dos edifícios, os torreões não deveriam ser mais altos que o antigo «Torreão de Tércio», embora tenham as mesmas características que este, e acabem por ter a mesma relação com os edifícios que o Torreão Filipino tinha com o antigo Paço Real<sup>82</sup>. Este projeto, que foi aprovado por Pombal, é praticamente o que hoje vemos na praça, com poucas diferenças: o acrescento de mais um arco nos dois corpos que estão ligados pelo arco triunfal, ou seja, nos dois blocos que estão em cada extremo do lado norte da praça.

Revela-se, assim, neste projeto, uma verdadeira praça real, com um espaço amplo rodeado de fachadas nobres, com as suas arcadas, o seu arco triunfal e os seus torreões, que criam uma força simétrica bastante considerável e uma qualidade rítmica extrema. Um espaço rico em detalhe, onde o cotidiano da sociedade lisboeta se vai desenrolar. Os dois torreões, ligados aos blocos perpendiculares ao rio, marcam a fachada norte da praça, que é centralizada pelo seu arco triunfal que enobrece essa fachada, abrindo a praça à rua Augusta e à cidade. Todas estas características retiram a monotonia, monumentalizando este grande espaço, abrindo Lisboa para a luz, e para o Tejo, que ali é homenageado.

*“(...). Em frente, o Tejo – e é realmente a sua luz, delicada e fria de manhã, brutal nas tardes de Verão, de um cinzento-dourado no Inverno, que, iluminando as cantarias e o ocre dos rebocos, empresta uma animação original à praça e faz dela um dos mais belos palcos do mundo...”* <sup>83</sup>

Com a projeção da Nova Baixa e da Praça do Comércio é visível uma grande mudança da mentalidade daquela época. Contrariamente à anterior organização social, onde a nobreza estava no topo da sociedade, a Burguesia surge agora com uma grande importância. A vida da corte foi trocada por uma vida útil e comercial, tornando a nova Praça do Comércio no novo Fórum da capital. Nela podemos encontrar a Alfândega, a Bolsa do Comércio, os tribunais e os serviços públicos.

---

<sup>80</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 119

<sup>81</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 120

<sup>82</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 33

<sup>83</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 121

Na praça podemos ver também o único monumento da nova baixa, a estátua equestre de D. José I, e ainda o arco triunfal, que terá sido construído no lugar de outros arcos construídos no período do domínio filipino em Portugal. Eugénio dos Santos, quando projetou a praça do Comércio, teria já pensado nestes dois elementos. O arco triunfal<sup>84</sup> foi projetado de uma maneira simples e depurada, e, embora alguns o acusem de fraca imaginação, é, de facto, uma peça que condiz com o pensamento imposto a todo o projeto. Esta ideia foi contrariada com a ideia de Mardel para o arco, inspirada por uma antiga torre de relógio, que existia antes do terramoto e que terá sido destruída por este, mas que, ao contrário do projeto feito por Eugénio dos Santos, não se enquadrava no estilo da nova Baixa. No entanto, o arco só viria a ser construído no final do séc. XIX, tendo sido, então, adotado o projeto de Eugénio dos Santos <sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Baseado no desenho de Le Brun, para glorificação de Luis XVI. FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 33

<sup>85</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 124

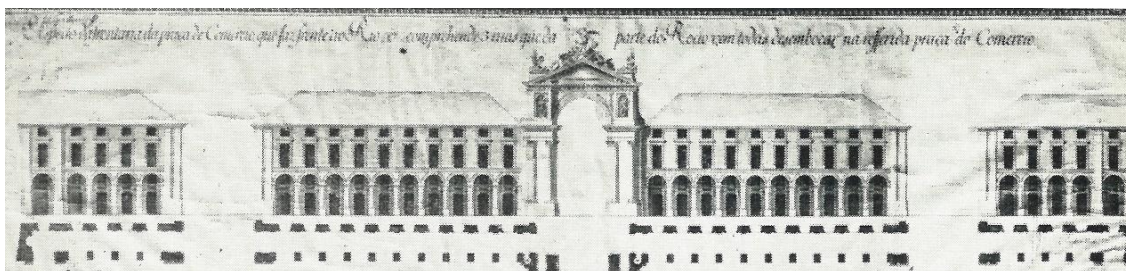


Fig. 27 – Alçada Praça do Comércio



Fig. 28 – Um dos Torreões da Praça do Comércio

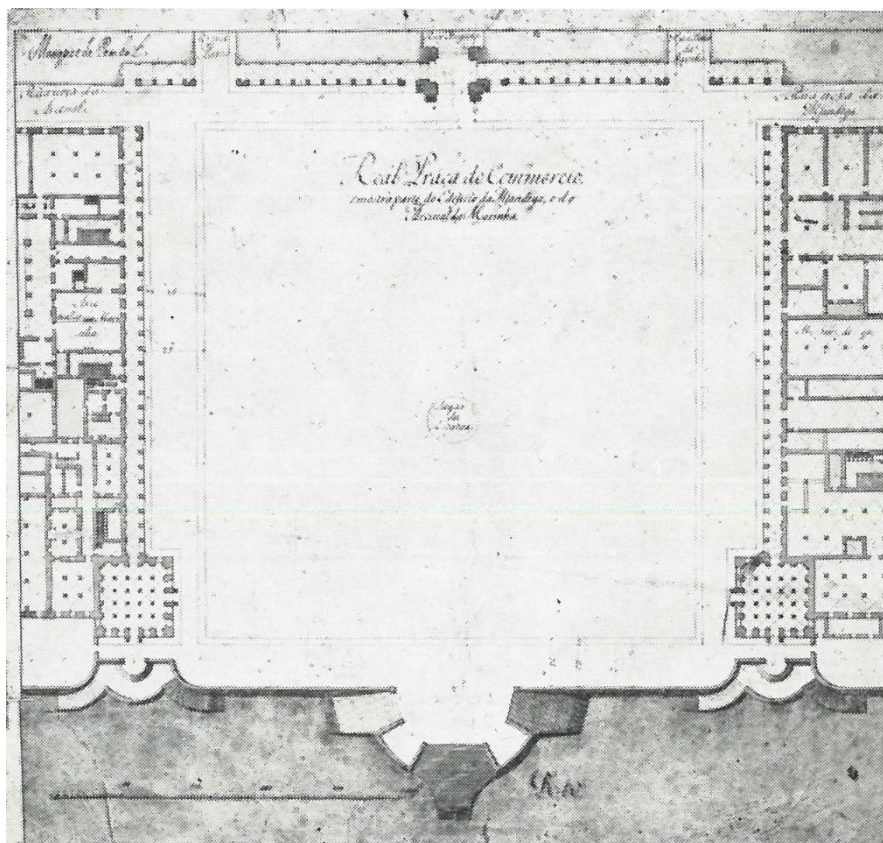


Fig. 29 – Planta da Praça do Comércio

## A Praça do Rossio, Carlos Mardel

Após a estabilização dos projetos da Praça do Comércio, a atenção passará para a praça do Rossio. Esta praça foi projetada por Carlos Mardel, que tentou sempre seguir os planos de Eugénio dos Santos, mas enriquecendo-os, juntando-lhes algumas características suas<sup>86</sup>. Até este momento, Pombal esteve mais atento à construção das ruas principais e depois à Praça do Comércio, mas, a 19 de junho de 1759, começou o planeamento da praça que, por muito tempo, até aquele momento, teria sido a principal da cidade. Este espaço tinha como proprietários principais a Inquisição, os Dominicanos e o Hospital Real <sup>87</sup>, juntando-se-lhes outros proprietários individuais. Antes do terramoto, esta praça era formada por um retângulo irregular de 180 metros de largura <sup>88</sup>. O lado norte era ocupado pela Inquisição e pelo Senado da Cidade. No lado nascente estavam instalados o Convento dos Dominicanos e o Hospital de Todos os Santos que, após o terramoto, estava reduzido a ruínas.

Embora os planos de Eugénio dos Santos para esta praça fossem simples e abstratos, não deixaram por isso de ser seguidos pelo arquiteto que lhe sucedeu, deixando apenas de lado a ideia do local do Convento e do Hospital. O projeto baseava-se na regularização da praça, posicionando-a ortogonalmente com as ruas da nova Baixa e a própria Praça do Comércio, aproveitando a forma primitiva. Nos projetos de Eugénio dos Santos nota-se uma grande falta de atenção a esta praça, que antes fora um dos principais fóruns de Lisboa e onde estava a sede da Inquisição. Após a morte do arquiteto, a praça irá ter mais atenção por parte do sucessor, e, desta maneira, irá receber, embora sem comparação em relação à Praça do Comércio, uma maior monumentalidade e personalidade, distinguindo-se, mas, ao mesmo tempo, integrando-se com uma grande perícia, no resto da reconstrução da Baixa Pombalina. O estudo para a realização da praça começou com o lado Sul, que iria ser trabalhado de maneira a relacionar-se com o novo edifício da Inquisição.

O Palácio da Inquisição foi construído no mesmo local que o antigo, tendo sido demolido em 1836, uns anos após o fim desta instituição em Portugal, para dar lugar ao Teatro Nacional de D. Maria II. O palácio era composto por dois andares, por cima de um rés-do-chão, sendo todos os andares constituídos por catorze vãos. O último andar, com janelas mais reduzidas, era composto por *mezzanines*. A parte central, com sete janelas de cada lado, ocupava larga parte da fachada e era coroada por um frontão triangular decorado com um brasão das armas reais e dominado por uma estátua. O que existiria de mais monumental neste edifício estava concentrado no seu frontão, que juntava um grande balcão da varanda com um portal barroco <sup>89</sup>. Debaixo desse portal abria-se uma porta demasiado estreita. Estas características mostram um edifício simples, do qual apenas conseguimos ter uma perspetiva a partir de desenhos e gravuras feitas na altura. Mas é certo que teria uma grande falta de monumentalidade, contrariamente ao que seria a lógica de pensamento para o projeto, dada a importância deste edifício para os valores daquela época. Este edifício

---

<sup>86</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.16, Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo, José Augusto França

<sup>87</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 124

<sup>88</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 124

<sup>89</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 126

seria esteticamente pobre e bastante depurado. Esta ideia vai contra o pensamento inicial de Mardel, que teria proposto uma fachada contínua, fechando a rua dos Sapateiros para a praça do Rossio. Com esta nova ideia, a rua dos Sapateiros ficava ligada à praça, construindo-se um arco, o Arco da Bandeira, no mesmo local de um antigo arco que já existia antes do terramoto <sup>90</sup>.

Os desenhos de Mardel são muito simples, mas de um ritmo muito seguro, afastado da monotonia que tinha caracterizado o projeto de Eugénio dos Santos para as fachadas das novas ruas da Baixa. Mardel contraria a ideia de Eugénio dos Santos de construir varandas em todo o primeiro andar dos edifícios, e cria sacadas entre duas janelas de peito, que fariam conjunto com os portais, criando, desta maneira, módulos, que seriam marcados por conjuntos de pilastras<sup>91</sup>.

Este novo tipo de fachada deu à praça uma grande elegância, mas não terá sido bem aceite pela opinião pública. As críticas feitas a este estilo de fachada envolviam o jogo de sacadas que estariam planeadas, em relação ao seu tamanho reduzido e à falta de relação com o resto das fachadas planeadas para o resto da cidade. Mardel respondeu a estas críticas ao seu planeamento das fachadas, dizendo que “diante do espaço livre de uma praça de cerca de dezasseis mil metros quadrados, os andares inferiores das casas não tinham necessidade de grandes aberturas para serem iluminadas. O que era funcional nas ruas da Baixa, mesmo nas mais largas, não o era aqui” <sup>92</sup>.

Tal como Eugénio dos Santos, Mardel seguiu a ideia de reduzir os vãos nos andares de cima, mas acentuando uma maior diferença entre o segundo e o terceiro andares, passando de um retângulo para um quadrado, respetivamente. Mas estas acabariam por ser feitas segundo os planos de Eugénio dos Santos para os edifícios em questão, voltando à forma retangular.

Uma parte importante do Projeto de Mardel, e que, ainda hoje, é bastante visível, são os telhados, que, contrariamente aos telhados escolhidos por Santos, são desenhados no estilo germânico, de telhado duplo, o que proporciona aos edifícios sótãos maiores<sup>93</sup>. Este estilo de coberturas cria uma grande heterogeneidade na cidade, distinguindo facilmente os dois arquitetos que a projetaram. Nestes telhados também foram marcadas as águas-furtadas, formando assim um quarto andar, mantendo uma relação esquemática com o resto dos edifícios da Baixa. Esta ideia e animação das fachadas de Mardel veio enriquecer o conjunto da Nova Baixa Pombalina, embora esta praça não tenha sido tão trabalhada quando comparada com a Praça do Comércio, não transmitindo tanta monumentalidade quanto a que seria desejada no início.

*“O Rossio, lugar do povo, da sua alegria, da sua preguiça e da sua cólera, numa sociedade que se tornava ordenada, se não «Iluminada», estava destinada a ser um lugar secundário numa espécie de tranquilidade provinciana.”* <sup>94</sup>

---

<sup>90</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 35

<sup>91</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 126

<sup>92</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 126, 127

<sup>93</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 36

<sup>94</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa, pág. 129

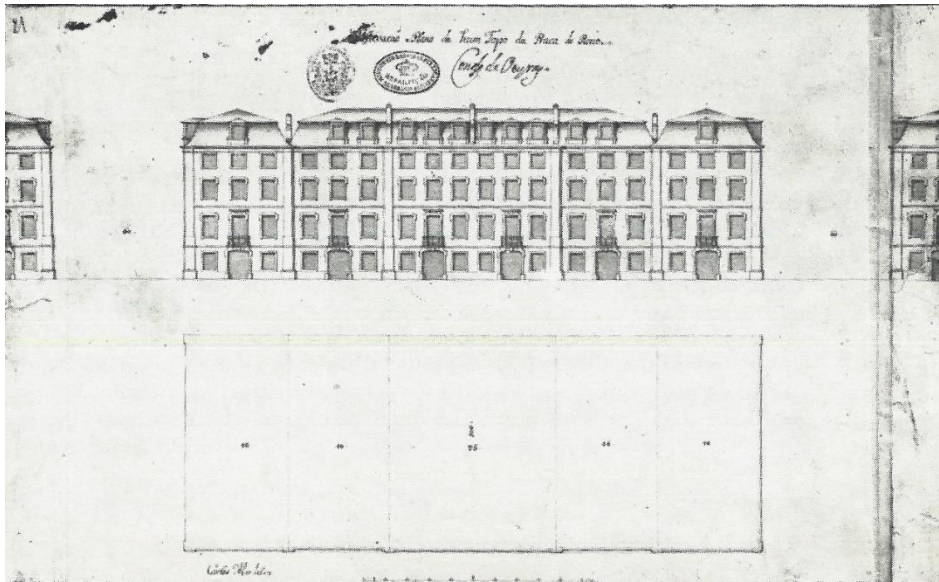


Fig. 30 – Primeiro estudo para a Fachada Sul da Praça do Rossio

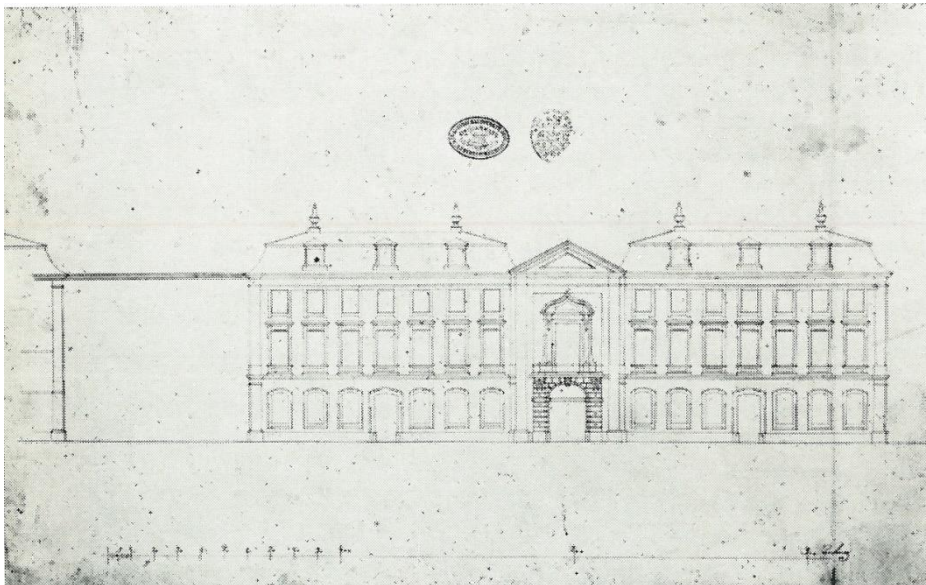


Fig. 31 – Segundo estudo para a fachada Sul da Praça do Rossio

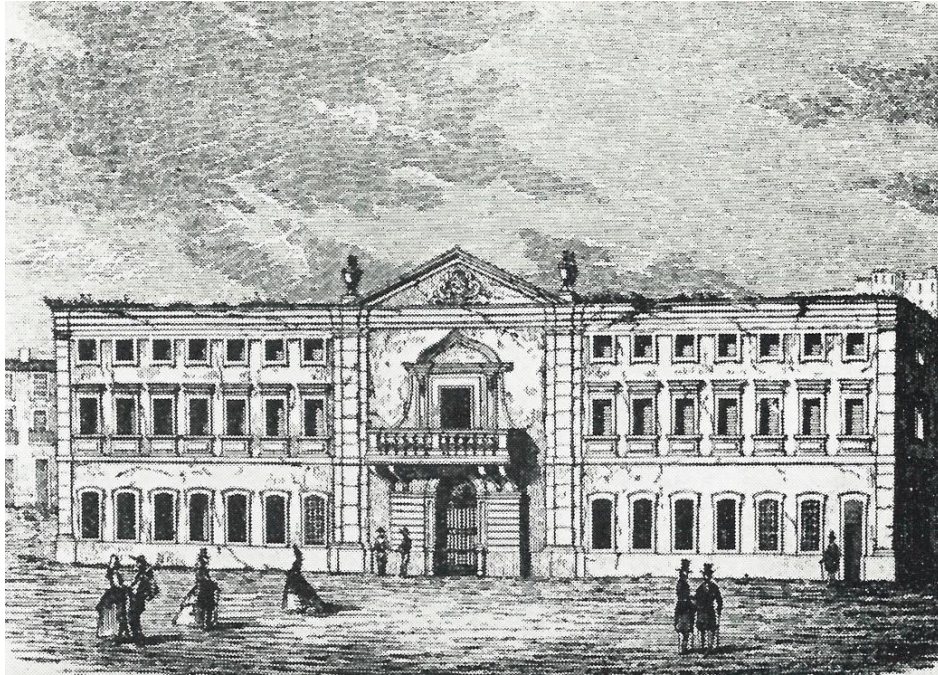


Fig. 32 – Gravura do Palácio da Inquisição, Alçado Norte da Praça do Rossio, construído após o Terramoto.

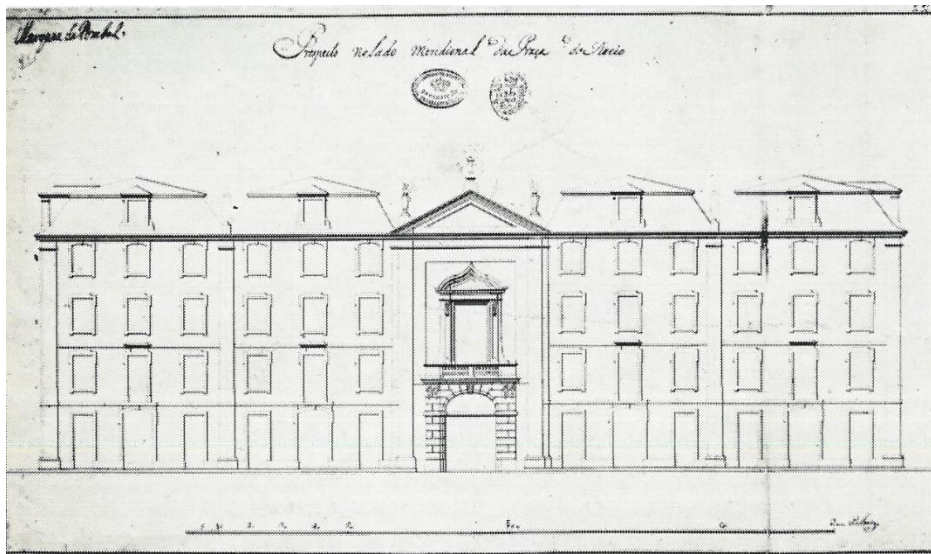


Fig. 33 – Alçado Sul Praça do Rossio

# Metodologia da Construção

## Processos técnicos

Depois de estudar o desenvolvimento da reconstrução da nova Baixa de Lisboa, é necessário referir os vários processos que foram usados para a sua construção, pois estes influenciaram a forma como seriam tomadas certas decisões, nomeadamente de como construir os novos edifícios e de como planeá-los. Estes processos foram necessários para resolver certos problemas que se colocavam com a construção desta cidade, como por exemplo, uma ‘praga’ que estava a alastrar pela cidade, umas barracas de madeira, trazidas, inicialmente, por um viajante vindo a Portugal em 1766<sup>95</sup>, que teriam sido enviadas da Holanda para alojar a população durante a construção da nova cidade. Estas barracas tiveram uma grande adesão, pela facilidade de montagem - bastava juntar as peças e “as consolidar com uma simples massa de gesso” <sup>96</sup>. O tempo de montagem não ultrapassava as vinte e quatro horas e mudá-las de local demoraria o mesmo.

## Pré-Fabricação e Estandarização

A construção da nova cidade exigia rapidez, e, para isso, seria necessária bastante mão de obra e um vasto número de oficinas, que escasseavam devido à grande catástrofe do Terramoto. Por isso, seria necessário contar com mão de obra de artesãos e operários vindos de fora da cidade e da província. Com a distância que existia entre a mão de obra e o local onde se iria construir a nova cidade, era complicado organizar a produção dos elementos necessários para a construção. Para superar este problema, seria necessário obedecer a conceitos de organização e racionalização, o que contrariava o tipo de pensamento da época. Esta questão colocava-se mais com a estética urbanística, mas também se relacionava com os problemas de produção que eram postos neste processo. As fachadas contínuas e os módulos, que vemos hoje, foram construídos a partir da junção de elementos variados, produzidos em grande escala.

*“As dimensões constantes das paredes, das portas, das janelas, correspondiam às dimensões constantes dos elementos que as compunham: primeiro, os elementos interiores de construção, invisíveis ao observador: vigas e frechais, fileiras, madres e varedos, prumos, travessanhos e escoras, vergas e pendurais, todas as peças de madeira, os próprios pregos; em seguida, a cantaria dos cunheis e das pilastras, soleiras, lintéis, vergas e alizares de janelas e portas, os batentes de guilhotina, as grades, os parapeitos, as escadas...”* <sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág. 36

<sup>96</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 155

<sup>97</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 152

Todos estes elementos eram fabricados em “massa”, por diferentes oficinas, em diferentes locais do País, por mão de obra que nunca teria tido contacto com o espaço da construção. Não interessava o local para onde cada peça iria, pois, com a uniformidade utilizada nesta construção, chegando ao seu destino, os elementos iriam, eventualmente, ocupar o lugar deles<sup>98</sup>.

Vemos assim, nesta obra, um novo modo de construir e produzir, a pré-fabricação e também uma certa estandardização<sup>99</sup>.

*“Tudo estava fixado de antemão, as formas e as medidas, e o fabricante, em Lisboa ou na sua oficina fora de portas, ou mais longe ainda, ignorando tudo da capital, que nunca vira ou veria, criava, com uma facilidade inesperada, uma cidade nova, guiado pelas únicas forças da razão...”<sup>100</sup>*

Ao contrário dos elementos constantes, foram também utilizados elementos que teriam que se adaptar a certas circunstâncias na obra. Um desses elementos seria o trabalho no ferro para a decoração das varandas. Estas varandas Pombalinas seriam decoradas com balaustradas de perfil simples, inspirado nas formas do século XVII - com intervalos de 16 centímetros regulares. Estas balaustradas criam um padrão contínuo que se adaptava a qualquer comprimento.

Também com a possibilidade de adaptação, foi utilizado o trabalho do azulejo, que iria inspirar-se no estilo do Séc. XVII. Todos os azulejos teriam a mesma dimensão, podendo variar na sua cor e tema, o que permitia, com a junção de elementos individuais, criar painéis de qualquer dimensão, adaptáveis a todo o tipo de espaços, como corredores, escadarias, entre outros. A união destes azulejos formava uma rede que, embora de forma simplificada e empobrecida, fruto das necessidades daquela época, não deixaria de ter uma relação próxima com o estilo *rocaille* <sup>101</sup>.

Tanto os azulejos como as balaustradas das varandas são um elemento de estandardização que será bastante utilizado na decoração dos edifícios, e, com estas características, dariam aos arquitetos a liberdade de adaptá-los a diferentes tipos de espaço.

A procura de rapidez na reconstrução da cidade terá sido exigida desde logo a seguir ao terramoto. Era necessário realojar a população e reerguer a capital. Mas, mesmo com este estado de urgência, a construção ainda durou largos anos, obrigando à adoção de soluções temporárias para as necessidades que se apresentavam.

---

<sup>98</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 153

<sup>99</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.17, Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo, José Augusto França

<sup>100</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 153

<sup>101</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 154

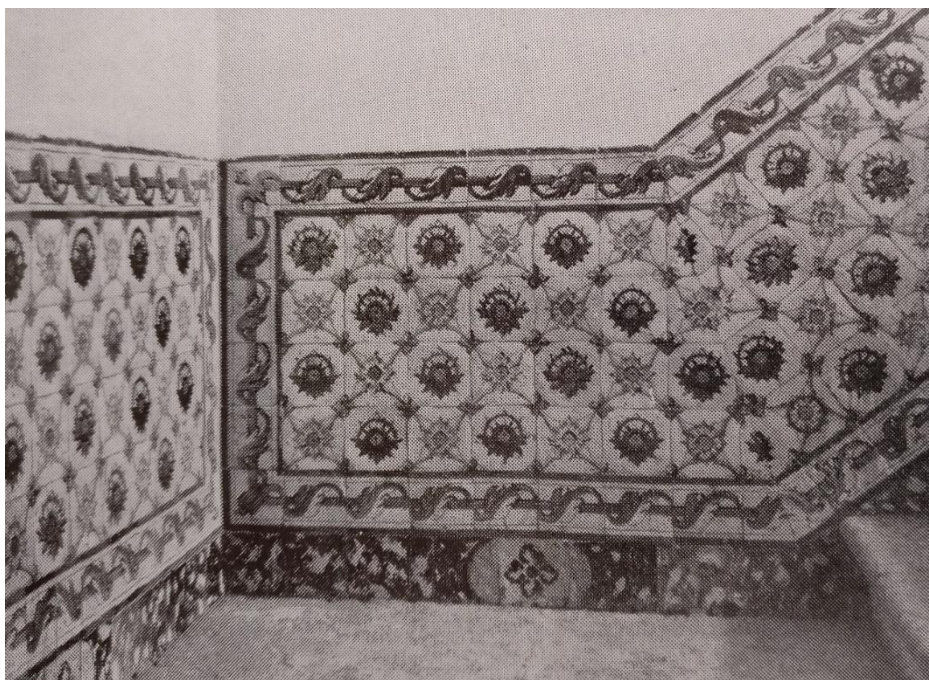


Fig. 34 – Lambril de Azulejos de escadas



Fig. 35 – janela de Sacada

## Proteção Contra Terramotos

Com o problema da construção, vinha também uma questão de elevada importância para a finalização desta obra – a resistência dos edifícios em relação a futuros tremores de terra. Na verdade, para a construção dos novos edifícios, seria necessário ponderar e estudar um sistema de segurança que os tornasse mais seguros. Como já vimos, ao longo da sua dissertação, Manuel da Maia foi desenvolvendo algumas considerações em relação à resistência da estrutura dos edifícios perante um novo terramoto, nomeadamente a construção de casas cuja altura não poderia ultrapassar dois andares e as regras relativas à largura das ruas. Estas medidas iriam, de facto, proteger as pessoas de novos abalos, não representado, no entanto, uma solução para o problema dos edifícios. Mas a ideia de só fazer edifícios de dois andares rapidamente foi posta de lado, por interesse dos proprietários. Assim, quando os edifícios acabaram por ser projetados com quatro pisos, em vez dos dois propostos pelo engenheiro-mor, teve que ser arranjada uma nova solução.

### A gaiola Pombalina

As técnicas existentes para a segurança deste tipo de estruturas não estavam suficientemente desenvolvidas para assegurar estas exigências - exigências que seriam ainda mais importantes dada a urgência do desenvolvimento da obra. Assim, passado algum tempo, foi desenvolvida uma solução - uma estrutura bastante engenhosa e avançada para aquela época, que seria denominada de Gaiola.

A “Gaiola” tinha como material principal a madeira, que tem, como característica essencial, a sua elasticidade e plasticidade, adaptando-se aos abalos de um sismo<sup>102</sup>. Será com estas características que a estrutura ganha uma grande resistência, ou seja, em caso de terramoto, poderia suportar o interior do edifício, que estaria separado da alvenaria, permitindo, assim, o descolamento, no caso de desmoronamento. A Gaiola é descrita de uma maneira tecnicamente simples: *“é composta de um jogo de primos e de travessanhos de seção de quinze por treze centímetros. Os travessanhos são ligados à parede por mãos. A parte superior dos primos é ligada pelos frechais; nos vãos os primos ligam-se entre si por vergas e seus pendurais. A madeira usada nesta estrutura estará entre o azinho ou então o carvalho. As ligações entre estes elementos são asseguradas por um sistema de macho fêmea.”*<sup>103</sup> Com esta descrição, consegue-se ver e entender facilmente, a razão do seu nome.

É importante referir que, em relação às medidas que foram mencionadas, os elementos de construção são de um edifício da Rua Augusta, que foram examinados aquando da sua transformação. Partindo do princípio de que esta obra

---

<sup>102</sup> FRANÇA, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, pág.57

<sup>103</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 157

seguiu os princípios de standardização, podemos concluir que estas medidas serão constantes, ou pelo menos proporcionais, em muitas construções, e talvez adaptadas em casos especiais.

A Gaiola<sup>104</sup> é uma invenção inovadora, criada no quadro do urbanismo pombalino, por necessidades conhecidas e, no final, terá tido uso nas novas construções em Lisboa. É desolador saber que, hoje, estas estruturas, que são parte da história, não só da engenharia, mas também de uma época que terá significado uma grande reviravolta no quotidiano dos Portugueses, estão completamente deterioradas, não servindo já o seu propósito. Será, ainda, mais desolador imaginar que esta cidade, que foi reconstruída a partir de circunstâncias catastróficas, com preocupações de prevenção antissísmica, no caso de um novo sismo, poderá ser, de novo, destruída. A Gaiola manteve a sua função durante 200 anos, desde a sua construção. Hoje, esta estrutura, segundo muitos especialistas, não aguentaria um novo terramoto da mesma escala que o de 1755.

Ainda hoje não é possível saber ao certo a origem da gaiola, ou em que circunstâncias terá sido criada, mas terá começado a ser pensada a partir do momento em que os edifícios passaram a ter mais de dois andares. O que também ainda não é possível saber, ao certo, é o seu criador, embora, por tradição, esse crédito seja atribuído a Carlos Mardel.

Teria sido Carlos Mardel? Ou terá sido Manuel da Maia que, na altura da mudança dos projetos, e também por consciência da necessidade de uma estrutura adicional nos edifícios, terá começado a pensar nesta estrutura? É possível que só tenha sido pensada a partir do terramoto de 1755, mas não nos podemos esquecer de que tinha ocorrido um terramoto anterior a este, em 1531, que não causou tantos estragos, mas poderia ter, já nessa altura, criado a consciência da necessidade deste tipo de estruturas. Mas, independentemente das circunstâncias exatas da sua criação, seria quase impossível que uma estrutura destas tenha sido desenvolvida de um dia para outro, na medida em que iria necessitar de várias experiências para chegar à forma final. Há referências em diversos documentos, segundo as quais as últimas experiências terão sido feitas por Carlos Mardel, o que poderá ter tido influência nas assunções de que a invenção fosse deste <sup>105</sup>.

Uma das experiências feitas por Carlos Mardel terá sido realizada no Terreiro do Paço. Este teste consistiu em manobras de um destacamento militar, que terá marchado por cima de um estrado, simulando uma plataforma vibratória (como atualmente se usa), de modo a recriar o movimento de um terramoto, que provaria que a gaiola iria manter-se erguida nessas circunstâncias<sup>106</sup>. Dentro ainda do tema dos terremotos e das suas consequências, foi também executada uma medida nas estruturas dos edifícios, que se relaciona com a prevenção e contenção de incêndios. Esta medida é bastante visível, hoje em dia, principalmente na praça do Rossio, nos edifícios projetados por Carlos Mardel. Esta medida consistia na elevação das paredes laterais de meação, que impedia o alastramento do ocasional incêndio num edifício <sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> Ver também: MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção, V – O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistemas construtivos*, Livros Horizonte

<sup>105</sup> FRANÇA, J. A, *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina*, Biblioteca Breve, pág. 57

<sup>106</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada*, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, *Princípios e Processos Técnicos*, pág. 158

<sup>107</sup> FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada*, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, *Princípios e Processos Técnicos*, pág. 158

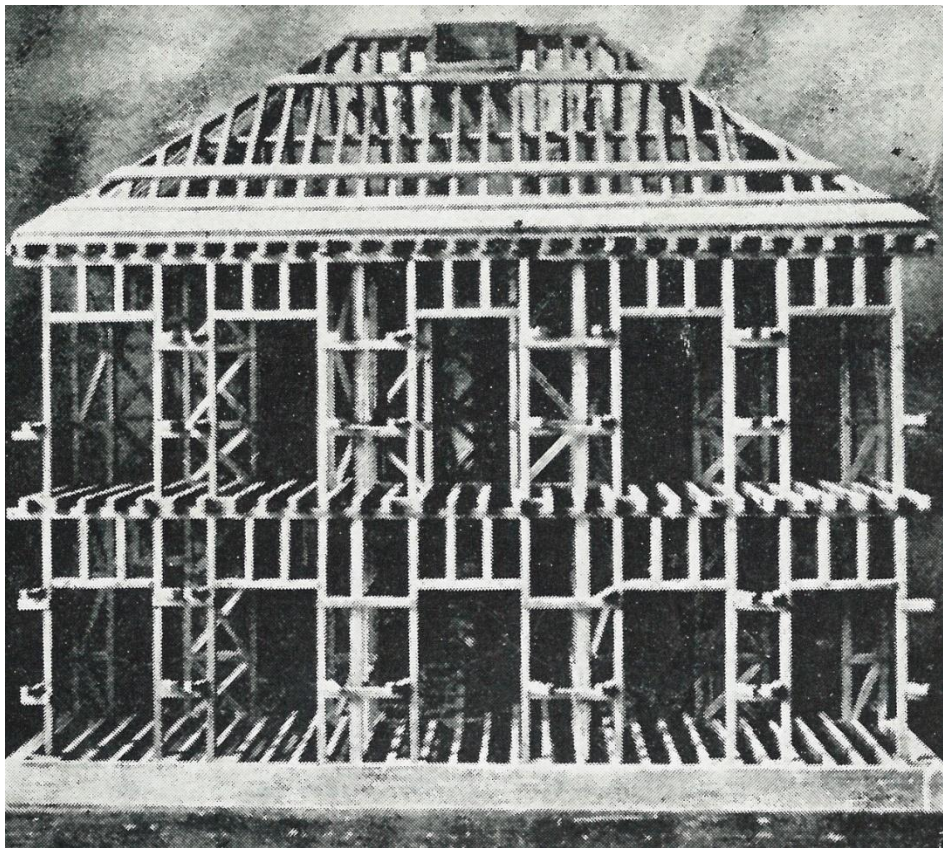


Fig. 36 – Esquema da Gaiola Pombalina

## Outros Processos Técnicos

Outros tipos de processos técnicos que foram pensados por Manuel da Maia, para os esgotos, os passeios ou para o nivelamento dos terrenos, terão sido parcialmente seguidos ou então melhorados e adaptados às necessidades que se foram criando com as alterações feitas nos projetos, mas mantendo a sua ideia base. O facto de o traçado de Eugénio dos Santos se ter tornado demasiado dispendioso não permitiu que certas ruas fossem dotadas da canalização conveniente. Além disso, as cloacas que terão sido instaladas nas ruas com canalização teriam graves erros, desde a sua secção quadrada, que tornava difícil o escoamento das águas sujas, ao nível a que eram construídas. O nível a que estas cloacas se encontravam permitia a entrada da água do Tejo, criando a acumulação de águas e a consequente estagnação, o que causava cheiros nauseabundos <sup>108</sup>.

No nivelamento dos terrenos iriam ser utilizados os escombros dos antigos edifícios no local, facilitando assim este processo e tornando dispensável a sua remoção, reduzindo custos e necessidades de mão de obra. Esta medida, que elevou a altura dos edifícios em relação ao nível do rio, também veio protegê-los de um problema constante naquele local, que era a elevação do nível freático, que acabava por provocar cheias e grandes estragos <sup>109</sup>. As preocupações com a salubridade terão também determinado a exigência de cemitérios obrigatórios.

Juntamente com todos os problemas de organização, na forma e no processo de construção, os problemas que se relacionam com a saúde pública vão ao encontro das novas exigências num governo de tendências “iluminadas”. “Em 1776, insistia-se em considerar a saúde pública «sempre como um dos primeiros e mais importantes objetos da consideração em todas as nações iluminadas do mundo político»” <sup>110</sup>.

Como já referi acima, terão sido também originados, no decorrer do terramoto e no período da reconstrução, problemas sociais, que Manuel da Maia também pôs em questão, tais como a criminalidade e, ainda, a acumulação de animais nas ruas, que funcionavam como perigosos focos de doenças.

---

<sup>108</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 159

<sup>109</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 159

<sup>110</sup> FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. V, Princípios e Processos Técnicos, pág. 160



Fig. 37 – Exemplo de Parede Corta-Fogo, usada para impedir a expansão do incêndio



Fig. 38 – Esgotos Lisboa Pombalina

# A Ideologia

Neste trabalho, o grande objetivo é analisar a Baixa Pombalina e estudá-la na sua forma e ideologia, na qual o Marquês de Pombal se inspirou durante a condução das obras. Para entender a ideologia que foi usada para desenvolver a Nova Baixa, é necessário, em primeiro lugar, analisar as diferentes ideias que se desenrolam à volta deste tema.

Iniciando com a importância da biografia do Marquês de Pombal, devo dizer que, independentemente das influências que possam estar por trás da grande obra de reconstrução de Lisboa, não há dúvida de que ele esteve intimamente relacionado com todo o trabalho que envolveu a reconstrução. O Marquês terá guiado os engenheiros e arquitetos escolhidos para este trabalho, durante todo o desenvolvimento dos projetos. No final, foi ele que teve maior influência na escolha definitiva do projeto da Nova Baixa. Por isso, não é de estranhar que as suas convicções ideológicas tivessem influenciado esta obra, e daí a importância de perceber a sua vida e de onde poderá ter trazido as ideologias que implantou na cidade.

No que respeita às ideologias do Marquês, existem várias teorias sobre qual a ideia que ele terá usado como base para a projeção da cidade que hoje conhecemos no centro de Lisboa. A Baixa Pombalina é facilmente associada a uma forte ideologia, que muitos tentam, ainda hoje, desvendar - ideologias como a seguida na Maçonaria ou então como a do Movimento das Luzes.

À parte das influências ideológicas, também terão existido algumas condicionantes mais técnicas que tiveram uma grande influência para o desenvolvimento deste projeto. Em primeiro lugar, a influência que remonta ao reinado de D. Manuel, que terá, já naquela altura, criado legislação para organizar melhor o caos da cidade medieval, com o objetivo de dar uma nova imagem a Lisboa, na época dos Descobrimentos. Com esta legislação nasceu, assim, o tão conhecido Bairro Alto.

Outra condicionante terá a ver com os problemas económicos que se sentiam no país. Com a redução do ouro do Brasil e com a grande destruição causada pelo terramoto, que pedia uma reconstrução em grande escala, não existiriam meios para conseguir fazer algo muito extenso ou excessivo, obrigando a uma obra bastante depurada nos seus ornamentos, no quadro de um projeto bem pensado e racional.

Todas estas influências e condicionantes, juntamente com os estilos que estavam enraizados na sociedade portuguesa, fizeram parte desta grande reforma, possibilitando o reerguer da cidade com a nova Baixa Pombalina.

## A Influência Maçónica

Uma ideia sobre a qual ainda hoje se especula e que é, a meu ver, algo ‘forçada’, será a de que a cidade Pombalina se baseia na ideologia maçónica, mostrando o envolvimento do Estadista com a Maçonaria. Atualmente não dispomos, ainda, de provas concretas que o relacionem o Marquês de Pombal<sup>111</sup> com esta organização, embora, como já referi, existam interpretações, baseadas na sua personalidade e posição, que levam a pensar que seria uma possibilidade ter estado, de facto, envolvido com a organização dos “pedreiros livres”, supostamente desde a sua estadia na Áustria.

As razões que levam a pensar que a Nova Baixa segue influências de simbologia Maçónica<sup>112</sup> decorrem da regularidade de toda a sua construção e organização e ainda de certas formas, supostamente representadas no desenho da Baixa. Segundo algumas obras, como, por exemplo, “O Maçon de Viena”, o número de blocos que foram criados está relacionado com os diferentes graus dentro da maçonaria, nomeadamente o grande destaque das três ruas nobres, que demonstra a hierarquia dentro da organização, bem como a forma dos edifícios que marcam a Praça do Comércio e o número de arcos que existem na Real Praça.<sup>113</sup>

Não obstante todas estas interpretações serem aliciantes, como considerámos no início deste trabalho, admitindo que terá sido a grande razão inicial para realizar esta investigação, não foram reconhecidas provas concretas que as sustentem. Por isso, por termos chegado à conclusão de que este tema não iria levar-nos a um resultado cujo foco essencial continuasse a ser arquitetónico, uma vez que uma reflexão mais aprofundada sobre esta relação exigiria, certamente, um investimento excessivo em áreas correlacionadas, bastante interessantes para o tema, porém desadequadas relativamente ao propósito central do presente trabalho, o tema inicial foi repensado, o que evidencia, igualmente, a nossa evolução ao longo deste processo de reflexão e aprendizagem.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> Ver: BRANCO, Camillo Castello, Perfil do Marquez de Pombal, Editores proprietários, Clavel & C<sup>a</sup>, L. Couto & C<sup>a</sup>

<sup>112</sup> Há que ser referido que a arquitetura e a Arte Maçónica existem, e são inúmeros os exemplos das suas obras. Para um melhor entendimento ver: CURL, James Stevens, The Art and Architecture of FreeMasonry, Na Introductory Study, B. T. Batsford Ltd, London

<sup>113</sup> Ver: GONÇALVES, José Braga (2005) O Maçon de Viena, Prime Books

<sup>114</sup> Ver também: EDUARDO FRANCO, José / RITA, Annabela, O Mito do Marquês de Pombal, A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria, Editora Prefácio, 1<sup>a</sup> edição.

## A Filosofia das Luzes

Uma relação mais evidente com a ideologia da Nova Baixa, segundo vários autores, em particular José Augusto França, será a influência da ideologia Iluminista.

O Iluminismo espalhou-se pela Europa e terá sido no séc. XVIII que as “Luzes da Razão” tiveram maior relevância. Na medida em que os Iluministas consideravam os séculos anteriores como tempos dominados pelas trevas, este século acabou por denominar-se Século das Luzes. Este movimento guiava-se pela razão e tinha como objetivo afastar as “trevas”, que simbolizavam o Antigo Regime, trazendo esclarecimento à sociedade.

O Iluminismo<sup>115</sup> reintroduz muitos dos conceitos utilizados pela cultura renascentista<sup>116</sup>, que tinha como ideologia o interesse pela natureza e pelo Homem. A razão é utilizada como regra e a organização que nasce desta ideologia tem várias semelhanças com a das cidades clássicas. Esta tipologia de cidade iria ser muito utilizada neste século, e, em particular, terá tido uma grande influência na Baixa Pombalina.

No século das Luzes, também se sente uma grande mudança no estilo, deixando para trás o Barroco e utilizando um estilo que, embora requintado, era bastante austero e tinha algumas parecenças com o estilo clássico. Este estilo deixa os excessos do Barroco e traduz a luta por uma sociedade mais humanizada, retomando a ideia antropocêntrica já iniciada no Renascimento, deixando de lado os dogmas da sociedade religiosa e apontando para uma nova utopia.

Será nesta ideia antropocêntrica e racionalista que o Iluminismo se encontra com muito da ideologia clássica, cujas tendências são claras na arquitetura militar. Esta arquitetura tinha como características a racionalidade, desenvolvendo-se consoante as necessidades da população e a rapidez da construção.

Será nesta base Iluminista que a Nova Baixa se vai basear. É possível ver este tipo de pensamento, tanto na forma, como na denominação das ruas e até na própria construção, com a introdução de um novo conceito, a estandardização.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume III, Livraria Figueirinhas / Porto, Iluminismo, pag.245

<sup>116</sup> TELLES, Inocêncio Galvão, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Verney e o Iluminismo Italiano, Lisboa 1951, Documento Biblioteca Nacional, pág.6

<sup>117</sup> Ver também: FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Segunda edição revista e aumentada, Livraria Bertrand, Lisboa, cap. IV, Urbanização da Nova Lisboa.

## Modulação Grega

Tendo em mente a ideia do Iluminismo e da sua relação com as ideologias clássicas, teremos de falar um pouco acerca da organização das cidades gregas.

Terão sido os gregos um dos primeiros povos a organizar a cidade de uma maneira geométrica e racional, de forma a melhor ordenar as vias e lugares importantes. Depois dos gregos, esta ideia foi também utilizada pelos romanos, que terão sido os últimos a manifestar esta preocupação, que seria abandonada durante a Idade Média até, por fim, chegar o tempo do Renascimento, onde a organização racional voltaria a ser bastante importante para o reordenamento urbano.

A ideia clássica de cidade, para os gregos, baseava-se na “ordenação do mundo natural caótico”, como uma maneira de civilizar os espaços habitados pelo homem, ordenando-os face à desorganização dos espaços “selvagens”. Esta ideia foi bastante praticada nas cidades do mundo grego, com uma ordenação bastante geométrica da cidade, algo que já teria, também, sido praticado em cidades da China, e também no Egito<sup>118</sup>.

A orientação das cidades guiava-se por diretrizes de ordem cósmica, como os planetas e as estrelas e ainda pela orientação solar. Este tipo de ideia já era visível nas habitações individuais, e só mais tarde estas orientações seriam usadas em toda a cidade <sup>119</sup>. É o caso das primeiras cidades da Jónia, que repetiam as diretrizes solares nas ruas perpendiculares. Esta direção era apenas interrompida pela Ágora, que era um lugar fundamental para a sociedade clássica.

Ao contrário das cidades, na Grécia arcaica e clássica, os locais de culto, como templos e acrópoles, fugiam à organização racional da urbanização, para criar uma diferença dramática de separação entre os dois espaços, e marcar bem os seus locais. Grandes exemplos deste tipo de organização são as cidades de Mileto e Priene.

Nas colónias gregas, as novas cidades eram contruídas em pequena escala, mas bastante organizadas. Esta organização estava dentro dos padrões necessários para a prática de vários rituais, entre os quais sacrifícios e oferendas aos deuses, obedecendo a indicações dos oráculos, que escolhiam o local e o tipo de oferendas que deveriam ser feitas.

Embora bastante distanciadas no tempo, as cidades clássicas e a Nova Baixa Pombalina em muito são parecidas, tendo apenas como diferenças as necessidades e práticas sociais, naturalmente distintas.

Na sociedade clássica, dava-se muito valor aos templos e aos seus rituais, bem como aos espaços de debate político e filosófico, que, naquela época, faziam parte do quotidiano dessa sociedade. Toda a cidade funcionava à volta destes espaços privilegiados, estando bem marcadas as diferenças com as zonas de habitação.

---

<sup>118</sup> MARTIENSSEN, Rex D., La idea del espácio en la arquitetura griega, Editorial Nueva Visión, Colección Historia de la arquitetura, pág. 15

<sup>119</sup> MARTIENSSEN, Rex D., La idea del espácio en la arquitetura griega, Editorial Nueva Visión, Colección Historia de la arquitetura, pág. 57

Na Baixa Pombalina encontramos espaços adequados a diferentes necessidades, organizando-se por áreas de comércio e trabalho. Os focos principais são a produção e as trocas comerciais, atividades privilegiadas pelo Marquês de Pombal, que se dividem por diferentes ruas, consoante o seu trabalho e produto. Estas ruas, depois, iriam desembocar nos fóruns principais de comércio, as praças, em particular a aclamada Praça do Comércio. Também se podem encontrar locais de culto, mas não tão marcados como em tempos anteriores, retirando-se-lhes bastante importância e, desta forma, refletindo a ideologia das luzes, no sentido de afastar a religião da organização da cidade e reduzir a sua influência social.

Embora os costumes e culturas sejam diferentes, estes dois exemplos, juntamente com outro tipo de cidades na China e na época Romana, partilham todos uma evidente ligação, baseada na preocupação com a organização da sociedade, refletida nos seus edifícios, ruas e cidades.<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> Ver também: TOMLINSON, R. A., Greek and Roman Architecture, Classical . Bookshelf

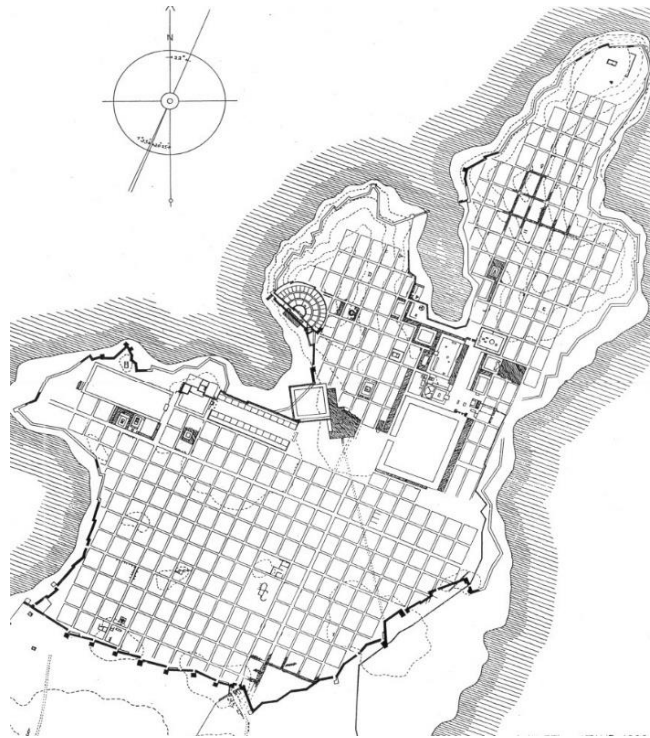


Fig. 39 – Planta da cidade Grega de Mileto

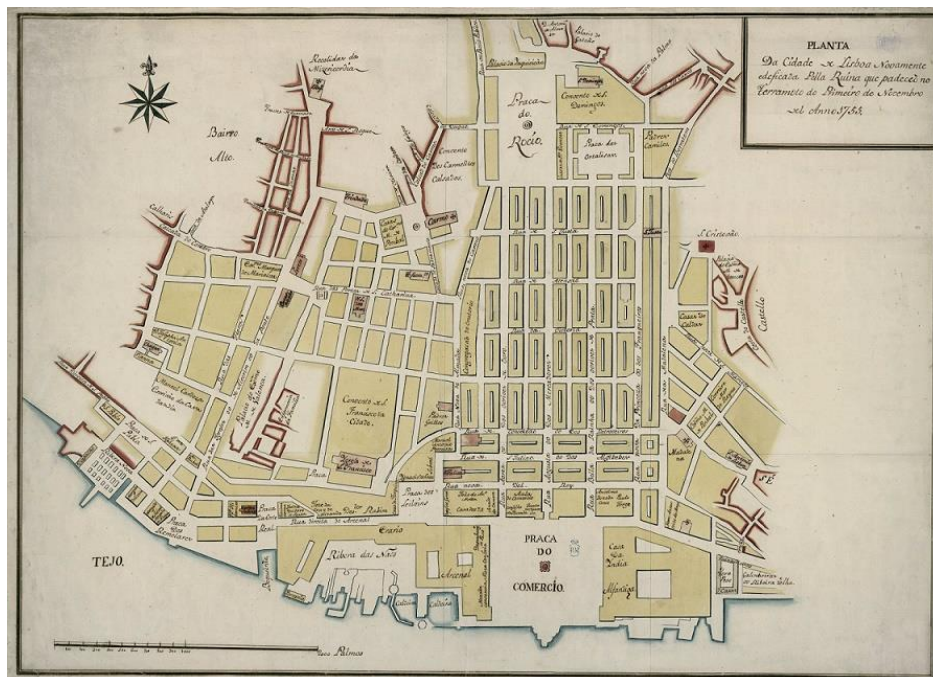


Fig. 40 – Planta da Nova Cidade de Lisboa

## O nascer de uma Utopia Pombalina:

### O Iluminismo Reformista

O Iluminismo, como já disse, espalhou-se por toda a Europa, embora com variantes nacionais. O espírito iluminista tinha como objetivos a redução da influência da Igreja e da nobreza na governação do país, pondo de lado interesses, dogmas e vícios, que colocariam a felicidade dos súbditos em risco. Mas existiam países em que, estando a religião bastante enraizada na sua estrutura, seria bastante difícil afastá-la por completo. Estes países, como a Itália, Áustria e, também, Portugal, adotaram, assim, o Iluminismo Italiano, também designado como “Iluminismo Reformista”.

Este ramo do Iluminismo pretendia reformular as estruturas políticas e sociais, organizando-as de forma racional, visando “a felicidade da população”, apoiando-se na “doutrina do «direito divino dos reis»<sup>121</sup> como instrumento de realização dos seus objetivos”. Esta vertente do Iluminismo entendia que “o poder régio, derivado diretamente de Deus”, era, assim, absoluto e superior ao de qualquer outro grupo, como o clero e a nobreza. O rei teria como obrigação esclarecer a população e “exaltar a classe média”, para trazer o sucesso à sociedade e prosperidade ao país.

Entre outras personalidades na Europa, diversos portugueses estiveram envolvidos com este ramo do Iluminismo, sendo um deles o Marquês de Pombal, que terá, durante a sua passagem pelo poder, posto em prática esta ideologia. Um outro português, contemporâneo do próprio Pombal, que teve, talvez, grande influência nas reformas feitas no ensino, na Universidade de Coimbra, foi Luís António Verney, que viveu a maior parte da sua vida em Itália, e redigiu um dos documentos mais polémicos da altura, “O Verdadeiro Método de Estudar”<sup>122</sup>, que terá sido inicialmente publicado como “anónimo”<sup>123</sup>, para fugir a acusações. Verney terá sido um dos maiores iluministas portugueses, seguidor de Muratori, famoso iluminista italiano, e um dos responsáveis pela chegada das influências iluministas a Portugal.

Nas viagens que Pombal fez durante a sua fase diplomática, também absorveu esta ideologia, nas sociedades que visitou, e terá sido, em particular, na Áustria, que terá recebido mais influências da ideologia “Iluminista reformista”. Personagens como o doutor Jacob de Castro Sarmiento, em Londres, e Manuel Teles da Silva, em Viena, entre outros, ajudaram o Marquês a desenvolver a sua ideologia, que irá pôr em prática, e a sua vontade e aptidão para ser o homem de Estado que será no futuro.

É neste ramo do Iluminismo que a Baixa Pombalina poderá ter-se baseado, não só pela forte influência do Marquês, mas também pela grande “reforma” implementada na sociedade de Lisboa e na cidade física.

---

<sup>121</sup> TELLES, Inocêncio Galvão, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Verney e o Iluminismo Italiano, Lisboa 1951, Documento Biblioteca Nacional, pág.2

<sup>122</sup> Ver: VERNEY, Luis, Verdadeiro Método de Estudar, Cartas sobre retórica e poética, Editorial Presença

<sup>123</sup> TELLES, Inocêncio Galvão, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Verney e o Iluminismo Italiano, Lisboa 1951, Documento Biblioteca Nacional, pág. 10

A Baixa, embora ainda com a presença de locais de culto e prática religiosa, algo que o Iluminismo reformista aceita e mantém na sociedade, não lhes confere a importância que antes era regra.

No que se refere à organização física, todos os projetos pombalinos procuravam racionalizar a cidade medieval, tendo, no fim, sido utilizado o mais radical e racional.

Outro aspeto marcante foi o afastamento da nobreza da área do poder e a aposta noutra grupo social, a burguesia que, a partir daqui se tornaria mais influente. Com esta nova orientação, o Comércio apoderou-se da cidade, pondo de lado os vícios da nobreza, estruturando uma sociedade de trabalho, e introduzindo uma mudança radical e também racional na organização da sociedade.<sup>124</sup>

Dentro da cidade, vê-se, como já referi, uma organização dessa nova sociedade em forma física, instalando as diferentes áreas de Comércio em diferentes ruas conseguindo, assim, um melhor controlo do movimento comercial. Reconhece-se em tudo isto uma forte relação com o Iluminismo Reformista. Será por estas razões e por outras que poderemos afirmar que o terramoto de 1755 terá dado a “oportunidade” para a reforma da cidade de Lisboa.<sup>125</sup>

---

<sup>124</sup> CARVALHO JR., Eduardo Teixeira, Iluminismo em Portugal: uma análise da obra de Verney, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2003 / DE CARVALHO, Eduardo Teixeira, Verney e a questão do Iluminismo em Portugal

<sup>125</sup> O Título “O nascer de uma Utopia Pombalina”, faz referência à cidade ideal que é referida no livro: MORE, Thomas, Clássicos, IPRI, Editora Universidade de Brasília. Esta referência reforça a ideia do Marquês de Pombal de reformar a sociedade, tornando-a na sociedade ideal.

## Legislação do Bairro Alto

Este tipo de mudanças na cidade, os respetivos projetos e construção também terão sido determinados por um conjunto de leis, uma das quais poderá ter tido uma grande influência no aspeto da Nova Baixa. Uma das leis mais significativas foi a que deu uma nova vida ao Bairro Alto.

Estas novas leis, de carácter urbanístico e arquitetónico, implantadas ainda no reinado de D. Manuel, tinham como objetivo controlar o caos da cidade medieval. Foi no decorrer destes novos processos legislativos que nasceu, na capital Portuguesa, uma nova ideia de urbanismo, que será representada no Bairro Alto.

Esta nova ideia de urbanismo veio enobrecer a capital que, devido às grandes expedições marítimas, ganhou uma grande reputação. Esta mudança de imagem surgiu de maneira a conseguir dar resposta às necessidades de uma grande metrópole comercial, um dos portos mais concorridos da Europa daquela época. Veio ainda corresponder à imagem de centro político e administrativo de um vasto império, que estava a desenvolver-se a uma grande velocidade.

Estas leis irão permitir a preservação da cidade até aos nossos dias e irão dar continuidade às características arquitetónicas que serão representadas noutros projetos urbanos portugueses, sendo um dos principais o urbanismo e a construção pombalina. Será a partir destas leis que vemos, assim, a capital a surgir segundo uma nova ideia racional, extinguindo os emaranhados de becos e ruas irregulares e estreitíssimas, herdados, ainda, de um urbanismo de tradição islâmica<sup>126</sup>, conseguindo transformar Lisboa numa cidade digna de um império.

Estas legislações foram criadas, no início do reinado de D. Manuel, mais especificamente, entre os anos 1496 e 1510. No início, terá tido uma fase menos vigorosa, onde a maior atenção seria dada aos casos mais críticos. De seguida, começaram a tomar-se medidas em relação à pavimentação em calçada, ao alargamento das ruas, à construção de chafarizes, à abertura de novas entradas da cidade e à demolição de edifícios que impediam a circulação. Para um melhor aproveitamento do espaço na cidade, possibilitando o alojamento de um maior número de pessoas, tentava-se afincadamente encontrar terrenos, escondidos no meio da cidade, os quais, quando encontrados, eram avaliados e comprados aos seus proprietários. Uma das medidas mais importantes e decisivas, para a arquitetura, foi a ordem de demolição de todos os balcões e “balcoadas” da cidade<sup>127</sup>.

Estas leis, impostas de maneira absolutista, acabaram por conseguir controlar o crescimento, organização e a imagem da cidade. Estas novas normas controlaram as fachadas, a estrutura e ainda a organização urbana.

Os balcões que referi acima, cuja extinção terá sido uma das mais importantes normas implementadas, são de tradição islâmica, e tinham uma forte presença na cidade. Estas “balcoadas”<sup>128</sup> ocupavam toda a largura das fachadas e apoiavam-se, sobre a rua, em esteios de madeira. Estavam ainda ligadas às próprias fachadas, limitando os edifícios

---

<sup>126</sup> CARITA, Helder, Bairro alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos, Camara Municipal de Lisboa, pág. 16

<sup>127</sup> CARITA, Helder, Bairro alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos, Camara Municipal de Lisboa, pág. 16

<sup>128</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.31, O Bairro Alto e a Legislação Urbana Para Lisboa Nos Séculos. XVI e XVII, Helder Carita

a uma certa tipologia. Com a sua remoção abriu-se a oportunidade de remover este estilo e organização arcaica que, segundo o monarca, não combinavam com a nova ideologia de cidade, o que viria a revelar-se muito importante para a evolução da arquitetura em Lisboa. A estrutura da fachada que, antigamente, era constituída por madeira, material de fácil combustão, passou, segundo a nova legislação, a fazer-se de alvenaria de tijolo. Esta norma obriga, assim, à construção dos edifícios com paredes de pedra e cal, deixando a madeira para a estrutura e telhados.

Uma outra norma que teve uma grande importância na regularização da cidade, foi a proibição das fachadas em consola, que estrangulavam a circulação nas ruas. Uma alternativa a esta medida seria então a construção ou manutenção de sacadas que não ultrapassassem a medida de palmo e meio. Esta regra será muito utilizada nas construções dos séculos seguintes, não só em Lisboa, mas também no resto do país.

Com estas regras impostas, vemos crescer em Lisboa um novo tipo de arquitetura, que se afasta radicalmente do que era a arquitetura medieval, caracterizada pela sua estrutura em madeira e com andares em consola. Este tipo de edifícios ainda pode observar-se em bairros como Alfama e Mouraria. Esta nova arquitetura, com fachadas planimétricas<sup>129</sup>, que reduzem qualquer tipo de irregularidade e saliência, irá ser, a partir daqui uma regra utilizada para a arquitetura, e será uma grande influência na formação da arquitetura chã. As cartas de D. Manuel, que tinham indicações quanto ao alinhamento e regularidade de ruas e conjuntos arquitetónicos, iriam também ser de grande importância para o desenvolvimento do ocidente da Europa durante o séc. XVI.

O Bairro Alto, uma estrutura urbana que foi fruto de todas estas leis, aparece como um novo tipo de ordenamento urbano, com uma ideia de estética racional, regular e funcional. Este bairro foi-se desenvolvendo ao longo do século, como é possível verificar em alguns documentos, e ainda hoje é possível observar estas características, devido ao respeito por estas leis, que lhe asseguram a continuidade formal e urbanística.

É, assim, possível constatar que estas leis terão tido bastante influência na construção da Baixa Pombalina, possibilitando a preservação das fachadas e ruas abertas, que é uma das características mais importantes desta zona da cidade<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.31, O Bairro Alto e a Legislação Urbana Para Lisboa Nos Séculos. XVI e XVII, Helder Carita

<sup>130</sup> Ver também: ROSSA, Walter, Além da Baixa, Índicios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista, Coleção Arte e Património



## O Estilo Chão

Um estilo que também poderá estar bastante presente nesta obra é um estilo nacional, a arquitetura chã. Esta arquitetura terá sido criada anteriormente a este projeto, mas a sua presença será sempre sentida. Este estilo foi criado no reinado de D. João III, como negação dos excessos do barroco e como produto da necessidade de criar um estilo puramente português. Este estilo está fortemente relacionado com a arquitetura clássica e é caracterizado pela sua forte geometria e a sua simplicidade e depuração.

Este estilo desenvolveu-se num período em que nasceu uma ideologia de contra-reforma, contra as mudanças que seriam feitas na igreja. Esta ideologia, como disse a cima, baseava-se no “despojamento decorativo e a adoção de um certo classicismo de base tratadística e de uma austeridade de sina a um tempo religioso e militar”<sup>131</sup> e, a partir deste conceito, nasceu um novo estilo, diferente do nosso Maneirismo – O Estilo chã<sup>132</sup>. George Kubler, um historiador que estudou bastante este estilo, denominava este novo estilo arquitetónico “plain style”, fazendo referência à forma plana e depurada que era característica deste estilo nacional.

Embora não se possa classificar a Baixa Pombalina como Arquitetura Chã, pois podem ver-se alguns apontamentos barrocos em locais de transição e de maior importância, como arcos e portais, como por exemplo o Arco da Bandeira no Rossio, ela evocará sempre uma memória muito forte do estilo nacional, pela sua organização e depuração que pode observar-se, ainda hoje, nas fachadas da cidade Pombalina<sup>133</sup>.

É, também, com a junção do estilo chã com os apontamentos Barrocos que encontramos por toda a cidade Pombalina, que podemos rever o estilo que foi criado com esta obra, o estilo Pombalino, que se irá dispersar, depois, por toda a baixa Lisboaeta.

---

<sup>131</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitetura Portuguesa, Renascimento Maneirismo Estilo Chão*, Editorial Presença, pág. 42

<sup>132</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitetura Portuguesa, Renascimento Maneirismo Estilo Chão*, Editorial Presença, pág. 42

<sup>133</sup> Ver também: KUBLER, George, *A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre especiarias e os Diamantes, 1521 / 1706*, Vega



Fig. 42 – Igreja de Santa Maria em Estremoz. Arquitetura chã

## A Influência do Urbanismo Pombalino Além Lisboa

É importante também referir que a ideologia que foi incorporada na cidade de Lisboa teve influência noutras partes do país. Entre outras, as principais terão sido a construção de raiz de Vila Real de Santo António e ainda as alterações urbanas que foram planeadas para a cidade do Porto, na sua fase Almadina.

Estas influências mostram o poder de um estilo que se desenvolveu e que fará uma grande diferença em Portugal, marcando profundamente o séc. XVIII.

### Vila Real de Santo António

Começamos por Vila Real de Santo António porque a sua reconstrução terá obedecido, tal como a da Baixa Lisboa, a um projeto de raiz. O Projeto foi feito por Reinaldo Manuel dos Santos<sup>134</sup>, e o novo espaço urbano foi construído de 1773 até 1776, a mando do Marquês de Pombal. Esta nova vila, situada no Algarve, mais especificamente em Monte Gordo, tinha como objetivo proteger as pescas naquela região. A sua rápida construção deveu-se à utilização dos mesmos processos de pré-fabricação utilizados na construção da nova Baixa de Lisboa.

A razão para a escolha daquele local, e também o que teve uma grande influência na forma desta vila, foi a proximidade ao rio<sup>135</sup>. A planta da nova Vila tem forma retangular, com ruas regulares e praças. Os seus lados maiores estão a poente e a nascente e os menores a norte e sul. A praça, ao contrário do Terreiro do Paço, em Lisboa, encontra-se fechada para o rio. Em vez disso, a face virada para nascente, para Espanha, é constituída por um aparato onde se encontra a Alfândega, que é marcada por dois torreões simétricos, que evocam os torreões que se encontram na Praça do Comércio. Com bastantes influências da Lisboa Pombalina, as fachadas, de apenas dois andares, têm a mesma constituição. Integram janelas de peito e sacadas nos andares considerados nobres. A Alfândega destaca-se pelo portal rematado por frontão triangular, encimado pelas armas reais portuguesas.

O projeto inicial baseava-se em cinco ruas no sentido norte sul e seis no sentido leste oeste, todas de igual largura, que dividiam a vila em 41 quarteirões<sup>136</sup>, trinta dos quais iguais, agrupando-se os restantes em volta da praça quadrada, que tem ao centro o obelisco de D. José, com uma inscrição comemorativa. O lado norte da praça é centrado pela igreja, cuja fachada plana é assinalada pelo portal e janelão, sendo a torre colocada junto à cabeceira. O lado nascente é ocupado pela Câmara e pelo corpo da Guarda, também de dois pisos. Os outros dois lados são preenchidos por casas

---

<sup>134</sup> CORREIA, José Eduardo Capa Horta, Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, Biblioteca Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Cota U.p. 93, pág. 122

<sup>135</sup> CORREIA, José Eduardo Capa Horta, Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, Biblioteca Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Cota U.p. 93, pág. 123

<sup>136</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.177, Urbanismo e Poder no Portugal do Século XVIII, Margarida Calado.

de habitação de dois pisos, com águas-furtadas. Nos cantos, existem quatro torreões de telhado duplo, de influência mardeliana, evocando o Rossio de Lisboa.

O resto da vila é constituído por casas térreas, em que alternam porta e janela, mas concebidas em escalas diferentes das dos edifícios de dois pisos.

Vila Real de Santo António é um exemplo de aglomerado urbano racional, ao gosto iluminista, e constitui, depois da Baixa Pombalina, o segundo caso de edificação de uma cidade a partir do nada. Contraída pela vontade política do Marquês de fazer face a Espanha, o aglomerado sobreviveu graças à sua atividade piscatória, que ainda hoje se mantém.

Vila Real de Santo António mantém, apesar do seu desenvolvimento, a estrutura urbana reticulada do século XVIII, embora os edifícios que aí vemos atualmente sejam, na sua maioria, dos séculos XIX e XX e se vejam cada vez menos as casas térreas. A cidade sobrevive, para além da pesca, de uma intensa atividade comercial, que a torna procurada por inúmeros espanhóis, e do turismo que, sobretudo durante o verão, enche as praias vizinhas de veraneantes nacionais e estrangeiros<sup>137</sup>.

---

<sup>137</sup> Ver por todos: CORREIA, José Eduardo Capa Horta, Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, Biblioteca Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Cota U.p. 93

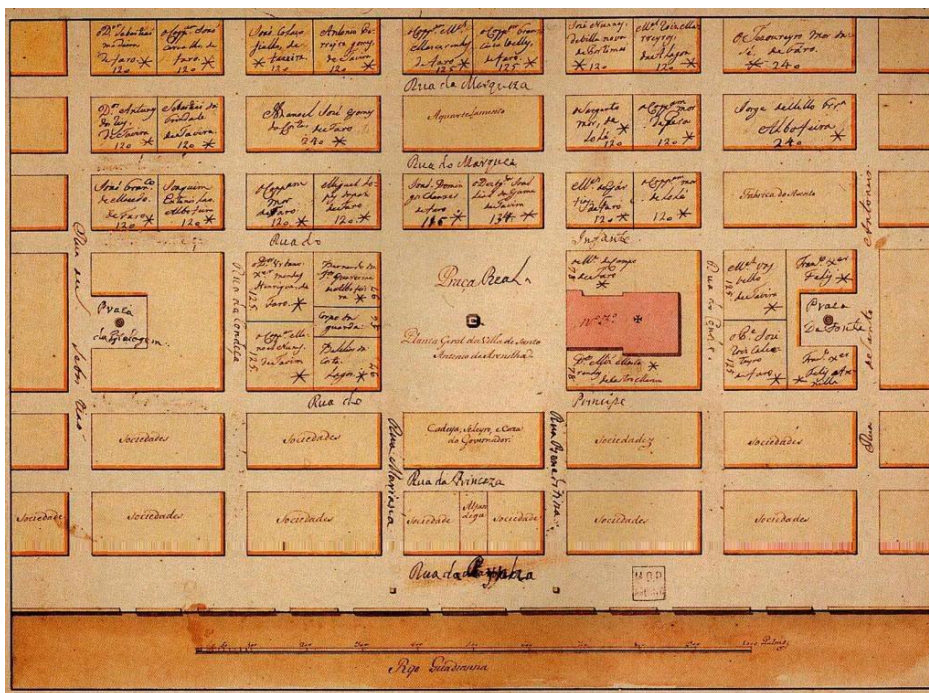


Fig. 43 – Planta Vila Real de Santo António



Fig. 44 – Praça Marquês de Pombal. Vila Real de Santo António

## Porto Almadino

Chegamos agora ao Porto, uma cidade completamente diferente de Lisboa, mas consideravelmente influenciada pelos ventos da mudança vindos da capital Lusa. Será a partir de 1757, dois anos após o grande terramoto, que se começarão a sentir grandes mudanças na Cidade Invicta.

Até 1757, a cidade do Porto era caracterizada pelas suas muralhas e o seu crescimento indisciplinado dentro e fora delas. Intramuros, podiam ver-se ruas estreitas, becos e pequenas praças quase sempre irregulares, criando uma malha confusa e descontrolada<sup>138</sup>. Esta irregularidade era parcialmente contrariada por duas vias regulares, a Rua Nova e a Rua das Flores, abertas nos séculos XV e XVI, respetivamente. A certa altura, houve uma tentativa de criar algumas praças regulares, dentro da cidade medieval, mas essa ideia foi sempre afastada, mantendo-se a cidade quase inalterada até meados do século XVIII.

Entre os anos de 1757 e 1804<sup>139</sup>, duas personalidades vão influenciar decisivamente a estrutura da cidade do Porto: João de Almada e Melo e Francisco de Almada e Mendonça<sup>140</sup>. Será a partir deles que se vai começar a ter consciência da indisciplina que existia no Porto e nas suas novas áreas urbanas. João de Almada e Francisco de Almada, homens de confiança<sup>141</sup> de Sebastião José de Carvalho e Melo, iram ser os responsáveis pela influência Pombalina no Porto. Ocupando altas posições na governação da cidade, marcaram fortemente o que hoje conhecemos na Cidade Invicta - é por isso que este período é conhecido como a época dos Almadadas.

Ambos os Almadadas foram importantes para as transformações que se sentiram no Porto, mas o papel de maior destaque coube a João de Almada. Foi ele que, a partir de 1757, se começou a preocupar com a indisciplina que se estava a espalhar pela cidade. Estas preocupações, que seriam seguidas de sugestões para a sua resolução, seriam expressas através de duas cartas. A primeira informa que, tendo ele uma preocupação em relação ao bairro na zona das Hortas, estava a fazer um novo plano para aquela área, e a segunda, concentrava-se no bairro dos Laranjais, afirmando a necessidade de aí se iniciarem as obras, para as quais já existiam planos, que necessitavam de autorização régia.

Na primeira carta, faz ainda referência à tal planta feita para o bairro dos Laranjais. Nesta planta pretendia-se regularizar a zona compreendida entre a Rua do Bom Jardim e a Rua de Santo Ovídio, através de um eixo que prolongava a Rua das Hortas até ao Campo de Santo Ovídio – sendo esse eixo a Rua do Almada – e que era completado por uma malha de arruamentos transversais. Propunha também, juntamente com a regularização das ruas, três praças regulares, a Praça de Santo Ovídio, a Praça do Laranjal e a Praça da Conceição. Estas obras tiveram início em 1761, mas só tiveram maior desenvolvimento em 1763.

---

<sup>138</sup> ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Porto Na Época dos Almadadas, Arquitetura e Obras Públicas, Volume I, Porto 1988, pág. 4

<sup>139</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.151, Os Almadadas e o Urbanismo Portuense, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

<sup>140</sup> Filho de João de Almada. Ver ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Porto Na Época dos Almadadas, Arquitetura e Obras Públicas, Volume I, Porto 1988, pág.39

<sup>141</sup> ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Porto Na Época dos Almadadas, Arquitetura e Obras Públicas, Volume I, Porto 1988, pág. 34

Outra grande intervenção seria realizada dentro dos limites da muralha. Tratava-se da projeção de uma nova rua, denominada de Rua de S. João, acima do Rio da Vila, que permitia a ligação direta entre a Praça da Ribeira, onde se mandou também contruir uma fonte monumental a norte, e o largo de S. Domingos. Esta mudança era necessária, para um mais fácil movimento entre estes dois importantes pontos da cidade, desde a zona baixa, junto ao rio, até à zona alta. As obras deste projeto só se iniciaram em 1766, mais ou menos, na época em que se começou a “encanar” o Rio da Vila, que seria também um aspeto importante para a nova organização da cidade. Tentou-se também, juntamente com estes projetos, a ampliação do largo de S. Domingos, que nunca foi totalmente conseguida, para facilitar a ligação da Rua das Flores e de Belomonte.

Ainda no interior da muralha, seria também realizada a substituição dos pelames, onde se fazia a produção de peles, localizado no centro da cidade e prejudiciais à saúde pública, por uma praça semicircular, de onde partia uma dupla escadaria que dava acesso à capela de S. Roque, que substituiu outra que teria sido danificada pelo terramoto de 1755.

A intervenção de João de Almada e Melo fez-se sentir também noutras áreas da cidade do Porto, tais como a Praça da Vitória, Escadas do Pinheiro e Rua da Conceição<sup>142</sup>. Quando faleceu, deixou uma cidade diferente e mais organizada. A nova paisagem que ficou de herança do seu tempo, onde eram incluídos estilos como o barroco, palladiano e bastantes influências das construções Pombalinas, que decoravam os novos arruamentos, trouxe uma nova imagem à cidade invicta.

Ao mesmo tempo, o programa de renovação urbana encetado a partir de 1763, ambicioso em demasia para os recursos existentes, procurou dar à urbe medieval uma nova forma e lançar as linhas fundamentais de uma cidade nova que o século XIX iria consolidar<sup>143</sup>.

Durante o século Pombalino, ainda tínhamos como grande fonte de recursos as colónias adquiridas no tempo dos descobrimentos. Devido a isto, à medida que as colónias se iam desenvolvendo, iam sendo construídas com o estilo daquele século, abrindo assim a porta ao estilo Pombalino, possibilitando a sua expansão no mundo.

Em Goa e, sobretudo, no Brasil, já na década de 1770, foram traçados planos geométricos para novas cidades, no Pará e Mato Grosso, segundo um modelo geométrico. E pode-se pensar que planos urbanísticos tenham sido gizados, cerca de 1761, quando Pombal visionou uma nova capital no interior da colónia, servindo-se, provavelmente, da experiência lisbonense em curso. Ainda hoje é possível presenciar essas influências nas diferentes ex-colónias, e visitar o grande império que antes Portugal tinha.

---

<sup>142</sup> Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio, pág.156, Os Almadás e o Urbanismo Português, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

<sup>143</sup> Ver por todos: NONELL, Anni Günther, Porto, 1763/1852, a construção da cidade entre despotismo e liberalismo, Faup Publicações, 1ª Edição, Cota P. 372

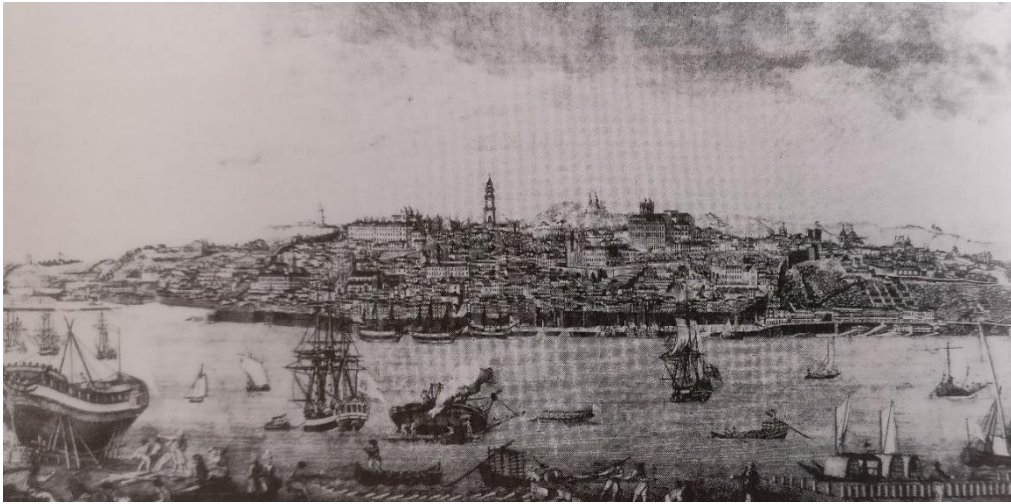


Fig. 45 – Porto em 1791. Gravura de Manuel Marques de Aguiar

# Lisboa, a Luz do Marquês de Pombal

Ainda hoje é possível percorrer as ruas da Baixa Pombalina, e apreciar grande parte da sua estrutura. Mesmo com algumas mudanças, bastante visíveis, ainda é possível presenciar o que foi feito na altura da sua construção, e tentar imaginar como teria sido a vida naquelas ruas. Foram realizadas inúmeras alterações foram feitas na Baixa Pombalina, como por exemplo, o quarto andar que foi acrescentado pouco depois da sua construção. Outras mudanças foram feitas alguns anos mais à frente - certos blocos de casas foram restaurados, e as fachadas alteradas, mas sempre com uma marca do que antes era. Uma parte que está bastante preservada é a praça do Comércio que ainda hoje mantém a sua imponência e posição, de praça Real, perante o resto da obra.

Existem outras partes da cidade que foram completamente alteradas, o que terá retirado grande parte da personalidade que tinha sido dada a esta obra, cortando a continuidade que a caracterizava. Um outro problema que assombra a Baixa Pombalina é o facto de, hoje em dia, as ruas serem inundadas por turistas, e continuamente profanadas, por carros, restaurantes e vendedores de rua. Estes fatores estão a esconder a beleza e personalidade da obra, tornando uma cidade, que deveria ser património, num ambiente sujo e barulhento.

Este trabalho, mais do que descrever esta obra, tem como objetivo despertar a curiosidade e a paixão por esta edificação, erguida após o terramoto, a bonança após a tempestade, e também descrever um estilo de projeto que foi influenciado pelo seu tempo, seguindo regras antes estabelecidas e necessidades que foram criadas naquela época.

O Pombalismo é, assim, produto de diversas variantes. A Baixa foi inicialmente construída para realojar as pessoas que sobreviveram ao Terramoto, e, devido a isso, a construção teve que ser rápida, mais barata e o mais racional possível. Esta necessidade deu origem a um estilo base, a arquitetura militar. Com esta arquitetura, os projetos tiveram que ser elaborados de maneira a conseguir consolidar todas as necessidades humanas e de acessibilidade que eram prementes. Com isto nasce a primeira planta escolhida por Pombal, e realizada por Eugénio dos Santos, como já foi referido.

Outra vertente iria focar-se nas fachadas, que tiveram, na Baixa, dois arquitetos. Estes, com ideologias completamente diferentes, deram uma nova cara a Lisboa. Eugénio dos Santos foi quem iniciou o projeto das ruas Pombalinas, e pouco tempo depois seria substituído por Carlos Mardel. Eugénio dos Santos terá criado o que hoje vemos nas fachadas originais, com exceção da praça do Rossio, que apenas tinha feito uma simples planta, com o objetivo de, inicialmente, marcar o local da sua implantação.

Terá sido a partir desta implantação que Carlos Mardel se inspirou para desenhar as linhas gerais da praça, e, a partir daí, fez um projeto distinto do resto da Baixa, tendo elaborado de raiz novos módulos de fachada com linguagem distinta. É possível observar as diferenças no ritmo dos Blocos, Janelas e até no estilo do telhado. Estas diferenças deram destaque à praça do Rossio, “afastando-a” da Praça do Comércio, permitindo-lhe ganhar a sua própria identidade, e fazer frente à imponência da Praça Real.

São estes dois arquitetos que criam mais uma vertente do Pombalismo, e será esta tipologia de fachada que, uns anos à frente, será passado depois para as ruas do Bairro Alto e outros locais como uniformização da cidade.

Com isto, temos agora uma vertente que foi uma inovação naquela altura. Com a necessidade de uma construção rápida e com a perda de mão de obra dentro da cidade, foi necessário “encomendar” peças para a nova cidade. Estas foram construídas com base em formas padrão, com o objetivo de facilitar a montagem, pois estas não eram produzidas na cidade, mas em diferentes locais do país. As peças eram enviadas para Lisboa, e montadas no local devido, fazendo crescer, desta maneira, a Nova Baixa. Este processo é descrito como estandardização, passando a ser uma vertente característica do estilo de Marquês de Pombal.

Dentro desta vertente encontramos algo que, mesmo não sendo visível do exterior, também se tornou uma inovação - a gaiola Pombalina. Esta estrutura, criada para proteger as pessoas dos terremotos, trouxe uma nova consciência com novos métodos de construção em Portugal, sendo possível assim, cada vez mais, proteger a população dos perigos da natureza.

Embora a cidade tenha sido feita de raiz, é necessário evocar a legislação que tinha sido criada por D. Manuel para “limpar” a cidade medieval, excluindo certos elementos que tinham influência árabe e tornar as ruas mais abertas. Esta limpeza, a meu ver, pode ter tido uma grande influência nas ruas que foram idealizadas por Eugénio dos Santos. É possível que esta legislação tenha sido incorporada na nova cidade como regra adquirida nas construções pós descobrimentos.

Ao desenvolver este trabalho foi-se tomando consciência de certos pormenores, excluindo determinadas ideias que existiam à volta do mistério de como surgiu a organização desta obra e que ideologias foram nela usadas. Inicialmente foi tomada como uma possibilidade a relação entre a cidade e a simbologia maçónica, mas, com algum estudo, chegou-se à conclusão de que essa poderia não existir. No entanto, tal hipótese não pode ser completamente excluída, uma vez que não existem, ou dificilmente se poderia ter acesso, a documentos que poderiam comprovar ou negar esta relação. Em vez da Maçonaria, o estudo acabou por se dirigir para a ideologia Iluminista.

O iluminismo, que, no século XVIII, estava no seu pico de expansão, tem, possivelmente, uma grande influência na Baixa Pombalina. Neste século, pessoas influentes, eram atraídas por esta Ideologia, tal como Marquês de Pombal, e, possivelmente, os Engenheiros e Arquitetos que ajudaram a desenvolver os projetos.

Como já referi, o Iluminismo segue-se pela lógica e pela razão, critérios incorporados na edificação das cidades gregas e posteriormente nas da civilização romana, hoje em dia classificadas como estilo clássico. Como podemos ver, logo de início, no projeto de Eugénio dos Santos, há muitas semelhanças com as cidades reticuladas da antiga Grécia, o que remete para ideologia Iluminista.

À luz desta ideologia, vemos crescer, após o terremoto, uma necessidade de mudar a cidade, de fazer uma grande reforma na estrutura e na sociedade. O terremoto terá sido uma “oportunidade” de realizar esta mudança, que antes já teria sido proposto, por Manuel da Maia, uma grande mudança para a cidade.

Esta necessidade de reformar a sociedade baseia-se num ramo particular do Iluminismo – o “Iluminismo Reformista”, que se terá enraizado em certos países, um deles Portugal.

Por fim, falta decifrar o estilo base patente nesta obra. Juntamente com a arquitetura militar que referi no início, é possível rever um estilo nacional, que terá sido criado como rejeição do Barroco. Terá sido este estilo que atrasou a entrada deste no nosso país. A arquitetura chã é uma arquitetura bastante depurada, com fachadas retas e com pouca decoração, aproximando-se das fortalezas construídas de acordo com a arquitetura militar. Esta privação de ornamentação é bastante visível no exterior das ruas da Nova Baixa.

No interior dos edifícios, contrariando a tendência do que podemos presenciar nas fachadas dos mesmos, pode-se observar alguns pontos de barroco. Voltando a referir as peças que estavam a ser produzidas em massa fora de cidade, por método de standardização, temos os azulejos. Estas peças podiam adaptar-se a qualquer área, e decoravam muitos dos interiores das casas da Baixa e arredores, juntamente com pinturas e detalhes nos tetos das habitações.

No final deste trabalho, chegamos à conclusão de que o estilo Pombalino é derivado de muitos estilos, condicionantes, ideologias, legislação e de uma grande influência do pensamento do homem que tornou isto tudo realidade. Podemos dizer, assim, sem qualquer dúvida, que o estilo Pombalino é um estilo puramente português, reflexo do seu tempo e de um pensamento bastante racional, supostamente reflexo da ideologia do Marquês de Pombal.

Assim, tendo estudado a riqueza que esta obra representou no seu tempo, a força que ainda hoje tem em Lisboa e a sua grande influência no movimento da sociedade, não seria lógico tornar esta grande obra património nacional de maneira a poder protegê-la contra o tempo e o movimento constante da sociedade? Não deveriam existir projetos de reabilitação para melhorar a qualidade da Baixa Pombalina, como por exemplo, um projeto que permitisse retirar o trânsito das ruas, tornando apenas possível andar a pé por entre as ruas iluminadas?

Também não é demais referir a estrutura da gaiola Pombalina. Esta estrutura terá deixado de concretizar o seu objetivo, há séculos, por falta de manutenção possibilitando uma catástrofe caso o mínimo abalo aconteça. Ter-se-á perdido a tal, “nova Consciência”, adquirida após o terramoto de 1755? Como se protegeriam milhares de turistas que passam todos os dias naquelas ruas?

Estas são questões que se levantam com o desenvolvimento deste trabalho. Entre a pesquisa e as várias visitas ao local, verdades dolorosas surgem ao constatar como se está a destruir e a saturar esta herança nacional.

## Conclusão

“A pedra angular de um espírito «iluminado» - esta foi a descrição que Marquês de Pombal fez do projeto de Eugénio dos Santos para a nova Baixa de Lisboa. E será esta definição que irá orientar toda a sua construção. Uma ideia iluminada que se foi desenvolvendo durante vários anos, e ainda hoje se aplica, tanto para o bem como para o mal. Uma cidade viva, que nunca perdeu a sua personalidade e que, cada vez mais, desperta curiosidade em todo o mundo.

Hoje em dia, temos uma grande quantidade de viajantes, que são atraídos pelo nosso país pelo que ele tem para oferecer – uma realidade que traz diversos problemas – saturando as ruas de gente. Há cada vez mais turistas, cada vez mais restaurantes e vendedores de ruas, o que vai provocando uma grande deterioração da cidade.

É necessária uma nova consciência em relação a este tipo de obras. Projetos de renovação, e ainda projetos urbanísticos, com o objetivo de controlar melhor o trânsito ou excluí-lo completamente do centro da cidade. Estas alterações poderiam ajudar à preservação da cidade e a manter a nossa herança.

A Baixa Pombalina é uma cidade que, para muitos, pode parecer banal, porque nasceram a ver esta cidade, porque lá trabalham, ou, até mesmo, por desinteresse total. E mesmo os turistas, hoje em dia, parece que apenas procuram a melhor fotografia ou “selfie” com a estátua equestre, o arco triunfal ou até com os “Índios” que enchem as ruas com o som das suas “Flautas” de cana. Esta tendência faz com que muita história se perca durante a visita. Mas não podemos culpar aqueles que não sabem!

Ironicamente, uma cidade que foi criada para servir a burguesia e o comércio, é hoje vítima do seu próprio habitante natural. Podemos, assim, desculpar os visitantes, que serão mal informados, ou então distraídos por empregados de mesa com menus de restaurantes, à guerra para ver quem se senta na sua esplanada, e por estabelecimentos com comida “tradicional”.

No meio desta algazarra, como foi dito, muita contextualização passa ao lado dos olhos dos visitantes. Perde-se o trabalho de vários homens que estiveram envolvidos nesta obra e, principalmente, perde-se a memória dos que morreram na catástrofe que desolou Lisboa, e de quem a reergueu. Acaba, assim, por acontecer o que Manuel da Maia tentou que não acontecesse, que era o total esquecimento da tragédia.

Ao contrário de outras cidades suas contemporâneas, esta, com a sua Baixa Iluminista, sai valorizada pela racionalidade e pelo pensamento lógico integrado no seu desenvolvimento. Desde diferentes pessoas, pedreiros, carpinteiros, construtores, arquitetos, engenheiros e até legislação, ideologias e ainda as condicionantes do relevo das colinas Lisboetas, tudo se vai refletir na obra que hoje vemos preservada no coração de Lisboa. Nada foi deixado por pensar, nem as ruas, nem as fachadas, nem as praças, nem mesmo a estátua do monarca no centro da Praça do Comércio.

É este pensamento metódico e racional que caracteriza a cidade Iluminista, esta junção de vários fatores que, meticulosamente respeitados e escolhidos, desembocam na obra que é possível ver hoje.

Nunca se saberá qual é o fado desta grande obra, mas cabe a nós preservá-la. E, para isso, é necessário conhecê-la, saber as suas histórias e como nasceu, para que no final, esta cidade Iluminada possa continuar a marcar a paisagem Lisboeta e a ser a Luz do nosso país.

# Bibliografia

**ALVES**, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Porto Na Época dos Almadás, Arquitetura e Obras Públicas, Volume I, Porto 1988

**ARAÚJO**, Ana Cristina / **CARDOSO**, José Luís / **MONTEIRO**, Nuno Gonçalo / **ROSSA**, Walter / **SERRÃO**, José Vicente (2007) O terramoto de 1755: Impactos Históricos, Livros Horizonte

Arquitetura Grega, Teatros, templos e Fortificações, A primeira arquitetura do Homem do Ocidente, Editora Planalto, Manuais PET

Atas Colóquio (1994) Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

**BARATA**, José, A vida e a Obra do Marquês de Pombal, o Homem e o Estadista, Editora Verso de Kapa, 1ª edição.

**BRANCO**, Camillo Castello, Perfil do Marquez de Pombal, Editores proprietários, Clavel & Cª, L. Couto & Cª

**CARITA**, Helder, Bairro alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos, Camara Municipal de Lisboa.

Catálogo Bibliográfico e Iconográfico de Marquês de Pombal, Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura e coordenação científica.

**CARVALHO E MELO**, Sebastião José, escritos económicos de Londres (1741-1742), Biblioteca Nacional, Série Pombalina

**CORREIA**, José Eduardo Horta, Arquitetura Portuguesa, Renascimento Maneirismo Estilo Chão, Editorial Presença, 1ª Edição

**CORREIA**, José Eduardo Capa Horta, Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, Biblioteca Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Cota U.p. 93

**CURL**, James Stevens, The Art and Architecture of Freemasonry, Na Introductory Study, B. T. Batsford Ltd, London

**DO VALE**, Clara Pimenta/ **FIGUEIREDO**, Ricardo / **TAVARES**, Rui, Avenida dos Aliados e Baixa do Porto, Memória, Realidade e Permanência, Biblioteca Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Cota P.432

**EDUARDO FRANCO**, José / **RITA**, Annabela, O Mito do Marquês de Pombal, A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria, Editora Prefácio, 1ª edição.

**FRANÇA**, J. A. (1977) Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Segunda edição, Livraria Bertrand, Lisboa.

**FRANÇA**, J. A, Lisboa, História Física e Moral, Livros Horizonte

**FRANÇA**, J. A, Lisboa: Urbanismo e arquitetura, Biblioteca Breve, 1ª edição

**FRANÇA**, J. A, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura Pombalina, Biblioteca Breve, 1ª edição

**GONÇALVES**, José Braga (2005) O Maçon de Viena, Prime Books

**KUBLER**, George, A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre especiarias e os Diamantes, 1521 / 1706, Veja Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio

**MARTIENSSEN**, Rex D., La idea del espacio en la arquitectura griega, Editorial Nueva Visión, Colección Historia de la arquitectura

**MASCARENHAS**, Jorge, Sistemas de Construção, V – O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistemas construtivos, Livros Horizonte

**MAXWELL**, Kenneth, O Marquês de Pombal, Ascensão e Queda, Manuscrito, 1ª edição

**MORE**, Thomas, Clássicos, IPRI, Editora Universidade de Brasília

**MURTEIRA**, Helena, Lisboa da Restauração às Luzes, Editorial Presença

**NONELL**, Anni Günther, Porto, 1763/1852, a construção da cidade entre despotismo e liberalismo, Faup Publicações, 1ª Edição, Cota P. 372

**PAICE**, Edward, A Ira de Deus, O Grande Terramoto de Lisboa, 1755, Casa das Letras, 1ª Edição.

**ROSSA**, Walter (1998) Além da Baixa, Índícios de planeamento urbano da Lisboa setecentista, Instituto Português de Património Arquitetónico

**ROSSA**, Walter, Tostões, Ana, Lisboa, The Baixa Plan Today, Exhibition Catalogue, Câmara Municipal de Lisboa

**SERRÃO**, Joel, Dicionário da História de Portugal, Volume IV, Livraria Figueirinhas / Porto

**SERRÃO**, Joaquim Veríssimo (1982) O Marquês de Pombal, O Homem, o Diplomata e estadista, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal

**TOMLINSON**, R. A., Greek and Roman Architecture, Classical . Bookshelf

**VERNEY**, Luis, Verdadeiro Método de Estudar, Cartas sobre retórica e poética, Editorial Presença

**VOGEL**, Chistine, Guerra aos Jesuítas, A propaganda Antijesuítica de Pombal em Portugal e na Europa, Circulo dos Leitores.

# Documentos

Baixa Pombalina, Pedido de Inclusão na Lista indicativa Nacional para Candidatura a Património Mundial, Câmara Municipal de Lisboa, Vereação do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, VOL. ½

**CARVALHO JR.**, Eduardo Teixeira, Iluminismo em Portugal: uma análise da obra de Verney, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2003

**DE BRITO**, Tarsilla Couto, Fénelon entre Amigos e Modernos, Universidade Estadual de Campinas

**DE CARVALHO**, Eduardo Teixeira, Verney e a questão do Iluminismo em Portugal

**DE MARINHO**, Cristina Alexandra Monteiro, Cartas de um Viajante Francês a um seu Amigo Residente em Paris, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

**DE MIRANDA**, Frederico Antunes Sanches, Caracterização dos Edifícios Pombalinos da Baixa de Lisboa, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, Mestrado Integrado em Engenharia Civil, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

**DOS SANTOS**, Eugénio, O Brasil Pombalino na Perspetiva Iluminada de um Estrangeirado, Revista da Faculdade de Letras

**GONÇALVES**, Edson Poujeaux, A Maçonaria, Um osso duro de Roer..., SEP-Seminário Evangélico de Patos

Homenagem ao Marquês de Pombal, Centenário da Sua Morte, Documento Biblioteca Nacional

**MIRANDA**, António, **JANEIRO**, Helena Pinto, O Palácio dos Carvalhos da Rua Formosa, Câmara Municipal de Lisboa.

**NOBRE**, Tânia Isabel Oliveira, A Baixa de Lisboa, Reconstruída para os portugueses - reconstruídas para os Turistas, Faculdade de Letras, 2015

**PARDAL**, Professor Doutor Sidónio, A Baixa Pombalina – Um Marco na História Da Planificação das Cidades.

**RAMOS**, Luís A. De Oliveira, Pomba e o Escravagismo, Revista da Faculdade de Letras.

Revista de História das Ideias, O Marquês de Pombal e o seu tempo, Tomo II, Instituto de História e Teoria das ideias, Faculdade Letras Coimbra 1982

**TELLES**, Inocêncio Galvão, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Verney e o Iluminismo Italiano, Lisboa 1951, Documento Biblioteca Nacional

## Fundos de pesquisa em arquivos e bibliotecas:

- Arquivo Nacional, Torre do Tombo, Lisboa
- Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa
- Bibliotecas Municipais de Lisboa
- Biblioteca Municipal do Porto
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Biblioteca Municipal de Viseu

## Bibliografia Sites

<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o-terramoto-de-1755-a-torre-do-tombo-e-manuel-da-maia/>

<http://www.hirondino.com/historia-de-portugal/sebastiao-jose-de-carvalho-e-melo/>

<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/um-mito-chamado-marques-de-pombal-133466>

<https://pedrojoosemyblog.wordpress.com/2014/04/12/o-marques-de-pombal-estrangeirado-macom-e-jansenista/>

<http://www.freemasons-freemasonry.com/arnaldoG.html>

<http://www.iep.utm.edu/philo/>

<http://www.maconariaportugal.com/simbologia-maconica>

<http://jaimiguel.blogspot.pt/2011/04/o-lado-esoterico-da-praca-do-comercio.html>

[http://refarq.com/2015/03/23/historia-\\_cidade-neoclassica/](http://refarq.com/2015/03/23/historia-_cidade-neoclassica/)

<http://www.suapesquisa.com/artesliteratura/neoclassicismo.htm>

<http://noticiasdobau.blogs.sapo.pt/1761.html>

## Bibliografia Imagens

Imagem de capa - **GONÇALVES**, José Braga (2005) O Maçon de Viena, Prime Books

Fig.1, 2, 6 e 8 - <http://antt.dglab.gov.pt/> (Site Oficial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa)

Fig.5 - **GONÇALVES**, José Braga (2005) O Maçon de Viena, Prime Books

Fig.9 a 14 – Desenhos feitos a partir dos documentos dos projetos para a nova Baixa de Lisboa.

Fig.15 a 35 e 38 - **FRANÇA**, J. A. (1977) Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Segunda edição, Livraria Bertrand, Lisboa.

Fig.41 - **CARITA**, Helder, Bairro alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos, Camara Municipal de Lisboa.

Fig.44 a 46 - Lisboa Iluminista e o Seu Tempo, UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, Actas Colóquio

Fotografia 1 a 16 – Imagens do Autor

# Fotografias



Fotografia 1 – Arco Triunfal da Praça do Comércio



Fotografia 2 – Torreão Praça do Comércio



Fotografia 3 – Segundo Torreão Praça do Comércio



Fotografia 4 – Estátua Equestre Praça do Comércio



Fotografia 5 – Arco Triunfal Rua Augusta



Fotografia 6 – Rua Augusta



Fotografia 7 – Rua Augusta



Fotografia 8 – Rua Augusta



Fotografia 9 – Andar Lojas



Fotografia 10 – Fachadas atuais da Rua Augusta



Fotografia 11 – Fachada Tipo A



Fotografia 12 – Fachada Sul, Praça do Rossio



Fotografia 13 - Fachada Sul, Praça do Rossio



Fotografia 14 – Pormenor Telhado, Praça do Rossio



Fotografia 15 – Bloco Praça do Rossio



Fotografia 16 – Fachada Praça do Rossio